



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

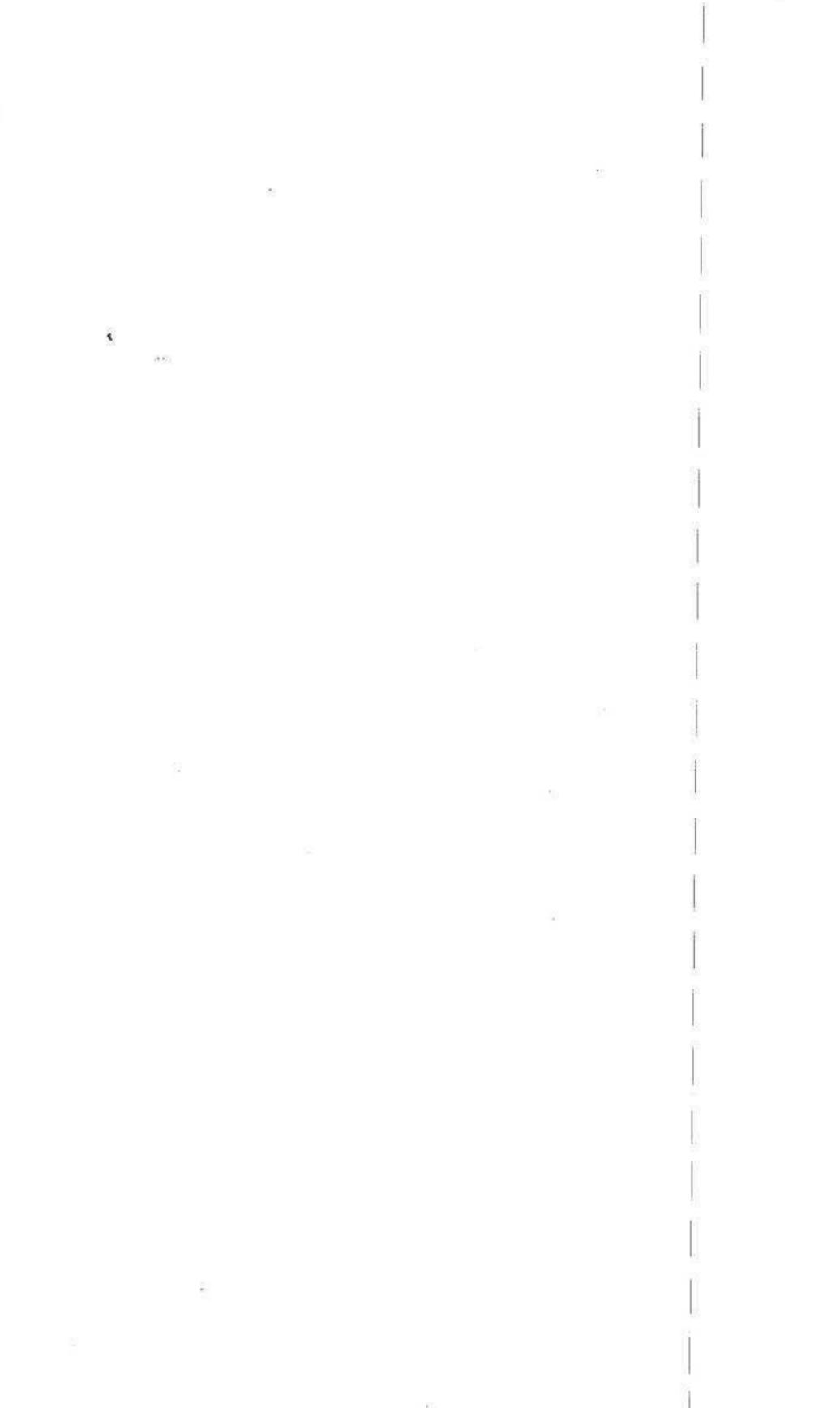
Inventariado sob o n.º

25120

## A Nova Política do Brasil







GETULIO VARGAS

*A NOVA POLÍTICA  
DO BRASIL*

II

O ano de 1932

A Revolução e o Norte

1933

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

Rua do Ouvidor, 110

RIO DE JANEIRO

Desta obra foram tirados, fóra de comércio, vinte e cinco exemplares em papel Fabriano, numerados de I a XXV, e setenta e cinco exemplares em papel Vergé, numerados de 26 a 100, todos assinados pelo autor.



# Índice

•

•

A volta do país ao regime constitucional ..... 17

Condenam-se os profissionais da política. Como se deve processar a volta do país ao regime constitucional — Essa volta não deverá ser um regresso ao passado — A reconstrução moral e material da Pátria — Proscvem-se as violências, sem diminuir a autoridade do Governo — Manutenção da ordem e desejo de trabalhar — O regime novo deve ser o reflexo da Nação organizada — O Governo não será prisioneiro de um partido — Aconselha-se a propaganda pacífica de idéias, das quais se possa extrair um programa construtivo e renovador da Pátria.

A Revolução e o regime legal ..... 25

Cumprir fugir às seduções do puro doutrinarmismo — O exemplo do passado. O espírito público, substituído pelas propensões egoístas, desaparecera na mentalidade partidária — Primórdios da Revolução — O país antes da Revolução — Os governos oligárquicos, as posições e os proventos pessoais — Atmosfera de convenções e de artifícios — A advocacia administrativa como profissão paralela aos mandatos políticos — Gênese do movimento revolucionário de 1930 — A Aliança Liberal — Atitude inicial do Governo Provisório — A herança recebida — A obra realizada — O que resta fazer — Reorganização administrativa — Revisão dos quadros do funcionalismo — Racionalização da administração — O Tesouro Nacional e o controle das rendas públicas — Creação do Tribunal Administrativo — Remodelação do Tribunal de Contas — Revisão dos contratos federais de serviços — Revisão geral do sistema tributário — Transformação do regime bancário — Revisão tarifária — As comissões técnicas — O Exército e a Marinha — Combate aos males das sêcas — A defesa sanitária — Medidas enérgicas e inteligentes para a solução do problema da educação nacional — A futura unidade judiciária — Legislação social — O julgamento da Revolução — A constitucionalização — A situação atual — O Governo Provisório sempre se preocupou com preparar a volta do Brasil à legalidade.

A renovação da esquadra brasileira.....

63

O patriotismo da Marinha nacional e a necessidade de renovação da Armada — A política exterior do Brasil sempre foi pacifista, limitando o aparelhamento marítimo do país ao único objetivo de sua própria defesa — As deficientes vias internas de acesso persuadem que a Marinha de guerra, além de estabilidade, seja o meio mais fácil de se levar o auxílio da União e a presença de sua soberania a qualquer parte do território nacional — A hora inquieta do mundo aconselha não se descuide de sua Marinha um país com 1.600 léguas de costa — O caráter nacionalista da Revolução de Outubro — O momento nacional é de reajustamento e cooperação — O regime ditatorial transitório tem como fim claro a reconstrução nacional — Jamais medraria, no Brasil, o militarismo — O estado de cousas anterior a 24 de outubro não voltará — Os brasileiros não perdem a fé nos destinos de sua Pátria, nem o Brasil deixa de crer e confiar nos seus filhos.

A Revolução Paulista .....

73

Injustificável o levante paulista, dados os propósitos do Governo Provisório para a reconstitucionalização do país — São fatos a promulgação da lei eleitoral, a data marcada para as eleições, a escolha dos juizes dos tribunais eleitorais, a nomeação dos funcionários das respectivas secretarias, a abertura dos créditos necessários e a designação da comissão incumbida de elaborar o projeto de Constituição — O Governo Provisório sempre demonstrou inequívoco interesse pelos destinos de São Paulo, amparando-o na obra de reconstrução de sua economia, resolvendo a gravíssima crise do café, entregando seu governo aos próprios paulistas — De Norte a Sul do Brasil, chegam ao Governo central as mais inequívocas demonstrações de solidariedade contra o levante — Nas urnas é que o povo brasileiro deverá, soberanamente, pronunciar-se sobre os atos e a obra da Revolução.

Manifesto ao povo de São Paulo.....

81

O motivo invocado para justificar o levante de São Paulo é falho e inoportuno diante dos fatos — Sob o aspéto dos interesses de São Paulo, tudo quanto pleiteara já obtivera o grande Estado — Demonstrada a improcedência dos motivos apontados para a revolta paulista, esta só se explicaria, ou pela ambi-

## INDICE

ção do poder, ou pelo desejo de impôr o predomínio do Estado sôbre todos os outros, ou por tentativa de separatismo — O povo paulista deve procurar ver a situação real a que o conduziram os pseudos regeneradores que desencadearam a revolta — As concessões do Governo Provisório foram tomadas como sinal de fraqueza, quando sua atitude foi sempre tolerante e conciliatória, em benefício da paz geral — Mas, o Governo está forte e prestigiado pela solidariedade do país — São Paulo está isolado — Felizmente, porém, a sedição não partiu do povo varonil, ordeiro e honesto de São Paulo — Audaz sindicato político-militar usurpou-lhe a vontade, jogando o Estado numa aventura sinistra — O Governo Federal não considera o povo paulista culpado — Ele é, apenas, a maior vítima — Mas, São Paulo precisa e deve reagir sem recear do Governo Federal qualquer ato de humilhação e hostilidade.

### As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução 97

Na atuação do Governo Provisório não há ações isoladas, porque, para bem servir ao país, ela é sempre norteada segundo um pensamento único e central — Esse sentido construtor e predeterminado dirige as iniciativas que o plano renovador imposto pela Nação vitoriosa em 1930 vai realizando.

### A Marinha Nacional ..... 103

Com um ano de distância do discurso pronunciado a bordo do encouraçado *São Paulo*, o Governo Provisório julga oportuno recordar o que já executára em benefício da Marinha de guerra — Renovaram-se os quadros da Aviação Naval — Bateu-se a quilha do navio-escola — Iniciou-se a construção do edifício para o Ministério da Marinha — Hoje, lança-se a pedra fundamental do Arsenal da Ilha das Cobras — Depois do rude embate sofrido pela Nação com o levante paulista, restabelecida a paz, a nova hora do Brasil marca a alvorada de uma época de sadias realizações.

### A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola ..... 113

No processo de nossa evolução política, a Baía jamais desmereceu da honra que lhe adveiu de antiga metrópole do Brasil — A Baía não evoca só a lembrança do

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

maior talento verbal da raça e do poeta social da nacionalidade: lembra as primeiras lutas do homem contra o meio hostil — A exploração da terra e o braço escravo — A propaganda abolicionista não cogitou da substituição do trabalho escravo pela atividade livre — Consequências da brusca desarticulação dos serviços — A imigração, no Sul, revigorando a prosperidade antiga — O urbanismo seduzido pela aristocracia do diploma e pelo emprêgo público — A volta à terra pela valorização econômica do interior, povoando-o e saneando-o. — Educar e povoar, síntese em que se contém o segrêdo de nossa prosperidade — Povoar não é, somente, acumular elementos humanos em determinada região — A propriedade do solo como direito fundamental na produção do trabalho agrícola — A educação no significado amplo e social do vocábulo — Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar — A instrução profissional e técnica — O homem rude do Brasil — O exemplo do Japão — A educação não é corolário da riqueza: o contrário é a verdade — Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente — O Governo Federal pretende instalar a Universidade Técnica — A Baía e a educação.

### O açúcar e a industrialização do álcool. .... 129

A alma destemerosa e entusiasta do povo pernambucano — O Rio Grande, atalaia vigilante das fronteiras meridionais — Afinidades de caráter entre o gaúcho e o pernambucano — Pernambuco escreveu a página mais impressionante da nossa história dando a nossa primeira manifestação de brasilidade — A fisionomia moral da terra pernambucana, ampliada a todo o Nordeste, caracteriza uma das tonalidades diferenciadas da civilização brasileira — O proclamado contraste entre a faixa setentrional do país e a que se estende ao Sul — Mas, não há antagonismo entre Norte e Sul — Norma segura de governo é sistematizar e aproveitar as condições variadas com seus problemas peculiares, resolvendo estes em vista do interesse geral da Nação — A intervenção do Governo no sentido de modernizar os processos de cultivo da terra e de exploração das indústrias naturais depende da organização das classes produtoras, exigindo a cooperação de todos — O espírito associativo, desenvolvido com reconhecido proveito em muitos países — O alcance das vantagens de sindicalizar, sob a forma de cooperação — A cultura da cana de açúcar — Como corrigir as irregularidades climatéricas — A ligação de todos os Estados do Nordeste segundo um plano de viação geral do país — As linhas em tráfego ao norte do São Fran-

## INDICE

cisco precisam ser completadas — Se a situação financeira do país não permite a solução completa do problema, o Governo jamais consentirá em dispêndios inúteis com melhoramentos isolados — E o Governo não está inativo — As obras contra as sêcas foram intensificadas — A lavoura da cana vem sendo amparada — O duplo aspêto da crise da indústria açucareira — Substituição da gasolina — Creação do Instituto do Açúcar e do Alcool — A criação do crédito agrícola — A industrialização do álcool como combustível — O Estado, por si só, não pode transformar a penúria em riqueza nem a rotina em progresso — As iniciativas particulares ainda são a fôrça impulsora dos grandes movimentos e realizações — Ao Estado compete discipliná-las e dirigí-las, transformando-as em fatores dinâmicos da vida social — Pernambuco e a Revolução de Outubro.

### A Paraíba na Revolução e as obras contra as sêcas 145

Os homens notáveis da Paraíba — O repúdio do povo gaúcho às provações impostas ao povo paraibano — Condena-se a classificação de Estado forte e Estado fraco — A beleza moral do gesto da Paraíba no último pleito presidencial — Federalismo mal compreendido e mal executado, na República — A decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade — O problema do Nordeste — A tragédia das grandes estiagens — A solução do problema — Cumpre acabar com a providência muçulmana de aguardar a catástrofe, para acudir-lhe aos efeitos distribuindo esmolas — A obra já realizada pelo Governo Provisório — João Pessoa, o homem símbolo das qualidades representativas do paraibano.

### Os problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório ..... 163

O Ceará, coração do Nordeste — Os povoadores da Amazônia — A União, *mater providens* — Real situação do Nordeste — Pode-se afirmar que o Nordeste abrange as mais chuvosas das chamadas terras sêcas — Açudagem e irrigação — O problema das comunicações — As providências do Governo Provisório — A assistência aos flagelados — O início de vida nova

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

### A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia ..... 177

As dificuldades a vencer — A Amazônia objeto de cobiça — O caso da borracha — O erro cometido e a reação — A situação atual de franca penúria — Entretanto, possuímos a melhor qualidade de borracha — A castanha e o volume de sua produção — As reservas florestais da Amazônia — O problema do povoamento do solo — A Empresa "Ford" no Tapajoz — Os núcleos japoneses — Os meios de comunicação.

### A amizade argentino-brasileira (I) ..... 189

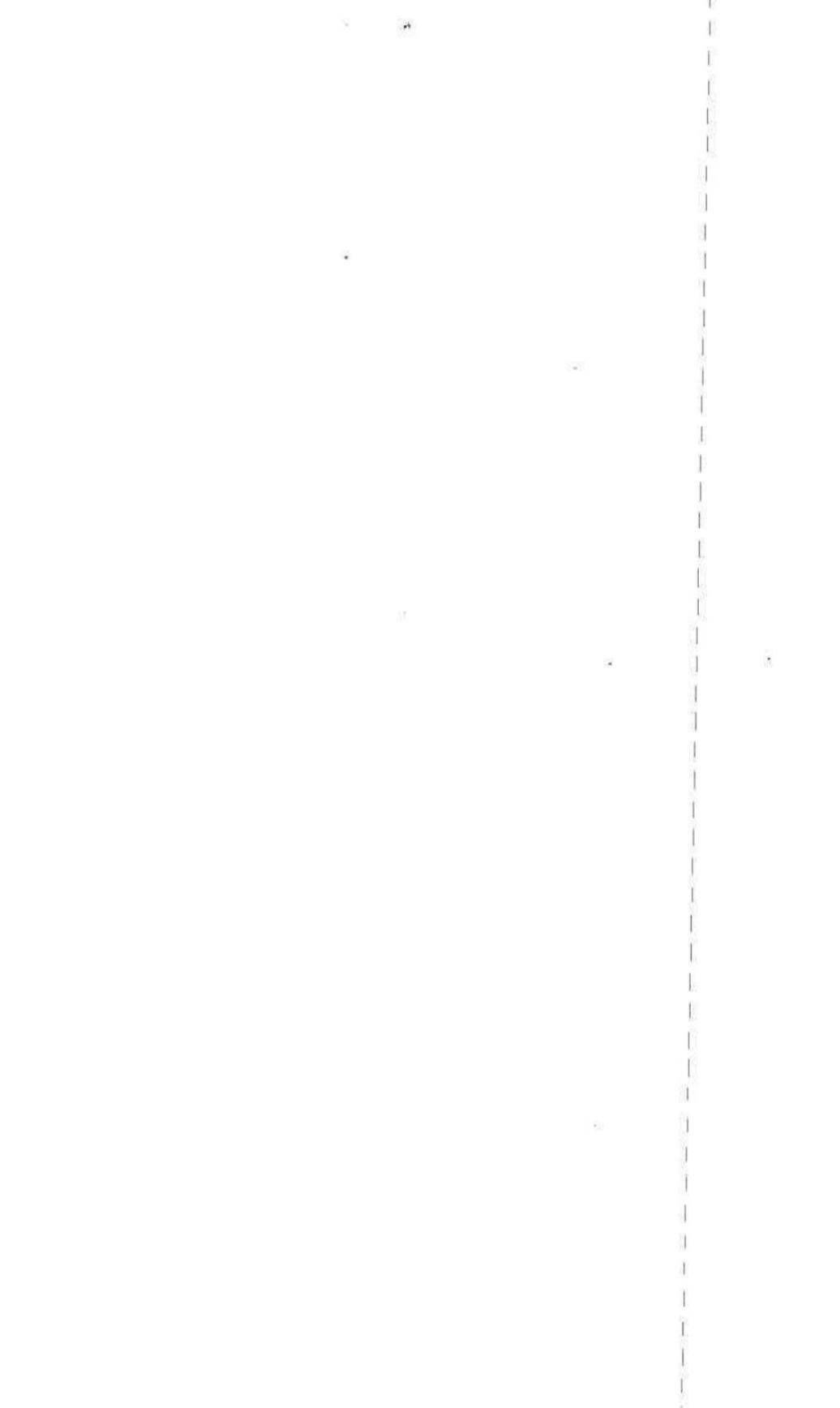
O ambiente de cordialidade e de estreita simpatia entre as nações reflete os imperativos da opinião pública — A amizade argentino-brasileira é tradição arraigada na alma dos dois povos — De modo preciso e eloquente, a conduta política seguida pelos dois países exprime um estado de consciência nacional que as vozes de grandes homens argentinos e brasileiros interpretaram e definiram solenemente.

### A amizade argentino-brasileira (II) ..... 197

A tradição histórica da confraternização da Argentina e Brasil e os grandes e prestigiosos pioneiros de nossa amizade — O Brasil, por índole e tradição, está identificado com todas as iniciativas que visam manter a harmonia e a paz entre as nações, maximé no Continente americano — Norma de direito internacional foi sempre, para o Brasil, resolver pelo arbitramento os litígios suscitados — Isso mesmo aconteceu com relação à Argentina — Hoje, com a assinatura de atos inequívocos, consagramos o ideal de aproximação.

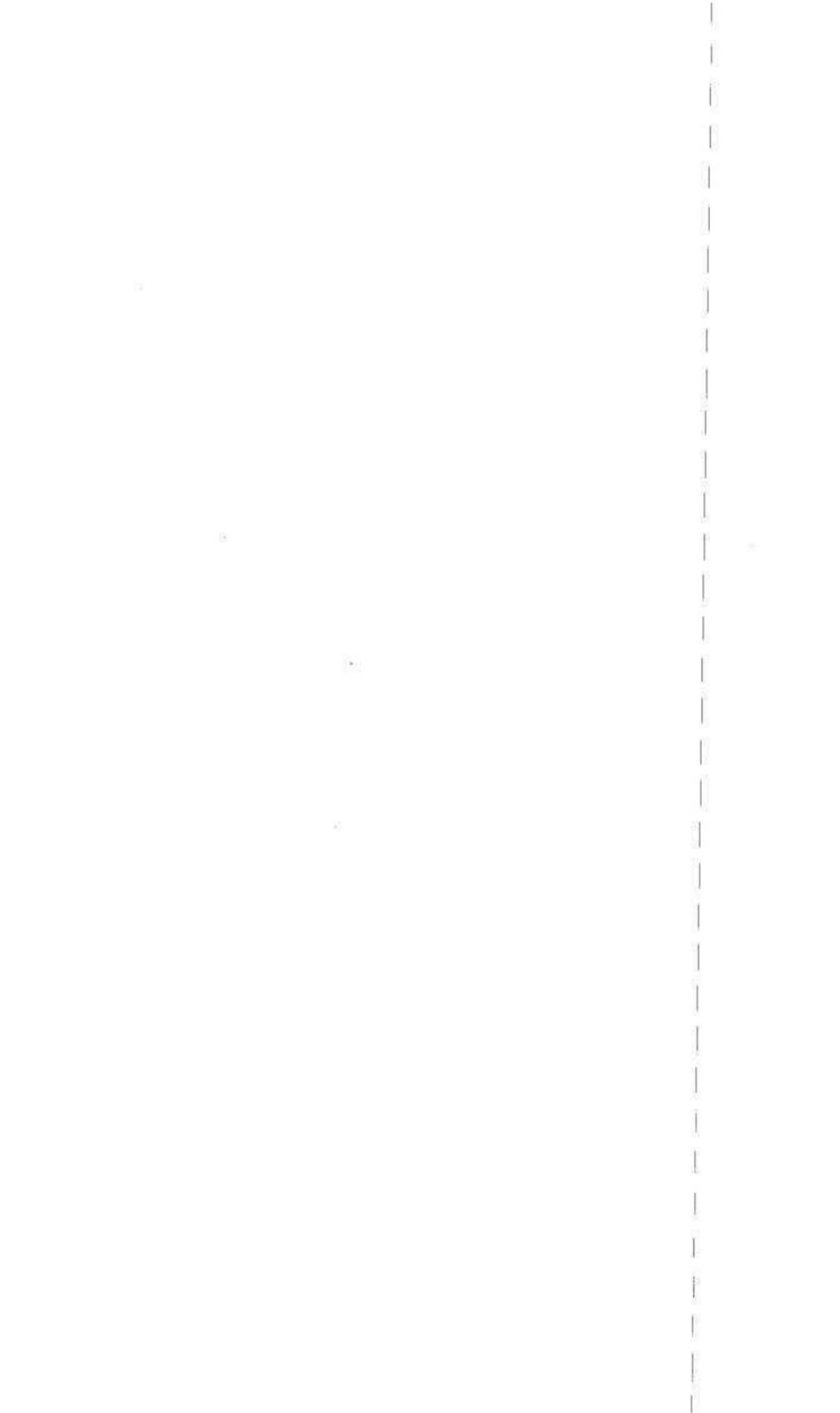
# A volta do país ao regime constitucional

(DISCURSO AOS REPRESENTANTES DO  
CLUB 3 DE OUTUBRO, NO DIA 4 DE MARÇO  
DE 1932, EM PETRÓPOLIS)



## SUMÁRIO

Condenam-se os profissionais da política — Como se deve processar a volta do país ao regime constitucional — Essa volta não deverá ser um regresso ao passado — A reconstrução moral e material da Pátria — Proscovem-se as violências, sem diminuir a autoridade do Govêrno — Manutenção da ordem e desejo de trabalhar — O regime novo deve ser o reflexo da Nação organizada — O Govêrno não será prisioneiro de um partido — Aconselha-se a propaganda pacífica de idéias, das quais se possa extrair um programa construtivo e renovador da Pátria.



**R**ecebo a demonstração de solidariedade que me trazeis e bem compreendo seu alcance e significação. Sois a vibrante mocidade civil e militar, que não quer ver a Revolução afundar-se no atoleiro das transigências, dos acórdos, das acomodações entre os falsos pregoeiros da democracia e os reacionários de todos os tempos, ainda impenitentes dos seus erros e arautos de um regionalismo anárquico e dispersivo, contrário aos mais altos interesses da nacionalidade. Sob a aparência de apêlo à Constituinte e defesa duma autonomia que sempre violaram, procuram, apenas, voltar ao antigo mandonismo e pleiteam a posse dos cargos para a montagem da máquina eleitoral, veículo indispensável à sua ascensão. Pretendem êsses profissionais da política accessorar o Govêrno instituído pela Revolução, como se êste fosse autômato ao sabor de seus caprichos, consoante o pregão habitual de seus asseclas, instalados na Imprensa.

A volta do país ao regime constitucional virá, terá de vir, está na lógica dos acontecimentos. Essa volta processar-se-á, porém, orientada pelo Govêrno revolucionário, com a colaboração direta do povo e não em obediência à vontade exclusiva dos políticos, na sua maioria, com o espírito deformado pelas transigências e deturpações impostas a uma Carta constitucional teòricamente perfeita. O regresso ao regime constitucional não pode ser, nem será, contudo, uma volta ao passado, sob a batuta das carpideiras da situação deposta, que exigem, hoje, invocando o princípio da autonomia, um registo de nascimento a cada Interventor local, mas que, em plena

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

vigência das garantias institucionais, bateram palmas às violações da autonomia mineira e à espoliação da Paraíba.

Cumpre-nos fazer a reconstrução moral e material da Pátria, realizando o saneamento dos costumes políticos e a reforma da administração, para, assim, conseguirmos a restauração financeira e econômica do país. Sobre o terreno limpo das ervas daninhas, que o esterilizavam, a futura Constituinte, eleita pelo povo, delineará os rumos novos de uma organização política adaptada às condições da comunhão brasileira. Faz-se mister, porém, que os elementos, civis ou militares, que fizeram a Revolução se unam contra a obra de intriga, de derrotismo e de "sabotage" dos adversários da véspera. Aceitaremos a colaboração de todos aqueles que, embora não tendo acompanhado o movimento revolucionário, pela ação ou pelo pensamento, estejam dispostos a servir à causa do país, dentro do programa do Governo, que está sendo executado. A tolerância para com os homens é uma virtude, mas a condescendência com os hábitos, os métodos e os processos que conspurcaram o nome e o conceito da República — é um crime. Coerente com esse espírito conciliador e construtivo, não posso, também, concordar com a prática de violências de quaisquer origens, pois a ninguém é lícito fazer justiça pelas próprias mãos sem diminuir a autoridade do Governo e o prestígio da Revolução.

Numa época trabalhada por todos os agentes de dissolução e de anarquia, devemos empenhar os nossos melhores esforços para cumprir o dever elementar de manter a ordem, a confiança e a tranquilidade. E' isto o que o povo deseja para trabalhar. Só assim poderemos ultimar rapidamente a obra de reconstrução moral e material prometida pela Revolução. Nesse sentido, estou disposto a agir firme e resolutamente, contando com o

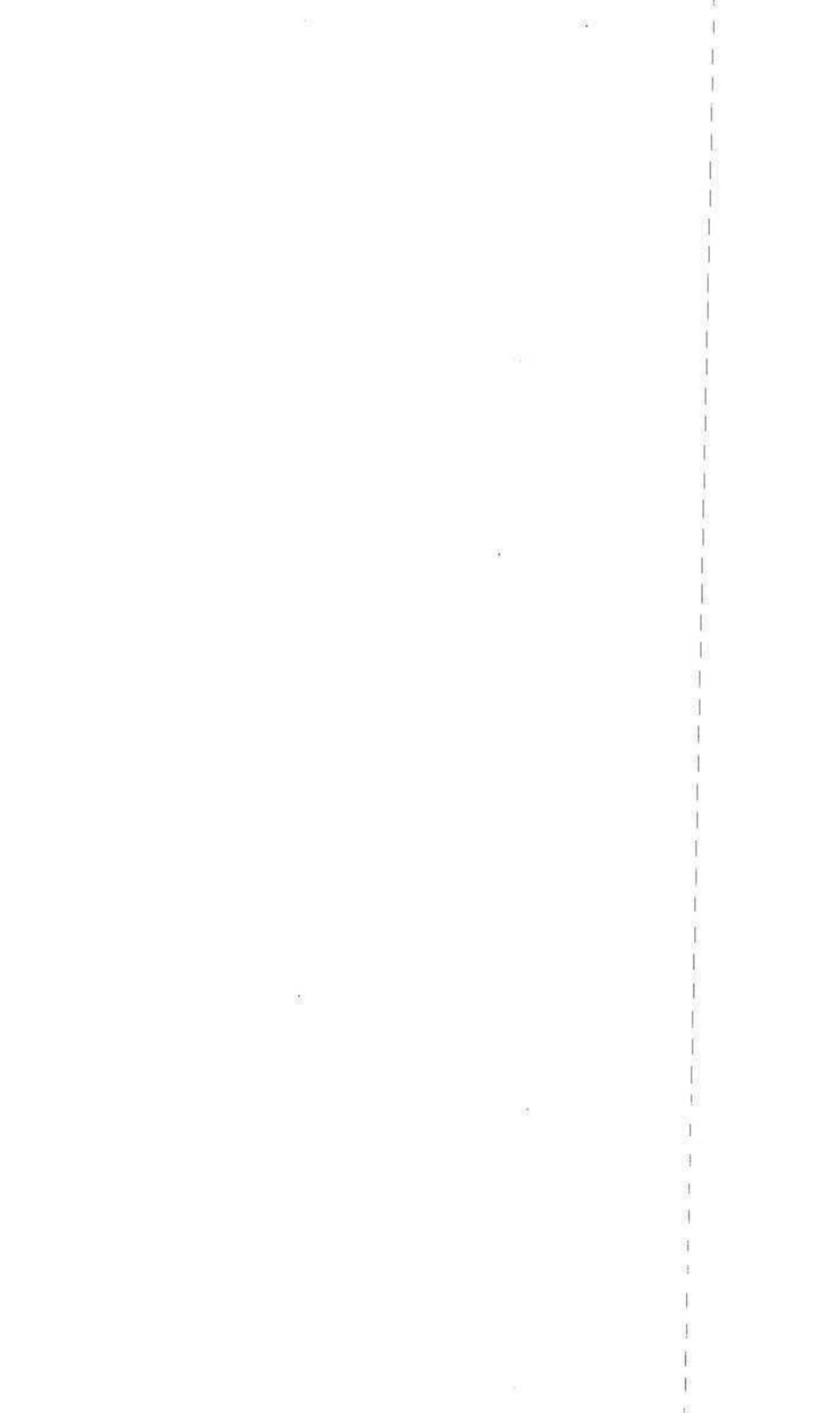
## A VOLTA DO PAÍS AO REGIME CONSTITUCIONAL

auxílio e a colaboração de todos os brasileiros, dispostos a servir, não aos seus interesses, mas aos altos destinos da sua Pátria. Não devo perder o ensêjo de felicitar-vos pela louvável iniciativa, que tivestes, de organizar um programa no qual procurastes concretizar o idealismo construtor da Revolução, submetendo-o ao exame da opinião pública com o fim de prepará-la para o embate pacífico das urnas. Essa patriótica atitude de trazer à publicidade idéias e princípios, propagando-os pelos meios adequados ao sistema democrático, é merecedora de aplausos. O Govêrno sòmente se integrará num regime novo quando êste fôr o reflexo da Nação organizada. Não deverá tornar-se, por isso, prisioneiro de qualquer partido, classe ou facção, porque ùnicamente ao povo brasileiro, juiz definitivo de seus atos, lhe cumpre prestar contas. Prossegui, pois, na propaganda pacífica das vossas idéias, que bem poderão transformar-se em flâmula de esperança, capaz de agremiar o pensamento nacional em tórno de um programa construtivo e renovador desta grande Pátria, cujos destinos gloriosos exigem de todos os seus filhos sacrifício e desprendimento, espírito de concórdia e dedicação incessante ao bem público.



# A Revolução e o regime legal

(MANIFESTO À NAÇÃO, LIDO, EM SESSÃO  
SOLENE, NO EDIFÍCIO DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS, A 14 DE MAIO DE 1932)



## SUMÁRIO

Cumprir fugir às seduções do puro doutrinário — O exemplo do passado. O espírito público, substituído pelas propensões egoístas, desaparecera na mentalidade partidária — Primórdios da Revolução — O país antes da Revolução — Os governos oligárquicos, as posições e os proventos pessoais — Atmosfera de convenções e de artifícios — A advocacia administrativa como profissão paralela aos mandatos políticos — Gênese do movimento revolucionário de 1930 — A Aliança Liberal — Atitude inicial do Governo Provisório — A herança recebida — A obra realizada — O que resta fazer — Reorganização administrativa — Revisão dos quadros do funcionalismo — Racionalização da administração — O Tesouro Nacional e o controle das rendas públicas — Criação do Tribunal Administrativo — Remodelação do Tribunal de Contas — Revisão dos contratos federais de serviços — Revisão geral do sistema tributário — Transformação do regime bancário — Revisão tarifária — As comissões técnicas — O Exército e a Marinha — Combate aos males das secas — A defesa sanitária — Medidas enérgicas e inteligentes para a solução do problema da educação nacional — A futura unidade judiciária — Legislação social — O julgamento da Revolução — A constitucionalização — A situação atual — O Governo Provisório sempre se preocupou com preparar a volta do Brasil à legalidade.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

•

•

**A** época de renovação e reconstrução que atravessa o país precisa ser encarada dentro da realidade brasileira, consultando as nossas tradições e a experiência dos erros anteriores, considerados como lições para o futuro. Cumpre-nos fugir às seduções do puro doutrinário, às influências dos ideais de empréstimo e das novidades perigosas. Semelhante atitude não implica, entretanto, em ficarmos inertes, comodamente apáticos, indiferentes às conquistas do pensamento político contemporâneo, sonhando, por preguiça mental, a volta automática ao passado.

Os problemas nacionais exigem apurado exame, feito com critério próprio e sentido previdente, para que possamos resolvê-los com segurança e acerto.

A visão incompleta dos fatos e dos acontecimentos conduz, quasi sempre, a conclusões aparentemente exatas, cujas deficiências a aplicação torna evidentes, demonstrando a ineficácia das fórmulas, quando não correspondem às necessidades ambientes.

### **O exemplo do passado**

Entre nós, os republicanos de 89 foram vítimas desse erro de visão. Implantando a República, adotaram o regime federativo e presidencial e construíram monumento político teoricamente perfeito, que concretizava todas as garantias inerentes aos governos democráticos. Só mais tarde verificaram, com desencanto, a falta de relação entre a obra ideada e a realidade, sentindo-a

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

inadaptável às condições especiais do meio, contraste que se traduzia na frase desalentadora — de não ser esta a República que haviam sonhado.

A nossa organização republicana, conformada segundo a teoria dos compêndios e à qual o temperamento liberal do povo brasileiro emprestara prestígio doutrinário excessivo, deixava passar pelas malhas frouxas das suas leis os germes dissolventes que haveriam de enfraquecer e perturbar o processo evolutivo da nacionalidade. À sombra de tal regime, que alheava o Estado dos problemas básicos da sociedade, a política perdeu toda significação ideológica e, em pouco, se tornou simples atividade eleitoral, sujeita a fases cíclicas e circunscrita, exclusiva e incondicionalmente, à conquista e manutenção do poder. Na mentalidade partidária, desaparecera o espírito público, substituído pelas propensões egoístas.

Consequência dessa inversão da moral política foi o falseamento do regime implantado. A perfeição teórica do conjunto não evitou que os governantes se sobrepussem às instituições, violando as leis, defraudando o patrimônio da Nação e comprometendo-lhe o crédito. Não acuso pessoas, nem declino nomes: analiso fatos.

Os diversos movimentos de rebeldia que inquietaram o país durante os últimos quarenta anos, por mais dispares que fossem na aparência de suas causas imediatas, quasi todos invocavam, como origem primária, a falta de cumprimento da Constituição de 24 de Fevereiro.

A violação da lei básica da República erigira-se em argumento justificativo dessas manifestações de descontentamento crescente, sempre fracassadas, pela precária associação de seus elementos ou porque, imaturas de comêço, não encontrassem a necessária receptividade na alma popular.

### Primórdios da Revolução

Os primórdios da Revolução brasileira aparecem nos episódios de continuada rebeldia de alguns vanguardeiros. Certa angústia intraduzível trazia contida nos seus pronunciamentos a consciência das massas, cujo ânimo revolucionário, não organizado, mercê das dificuldades geográficas e políticas de contacto entre os homens, flutuava ao sabor das correntes de reacção, sem definir-se ou aderir a seus propósitos. Quem não perceberia, porém, o potencial de revolta em tensão, a que faltava, apenas, agente propulsor?

A cadeia histórica dêses diversos impulsos de rebeldia teve sua expressão mais característica no puritanismo cívico dos movimentos de 22, 24, 26 e 27. Caldeada nessas tentativas, a Revolução far-se-ia, necessariamente, no momento em que se extremasse o conflito existente entre a mentalidade nacional e os interesses dos agrupamentos partidários, impossibilitando qualquer conciliação.

Os partidos políticos, como intérpretes do pensamento nacional, haviam desaparecido. Os processos de representação abastardavam-se. As eleições transformaram-se, aos poucos, em verdadeira burla: os eleitores votavam sem liberdade de escolha, ou a ata falsa substituíam, sumariamente, a vontade do eleitorado.

### O país antes da Revolução

Os vinte Estados em que se subdividira o mapa do Brasil, anulado o poder de representação, válvula de

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

segurança do regime, com raras exceções, debatiam-se presas de governos oligárquicos, que exploravam, em benefício próprio, as posições e os proventos materiais.

Os Governadores, em concílio, elegiam o Presidente da República, que, por sua vez, determinava sôbre a substituição dos governos locais. Os deputados eram simples mandatários da vontade arbitrária dos régulos estaduais, cujo desplante atingia o extremo de indicarem, às vezes, até aqueles que deviam, hipoteticamente, representar a oposição.

Terminado o mandato, os Governadores aposentavam-se no Senado, ocupando o lugar dos que iam substituí-los nos Estados, em um revesamento atentatório da moral política. A velha e respeitável instituição transformara-se em remanso de repouso farto, pitorescamente caracterizada por um parlamentar ilustre da época como uma “maternidade para a desova das oligarquias”.

Nessa atmosfera de convenções e de artifícios, a advocacia administrativa, instituída como profissão paralela aos mandatos políticos, delapidava o Tesouro e corrompia a vida pública do país, oscilando entre o Congresso e as repartições. A justiça, principalmente a dos Estados, falhava na sua alta magistratura. Seleccionada pelo favoritismo dos poderosos, mal remunerada e sem garantias indispensáveis, carecia da necessária independência de julgamento.

Em semelhante regime, assinalado pela irresponsabilidade, os Presidentes da República governavam, de fato, discricionariamente, contidos, às vezes, nos seus excessos, mais por escrúpulos de pudor pessoal ou contemporizações com a opinião pública que pelos freios e contrapesos da máquina constitucional, sempre dóceis à chancela de seus atos.

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

A ausência de correntes gerais de idéias e princípios, contendo os problemas essenciais ligados ao desenvolvimento do país e expressos em claros programas partidários, permitia a cada Presidente impor programa próprio, de plataforma convencional, vazia de sentido, acarretando lamentável descontinuidade administrativa.

Vivíamos, economicamente, no pleno domínio do empirismo e do desalento. No tocante à exploração metódica das nossas fontes de riqueza, desordenadamente aproveitadas, a ação governamental, por vezes inoportuna, era estéril e contraproducente.

Entre alternativas de prosperidade e decadência, permitimos que outros países, com maior capacidade de organização, nos vencessem na concorrência internacional, disputando a primasia, nos mercados mundiais, de produtos daqui transplantados e originariamente nossos.

As intervenções dos poderes públicos ressentiam-se da falta de planos adequados para a organização e amparo das culturas e indústrias nacionais, limitando-se a tentativas de valorizações efêmeras, num conjunto de operações e processos causadores de futuros desastres econômicos.

Financeiramente, o esbanjamento sem medida, o favoritismo, as obras suntuárias, acarretavam formidáveis *deficits*, cobertos, de modo nefasto e permanente, por empréstimos do capitalismo estrangeiro, aumentando, de ano para ano, os onerosos encargos da dívida pública.

Eis o regime abatido pela Revolução de 1930.

### Gênese do movimento

Tal estado de cousas gerara duas mentalidades antagônicas, dentro da vida cívica nacional: uma refletia o

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

espírito partidário das classes de govêrno, pois a insuficiência do regime vigente levava a menoscar as próprias fontes de nossa formação política; a outra, a consciência cívica do povo brasileiro, abandonado pelos seus condutores e desatendido nas suas solicitações mais imperativas, só tendo pelos govêrnos aversão, indiferença ou desprezo, e sempre pronta a aplaudir as atitudes de rebeldia.

A inquietação da alma brasileira, agravada pela crise econômica, oriunda do fracasso da valorização do café, e o abalo produzido pela crise financeira, proveniente da derrocada do plano de estabilização, coincidindo com a grave crise cívica da sucessão presidencial da República, convergentemente, crearam a situação que a fôrça oculta dos acontecimentos já de muito preparára.

### A Aliança Liberal

A reação política de que resultou a campanha presidencial, congregando, nas lutas parlamentares e nos comícios cívicos, os elementos componentes da Aliança Liberal, intensificou a preparação da sociedade brasileira para as suas mais altas reivindicações, embora outro fôsse, inicialmente, seu objetivo. Sob a bandeira por ela desfraldada, encontraram-se, confraternizando, o tradicionalismo democrático e as irrequietas vanguardas revolucionárias, já distanciadas do credo político geralmente aceito, avançando, rumo a soluções mais radicais e profundas. Mas o que, antes de tudo, caracterizava e limitava o movimento representado pela Aliança era o plano das reivindicações pròpriamente partidárias, circunscrito à adoção de novo sistema eleitoral e a objetivos constitucionais imediatos, procurando resolver, dentro do regime

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

e da ordem de cousas estabelecidas, o problema central da política brasileira, que consistia no divórcio consumado entre o Governo e a Nação.

Quebrara-se a unidade, até então mantida pelas classes dirigentes, permitindo que uma fração delas tomasse o partido das aspirações populares. Tratava-se de um movimento político e eleitoral, desencadeado dentro dos moldes existentes. Orientava-o, ainda, o antigo puritanismo dos propagandistas da República, que, através dos comícios e da voz inflamada de seus arautos, reagia contra o falseamento do padrão constitucional de 91.

O problema, porém, era mais profundo e mais amplo. Fracassava o regime e não apenas os homens e os partidos. A obra política creada deixara a Nação fora do Estado e a reação anunciava-se inevitável. Os pronunciamentos da opinião pública, provocados pela campanha liberal, ultrapassavam as fórmulas que ela propunha. Sentia-se, nas correntes propulsoras do movimento da Aliança Liberal, marcado desinterêsse pelas suas manobras estratégicas e resultados de caráter político, porque se inclinavam, francamente, à solução mais extremada, de ordem social e econômica.

Os futuros historiadores, ao retraçarem êste período agitado da vida brasileira, distribuirão, certamente, à Aliança Liberal seu verdadeiro papel: dar forma transitória às aspirações populares e permitir que, num ambiente social de contacto difícil e lento, como o nosso, se constituísse a unidade que impediu a resistência do Governo e destruiu, em torno dele, todos os redutos da legalidade.

Vencida, nas urnas, pela fraude, a Aliança Liberal encerrou normalmente sua missão. Uma grande força, em que a consciência nacional se encarnava, continuou, no entanto, a influenciar o espírito das massas, evidenciando

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

que o problema não fôra resolvido, antes se complicara em seus termos, conjugando as necessidades políticas do país com os imperativos da dignidade nacional e exigindo se conquistasse pelas armas o que não se obtivera pelos meios legais. Esta fôrça gerou a Revolução de Outubro, cujos efeitos de ordem política e social não poderiam restringir-se aos postulados da Aliança Liberal. Como processo violento, aplicado à transformação de um regime em bancarota, ela sòmente se condicionaria às necessidades impostas pelo momento excepcional em que teria de atuar para reconstruir, de alto a baixo, o arcabouço institucional do país.

O programa da Aliança Liberal continha muita coisa aproveitável, mas, sòmente êle, não bastava para satisfazer às necessidades e às conquistas da Revolução.

### Atitude inicial do Govêrno Provisório

A reação pelas armas não antecipou programas para impor-se ao povo brasileiro, nem isso seria imprescindível. Movimentos desta natureza se orientam menos por cláusulas prèviamente assentadas do que pelo instinto da realidade posterior aos acontecimentos.

Dissertam levianamente os que acusam o Govêrno revolucionário pela falta de diretrizes predeterminadas, esquecendo que tais diretrizes não podem ser traçadas arbitrariamente. Elas devem originar-se e distender-se segundo os anseios do povo e as injunções das necessidades nacionais.

Encontrámos o país num ambiente político-administrativo de pânico, e, para modificá-lo, tivemos de empregar esforços inauditos. O movimento subversivo arrastára elementos de vária procedência, dos que a hora da

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

luta congrega e as exigências do trabalho reconstrutor dispersam.

Em país vasto qual o nosso, com uma população esparsa em núcleos afastados, de aspirações políticas e exigências administrativas diversas, era fatal que surgissem correntes revolucionárias distintas pela sua ideologia, embora marcadas todas pela mesma elevação moral e idêntico patriotismo. Que admira se houvessem refletido na atuação governamental essas tendências contraditórias, cujo antagonismo de superfície a ação coordenadora do Chefe do Govêrno conseguiu neutralizar em benefício dos interêsses superiores da comunhão?

O Govêrno Provisório não fez política no sentido de submeter-se aos postulados e às solicitações dos interêsses de partidos, de classes ou facções. Todo seu esforço consistiu em firmar a ordem material, para tornar possível a realização dos melhoramentos e reformas exigidas pela nova situação do país.

Preocupado em resolver os problemas urgentes de administração, pedimos tréguas ao partidarismo, deixando livre curso às tendências e manifestações do espírito cívico do povo brasileiro. O Govêrno Provisório e seus delegados nos Estados têm-se mantido em atitude serena e imparcial, que não implica, de-certo, hostilizar as organizações políticas, cuja atividade e formação desejaria, ao contrário, se desenvolvessem livremente, como meio de disciplinar as correntes de opinião, dentro da ordem e pela afinidade das idéias. O assêrto torna-se tanto mais procedente quanto é reconhecido e proclamado o mal da falta de partidos nacionais, pois os raros que existem têm estrutura e finalidades de caracter regional. No quadro da nossa vida pública, sòmente agora, após a Revolução, começam a esboçar-se as primeiras

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

tentativas de formações partidárias, de sorte que ainda não é possível caracterizá-las segundo as suas tendências e objetivos. A influência do movimento revolucionário nesse terreno é mesmo diversamente apreciada. Para alguns, teve o efeito de alterar o panorama da política nacional, abrindo margem ao aparecimento de novas organizações partidárias, cujo avanço julgam inevitável; para outros, afigura-se necessária a manutenção dos antigos partidos locais, cujas idéias ou programas se confundiram na luta e que a tradição somente separa; enfim, ainda outros, antigos dominadores das coligações oligárquicas, que infelicitavam o país, tentam ressurgir e procuram, novamente, impor-se, em meio à confusão creada pelas ambições políticas.

Entre as aspirações em choque, o papel do Governo Provisório não pode ser o de parte interessada e contendor. Cabe-lhe, apenas, coordenar esforços para tornar efetiva a obra saneadora da Revolução, sob o seu duplo aspecto material e moral. Obediente a este critério, tem agido e continuará a agir serenamente.

Com efeito, triunfante a Revolução, impunha-se extinguir a desordem reinante em todos os setores da administração pública, para só depois cogitar-se da reconstrução política. Os erros e os vícios avultavam de par com os compromissos que oneravam a vida financeira do país. O quadro esboçado assume maiores dimensões se refletirmos que a responsabilidade do Governo se estendeu, simultaneamente, à União e aos Estados. Só assim é possível perceber a grande soma de dificuldades a vencer para recompor, eficaz e seguramente, o aparelho administrativo e financeiro do país, quando a quasi maioria das suas unidades se ressentia de males idênticos, agravados, em alguns casos, a limite inacreditável.

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

Em face da herança calamitosa deixada pela primeira República, consistiria excesso de otimismo supor que, em curto prazo, fôsse possível restituir à Nação sua vida normal, sem risco de reincidir, pelo menos parcialmente, nos antigos erros que a levaram à ruína.

Compreende-se que o restabelecimento da normalidade constitucional antes da Revolução produzir seus efeitos imediatos e benéficos seria, apenas, a restauração do passado, com as causas determinantes do movimento reivindicador. Se isso sucedesse, legitimar-se-ia o argumento negativista, frequentemente invocado, de que lhe fôra objetivo substituir homens e não renovar instituições, quadros e métodos de govêrno.

Toda essa decomposição, a que tivemos de aplicar o remédio heróico da fôrça, se processou no decorrer de quarenta anos de regime constitucional. Seria critério simplista, senão ingenuidade, acreditar que tudo estaria saneado com a volta automática do país à legalidade que propiciára aquele deplorável estado de cousas. Semelhante terapêutica, fatalmente, falharia quando empregada em debelar males antigos, crônicos e profundos.

A exagerada importância que se pretende conferir aos programas é outra herança do formalismo oficial, caracterizador da primeira República. Durante quatro décadas de sua existência, multiplicaram-se as plataformas de govêrno, que assumiam, em cada sucessão presidencial, aspecto de maior importância e gravidade, envolvendo, na sua extensão, os problemas de ordem administrativa, financeira, econômica e política. A-pesar-disso, sempre se governou sem programa e sem orientação definida, inteiramente à margem das necessidades e aspirações do país.

Não há-de concluir-se daí a inutilidade dos programas. Eles têm real valor se cumpridos integralmente.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Tambem não são essenciais quando os depositários do poder público traduzem suas intenções em atos concretos, reveladores de espírito construtivo firmemente orientado. E' o caso do Govêrno revolucionário. Sem haver compendiado normas de ação em cláusulas rígidas e definidas, êle se vem empenhando em vasta obra de reconstrução, já em parte realizada e que abrange todos os setores de nossa vida administrativa, financeira e econômica. Com maior eloquência que as palavras, falam os fatos. E, êsses, aí estão para atestar a atividade profícua e ordenada do Govêrno Provisório, que aspira ser julgado pelas suas ações, pelo seu trabalho eficiente e pelo esforço desenvolvido em prôl do restabelecimento da Nação.

Para bem fundamentar qualquer juízo a respeito, é indispensável não esquecer a situação encontrada pela Revolução triunfante.

### A herança recebida

O Brasil aproximava-se de inevitável colapso, asoberbado pela derrocada financeira, pela crise econômica e pela desordem administrativa.

Esboçando-a, reproduzo a exposição feita em recente documento:

“Ao assumir a Chefia do Govêrno Provisório, investido pela Revolução vitoriosa, verifiquei que a situação do país, conforme o povo a pressentia e o otimismo oficial disfarçava, era de completo dismantêlo: os orçamentos desequilibrados; as despesas públicas efetuadas à margem das formalidades legais; a desordem administrativa instaurada como norma; uma dívida flutuante de

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

total desconhecido; o crédito, no exterior, abalado pela falta de pagamento de vários compromissos e por vultoso descoberto; as reservas ouro esgotadas; as rendas públicas em declínio; enfim, o desequilíbrio das forças econômicas acarretando a depreciação de nossos principais produtos de exportação e agravado pela ruínosa política do café”.

Impunha-se-nos, de início, ordenar a vida administrativa e propugnar o saneamento moral e material do país, pela adoção de medidas de efeito rápido e certo, com poder bastante para modificar costumes, métodos e processos prejudiciais. Cumpria-nos reduzir despesas, coibir abusos, reformar serviços dispendiosos e sem eficiência, equilibrar orçamentos, suprimir *deficits* e, sobretudo, simplificar, melhorando, a antiquada e ronqueira máquina administrativa.

### A obra realizada

Em trabalho silencioso, seguro e metódico, tudo se vem realizando. As despesas públicas sofreram cortes até limites jamais atingidos. Num ano, do exercício de 1930 para o de 1931, reduzimo-las de quasi um milhão de contos de réis. Os orçamentos estão equilibrados; os serviços públicos, remodelados, com redução de despesa e maior eficiência; as explorações industriais por conta do Estado aumentaram de renda, algumas já tendo seus *deficits* reduzidos e outras apresentando saldos. Creou-se a Comissão Central de Compras como aparelho compressor de despesas, e, sob sua vigilância, diminuíram-se os gastos com fornecimentos às repartições públicas de 30 a 40 %. Fundiram-se, com benefício para o público e vantagens para o Tesouro, os serviços

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

de Correios e Telégrafos. O problema das sêcas mereceu providências especiais, e o plano organizado vem sendo posto em execução metódicamente. Prolongada estiagem há três anos flagela o Nordeste, exigindo o emprêgo de medidas excepcionais para socorrer aquelas valorosas populações, genuinamente brasileiras. O Governo não tem poupado esforços para ampará-las, e os empreendimentos que alí se executam ocupam a atividade de mais de 200.000 flagelados. A mobilização, que se vai fazer, de novos recursos, permitirá, em breve, por meio de trabalho em obras públicas, abrigar da miséria cêrca de meio milhão de flagelados.

O saneamento da Capital mantém-se com a antiga eficiência, e a profilaxia da febre amarela, contratada para todo o país, está sendo feita com dispêndio inferior ao que se destinava sômente a esta cidade. O ensino secundário e superior, modernizado nos seus métodos, passou por completa remodelação. Promulgaram-se as primeiras leis reguladoras do trabalho e das relações entre patrões e operários.

Ainda mais, a-pesar-do decréscimo das rendas, todo o funcionalismo vem recebendo pontualmente seus vencimentos, e estamos liquidando a dívida flutuante das administrações anteriores e as provenientes das requisições militares da Revolução de 1930. Sem emitir, sem contrair empréstimos, sem agravar o crédito público, já iniciámos a execução de diversas obras e melhoramentos de caráter inadiável, algumas paralizadas há muitos anos e outras, até agora, relegadas ao esquecimento, mau grado os constantes apelos das populações por elas favorecidas.

A indústria e a produção nacional, depauperadas pela falta de estímulo e auxílios, têm sido, na medida do possível, socorridas e revigoradas. As providências

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

tomadas para o amparo e desenvolvimento da indústria açucareira, do álcool-motor e do carvão nacional começam a produzir resultados animadores. O Governo Provisório encarou, com ânimo decidido, o problema do descongestionamento dos *stocks* de café, consequência do ruinoso plano de valorização, cujo fracasso culminou na queda do regime que o instituía.

Como o assunto se prenda diretamente à estabilidade da nossa economia, não será demais expô-lo com pormenores:

Em 30 de junho de 1931, estavam retidos nos reguladores paulistas 18 milhões de sacas de café. A safra de 1931-1932 era avaliada, então, em 17 milhões e 500 mil sacas, o que representava, somente para São Paulo, uma disponibilidade de 35 milhões e 400 mil sacas, para uma exportação média-anual calculada em 9 milhões e 500 mil, donde resultava um *superavit* de 26 milhões, sem contar a quantidade retida dos demais Estados produtores. Da retenção de 18 milhões de sacas, verificada em 30 de junho de 1931, encontram-se atualmente pagas e pertencem ao Conselho Nacional de Café 12 milhões, isto é, dois terços do total retido, que vem sendo rapidamente reduzido. Até 30 de junho de 1932, o saldo de 6 milhões deverá estar integralmente liquidado. Efetivamente, da safra paulista 1931-1932, no total de 17 milhões e 500 mil sacas, entraram em Santos ou foram vendidas ao Conselho, em S. Paulo, até 31 de março de 1932, 9 milhões de sacas. Nos meses de abril, maio e junho, poderão liquidar-se mais de 3 milhões, aproximadamente. E' lícito concluir daí, portanto, que a 30 de junho do corrente ano, estará esgotado todo o *stock*, retido em 30 de junho de 1931, de 18 milhões de sacas e mais os 12 milhões da safra 1931-1932. Em consequência desse escoamento, restarão, em 30 de junho de 1932, nos reguladores paulistas, aguardando liquidação, apenas

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

cêrca de 6 milhões de sacas. Assim, provavelmente, em 30 de junho de 1933, não existirá por colocar *stock* algum.

Ultimadas regularmente essas operações, teremos solucionado uma das maiores crises da produção nacional e restituído à lavoura cafeeira a sua liberdade de comércio, sem arruinar-lhe a economia.

Convém registrar que, para o financiamento de semelhante iniciativa, não se efetuou qualquer operação de crédito no estrangeiro nem se recorreu a emissões. Tudo se conseguiu mobilizando recursos internos, sob a responsabilidade do Banco do Brasil e garantia da taxa de 10 *shillings*, ainda assim, não paga pelo produtor. O nível dos preços não sofreu, contudo, modificação, acrescentando a circunstância de se haver suprimido o tributo de 3 *shillings*, que pesava sôbre o plantador paulista. Como se verifica, a ação do Governo Provisório, desenvolvida em cooperação com o nosso principal estabelecimento de crédito, foi decisiva nos seus efeitos, minorando progressivamente a crise de superprodução do café, mediante o esgotamento paulatino dos grandes *stocks* acumulados.

Reflexo, em parte, da crise mundial, em parte, da baixa do câmbio, a redução da importação, além de, benêficamente, determinar maior consumo de produção nacional, permitiu-nos valioso saldo na balança comercial. Concluímos o *fundíng* federal com a prorrogação por três anos do prazo para o pagamento de juros e amortizações da dívida externa e substituição dos títulos antigos por novos, negociáveis nas praças estrangeiras. Continuamos satisfazendo pontualmente, em numerário, os compromissos não abrangidos pelo mesmo *fundíng*, o que importa em fortalecer o crédito da União. Iniciámos, também, a revisão dos empréstimos externos dos

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

Estados, para entrar em entendimento com os credores, dentro das possibilidades financeiras de cada unidade federativa. Realizada esta última operação, esperamos obter saldo positivo na balança de pagamentos e, em consequência, a elevação de valor da nossa moeda, fato já observável, e a melhoria das condições de vida em geral. Ao mesmo tempo, procurando ampliar nossa exportação, por uma inteligente e profícua conquista de mercados, celebrámos vários acôrdos comerciais, em condições que nos são altamente vantajosas.

Relativamente às dívidas externas dos Estados, a comissão respectiva já apurou, em casos de empréstimos contraídos por alguns, verdadeiros dislates, que precisam ser esclarecidos e sanados, afim de que os Estados devedores sòmente paguem aquilo que, real e honestamente, devem — razão suficiente para que a União se abstenha de assumir a responsabilidade de tais dívidas sem sujeitá-las a uma prévia revisão, que os próprios credores aconselham e almejam, como meio de regularizar, na medida do razoável, pagamentos de há muito suspensos.

A ocasião é oportuna para me referir à desorganização financeira e à depressão econômica da maioria dos Estados da Federação ao implantar-se o novo regime. Não exagero resumindo-as no seguinte quadro: administração péssima; política, com raras exceções, oligárquica, estritamente partidária, sem visar o interesse coletivo; desbarato dos dinheiros públicos e orçamentos deficitários; a produção nacional estiolada pelas excessivas tributações e vítima ainda dos impostos interestaduais; deficiência de transportes e ausência de crédito agrícola.

A obra que se está realizando nesse terreno é realmente notável e honra sobremaneira os administradores

revolucionários. Conseguiu-se o saneamento financeiro, com o equilíbrio de quasi todos os orçamentos estaduais. As despesas improdutivas foram enèrgicamente cortadas, e as rendas, com rigor, applicadas em obras de benefício público, dando, tudo isso, a impressão de que nova fase começa para a vida administrativa do Brasil.

Reportando-nos às informações que acabamos de resumir, é justo reconhecer a considerável e promissora alteração sofrida pelo país no período decorrido da administração revolucionária.

Os dados que abaixo reproduzimos constituem índice significativo da melhoria operada em nossa situação cambial. Em novembro de 1931, o dólar, a libra e o franco eram cotados, respectivamente, a 16\$100, 60\$711 e \$637, e, em maio corrente, a 14\$340, 52\$423 e \$583. A cotação do café Rio e Santos, tipo 7, disponível em Nova-York, cotava-se, em novembro, a 6 1/2c. e 6 1/4c. e, em maio, a 7 7/8c. e 8 1/8c. Nas mesmas datas, os títulos brasileiros dos *fundings* de 1898 e 1914 subiam de 73 e 59 para 81,10 e 67,10, enquanto as notas da Caixa de Estabilização, em circulação, baixavam de 129,789 para 80,862.

A solução da crise do café, a consecução do *funding*, o equilíbrio orçamentário, a rigorosa economia observada e várias outras medidas administrativas vigorantes ou prestes a entrar em execução, deixam prever, sem excesso de otimismo, a melhoria próxima da nossa situação cambial, caso as ambições políticas, sob o pretêxto de retôrno apressado a um regime submetido já a quarenta e três anos de experiência exemplificativa, não perturbarem a vida da nação. Se, a-pesar-de tudo, tal acontecer, a culpa dos males que acarretar recairá sobre o impatriotismo dos seus provocadores.

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

Este rápido balanço evidencia o esforço do Governo Provisório para seguir a diretriz que se impôs com o fim de resolver os problemas mais urgentes da administração do país, assistindo-o com providências capazes de libertá-lo do caos financeiro e econômico em que se debatia.

E' evidente, no entanto, não estar completa a obra patriótica que o Governo revolucionário tem o dever de realizar, honrando a investidura recebida da Nação em armas, pronta a sofrer os maiores sacrifícios para se libertar, definitivamente, dos maus governantes que lhe embaraçavam o desenvolvimento, apenas preocupados em manter-se e continuar nas posições.

### O que resta fazer

Sumariadas as realizações do Governo Provisório, cabe-me, agora, informar-vos do que êle pretende ainda executar até ser atingido o termo de sua gestão discricionária.

Na parte referente à administração pública, tão intimamente ligada à restauração financeira do país, devemos completar a reorganização administrativa iniciada, ultimando a revisão dos quadros do funcionalismo e assegurando-lhe, ao mesmo tempo, plena garantia de seus direitos. A par disso, ordenar e coordenar os múltiplos serviços públicos, racionalizando-lhes a administração, tendo-se em vista a afinidade das funções e mais perfeita conjugação de esforços, de modo a obter-se maior resultado, em trabalho proveitoso. Dar nova organização ao Tesouro Nacional, estabelecendo o contróle geral, rápido e certo, das rendas, meio indispensável de informação ao Governo e, até aqui, insuficiente e falho. Estender êsse contróle à vida econômica e financeira dos

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Estados e Municípios, para poder corrigir-lhes as demasias tributárias e conhecer-lhes o desenvolvimento econômico, tão necessário à previsão das receitas federais. Rever, simplificando, as várias leis fiscais, de forma a desaparecer o nefasto regime atual de perene conflito entre o fisco e o contribuinte. Impôr métodos positivos à confecção dos orçamentos federais, dando-lhes caráter de precisão e previsão, que nunca tiveram. Criar o Tribunal Administrativo e remodelar o Tribunal de Contas, de maneira a estabelecer um regime prático e eficiente de responsabilidade e fiscalização. Ultimar a revisão dos contratos federais de serviços, sem postergar direitos, mas estabelecendo garantias sólidas em benefício dos interesses do Estado e do público. Efetuar nova discriminação das rendas federais e estaduais, formulando a revisão geral do nosso sistema tributário, problema capital, já entregue ao exame de uma comissão de técnicos, composta de homens eminentes no trato dos negócios e da administração pública, que elaboram o projeto a servir de base às providências do Governo.

Entre as reformas de ordem econômica, pretende o Governo Provisório transformar o regime bancário, permitindo a expansão do crédito por todo o país e não, como se fazia até agora, apenas circunscrito às capitais da União e dos Estados. Para forçar a penetração do crédito no interior, levando auxílio direto ao produtor, é mister tornar mais flexíveis as instituições bancárias, por intermédio de aparelho especial, que será creado para esse fim, único meio de se evitarem as crises que, com variável intensidade, se têm manifestado em outros países. Completará essas medidas revigoradoras da nossa depauperada economia a criação de bancos especializados, de acôrdo com as necessidades a atender, principalmente de crédito agrícola em geral, com intuito determinado de promover o surto de novas riquezas agrí-

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

colas e amparar as indústrias de produção existentes: café, açúcar, cacau, álcool-motor, pecuária e seus derivados. Além disso, pretendemos, cada vez mais, intensificar, nacionalizando-as, a pesquisa e a exploração de minérios, em cujas jazidas inexploradas se oculta segura fonte de riqueza.

Visando ainda vantagens de ordem econômica, a revisão tarifária, a que se procede, obedecerá a duplo critério: prevalecendo, para certas mercadorias, apenas, o objetivo fiscal de produzir renda, e, quanto às provenientes de indústrias genuinamente nacionais, somente a essas será aplicado regime moderadamente protecionista.

Comissões técnicas estudam diversos e relevantes assuntos, para oportunamente submetê-los à decisão do Governo. Entre os de maior importância, destacam-se: a revisão dos principais institutos de nossa legislação civil, comercial e criminal; a siderurgia nacional; o exame dos orçamentos, tributação e limites interestaduais.

O Exército e a Marinha, como organizações em que repousam a integridade e a ordem da Nação, têm merecido cuidados especiais no tocante a seu aparelhamento. Para mais rapidamente atingir-se tal finalidade, cream-se várias indústrias militares especializadas. Técnicos de reconhecida competência esboçarão um plano geral de reconstrução e remodelação do país, conjugado com o seu desenvolvimento econômico, para ser executado, parceladamente, em vários exercícios financeiros, devendo ter início ainda na atual administração.

Planeja-se a reorganização da nossa marinha mercante, visando o melhor aproveitamento da sua tonelagem, a redução dos fretes e aquisição de algumas novas unidades.

Prosseguir, sem desfalecimentos, no trabalho racional e sistemático de combate aos males das sêcas que, periódicamente, vitimam o Nordeste, estabelecendo um re-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

gime absoluto de continuidade nas providências e obras preventivas a executar.

Levar a efeito, praticando como um apóstolado, a defesa sanitária — saneamento e higiene — estendendo-a, principalmente, às populações rurais, até hoje abandonadas, e, pelo aperfeiçoamento eugênico da raça, apressar o progresso do país. Para dar realidade a essa velha aspiração, foi creada uma taxa especial, com a capacidade de fornecer os recursos necessários.

Dar início, com o emprêgo de medidas enérgicas e inteligentes, à solução do problema da educação nacional. Deve ser creada, ainda êste ano, a Universidade do Trabalho, como base do ensino técnico profissional. Procura também o Governo interessar, na difusão do ensino primário, a União, o Estado e o Município, imprimindo-lhe a indispensável unidade, já conseguida, com a última reforma, no ensino superior e secundário.

No domínio jurídico, esforçamo-nos por estender as normas de independência e autonomia estabelecidas para a Justiça Federal e local da Capital da República ao resto do país, lançando as bases da futura unidade judiciária. Na esfera social, continuaremos a promulgar legislação apropriada de defesa e garantia às classes trabalhadoras.

Eis, em síntese, o programa que ainda pretende cumprir o Governo Provisório, e, para executá-lo, não poupará esforços, agindo e trabalhando serenamente.

E' de inteira justiça salientar a boa vontade, o elevado patriotismo, o desprendimento e a abnegação com que o povo brasileiro tem suportado os sacrifícios exigidos pelo bem geral, atendendo ao apêlo do Governo instituído pela Revolução, seguro de que o inspiram os nobres interêsses da Pátria, interêsses que se fundem com os grandes ideais históricos da nacionalidade.

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

### O julgamento da Revolução

Ainda não chegou o momento dos juízos definitivos sobre a Revolução, no seu determinismo, no seu desdobramento, no seu impressionante desfêcho. A Historia aguardará do tempo, para o seu *veredictum*, que seja encerrado o vasto e completo inquérito desta fase da vida nacional, agitada tanto pelos ideais quanto pelas paixões.

As sentenças decisivas acêrca de homens, de ações, de corporações, de partidos, de acontecimentos, de resultados espirituais e materiais de toda ordem, verificados no cenário brasileiro do presente, serão formuladas por uma crítica futura sobranceira a personalidades, exclusivismos, preferências ou preconceitos de zona, de classe, de partido, de seitas. E' cedo, ainda, para ser feita a história da revolução e das causas que a determinaram.

De mim, direi que, quando, ante os atropelos e demandas do Govêrno deposto, a Revolução se impôs como única solução digna para o país, sempre me recusei a lançar meu Estado, de cujos destinos me incumbia a defesa, num movimento isolado, sem o apôio e a solidariedade das outras circunscrições federativas.

Para comprovar tal asserção, bastar-me-ia invocar o testemunho de todos os elementos civís ou militares que me ouviram e auxiliaram nessas horas incertas e atribuladas. Sempre pensei e atuei para que a Revolução tivesse o cunho e a extensão de um movimento nacional.

E assim ocorreu.

Julgada inevitável a reação armada pelos govêrnos de Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul e ajustada a necessária convergência de esforços recíprocos, em tórno

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

deles se articularam as formações revolucionárias dos outros Estados.

No trabalho de preparo e organização de planos e forças, desempenharam papel salientíssimo pela experiência e pela abnegação os diversos elementos militares que se incorporaram ao movimento.

Parte precípua no desenvolvimento da campanha coube à propaganda cívica promovida pela Aliança Liberal, constantemente estimulada pelos atos de provocação e violência partidos dos poderes dominantes.

A Revolução não foi, todavia, nem militarista nem civilista ou regionalista: foi nacional, *brasileira*.

Ninguém, portanto, ousará invocar direitos, em relação a ela, para lhe imprimir rumos exclusivistas.

O Chefe do Govêrno Provisório não é, nem poderia ser, contrário à volta do país ao regime constitucional. Não lhe cabe, porém, impôr critérios pessoais. Incumbe-lhe, no entanto, como missão primordial, auscultar os sentimentos do povo brasileiro, ouvir o parecer dos *leaders* revolucionários que mais fielmente os interpretam e agir de acôrdo com a maioria da opinião pública e, muito principalmente, no sentido de satisfazer às necessidades vitais do país. O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução, dentro da órbita legal. A maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderia ser feita em um regime em que predominasse o interêsse das conveniências políticas e das injunções partidárias.

Desejo, apenas, traduzir em atos o programa administrativo que a Revolução exige, para, em seguida, entregar o país, reconstituído e renovado, ao exercício normal de suas atividades e confiá-lo a seus legítimos mandatários, escolhidos pelas urnas.

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

Primavam, sôbre todos, ao inaugurar-se a Nova República, os problemas atinentes à economia e às finanças do país, que deveriam ser resolvidos antes de qualquer acomodação entre as influências divergentes na esfera partidária. Em período de restauração financeira, a exigir, sem protelações, o emprêgo de medidas extremas, de efeito rápido, fazia-se necessário um govêrno armado de poderes especiais, para realizá-la. Em França, assim ocorreu, quando foi da quêda vertiginosa do franco, salvando-se êsse país da derrocada iminente, com a ditadura financeira do Govêrno Poincaré, em que as leis de emergência eram formuladas pelo Gabinete, sem passarem pelo Parlamento. Na tradicionalista Inglaterra, ainda recentemente, para fins semelhantes, operou-se uma revolução pacífica, estabelecendo-se novos rumos para satisfazer às exigências do momento de crise e abandonando-se a velha política dos partidos. Quanto aos Estados Unidos, no momento difícil que atravessam, a colaboração do Congresso apresenta-se pouco expressiva com referência à aplicação das medidas julgadas indispensáveis ao restabelecimento do seu equilíbrio econômico, tomadas, diretamente, pelo Chefe do Govêrno. E isso ocorre em países considerados como padrões em matéria de constitucionalismo. A ditadura instalou-se, hoje, como forma providencial de Govêrno, impondo-se a nações de intensa cultura social e sólido aparelhamento democrático. Embora surgido da Revolução, o Govêrno Provisório nunca a considerou regime aplicável ao Brasil, nem procurou organizar-se visando semelhante *desideratum*. O próprio qualificativo de *provisório*, que adotou, é disso demonstração insofismável. Em todas as ocasiões — e foram múltiplas — em que o seu Chefe teve de manifestar-se em público a respeito, timbrou, invariavelmente, em apresentar-se como detentor transitório de uma magistratura que a Revolução lhe outorgara para

desempenho de determinada missão e prática de determinado número de atos.

### A constitucionalização

Eleito pelo povo, no pleito de 1.º de março, e esbulhado pela violência e a fraude, nunca pretendi manter-me indefinidamente no exercício dos poderes discricionários que a Revolução me delegou. Todas as vezes em que me dirigi ao povo brasileiro, em manifestos, discursos ou declarações à imprensa, jamais ocultei o meu desejo de que o país voltasse à ordem constitucional.

Ao assumir a Chefia do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930, resumindo os pontos primaciais do programa de reconstrução nacional a executar-se, assentava êste ítem: "Feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sôbre a escôlha dos seus representantes, com poderes amplos de constituintes, afim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do Governo Central".

Idêntica afirmação reproduzi em 2 de janeiro de 1931, ao agradecer a honrosa homenagem que me foi prestada pelas classes armadas: "O programa da Revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho para o ressurgimento do Brasil; instituí o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho, deixado ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regime representativo com a aplicação de leis

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classe, em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação; e restabelece, finalmente, o pleno gôzo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça.

Em rápida síntese, eis os lineamentos da obra que o Governo Provisório, com a colaboração eficiente de todos os bons brasileiros, pretende levar a efeito, usando de poderes discricionários e tendo em vista, exclusivamente, reintegrar o país na posse de si mesmo."

Mais tarde, em 4 de maio, empossando a Comissão Legislativa, acentuava: "Já se ouve proclamar a necessidade de reconstruir o nosso edificio constitucional. Os materiais a êle destinados, sobressaindo, entre outros, a reforma eleitoral, passarão, agora, pelas vossas mãos, num primeiro selecionamento. E' trabalho, êste, indispensável à perfeição da obra futura, que precisa ser delineada com vagar e sabedoria, sob pena de a construirmos precàriamente. Pretender apressar, com açodamento, a volta ao constitucionalismo, seria, talvez, recair na amarga experiência do regime anterior, tornando inúteis os sacrificios impostos pela Revolução. O saudosismo dos políticos decaídos, procurando precipitar a marcha dos acontecimentos, traduz, sòmente, a esperança do retôrno às delícias fáceis do poder. Não faremos construção duradoura se a não levantarmos com esforços leais e edificante sinceridade.

Tudo virá ao seu tempo. O regresso ao regime constitucional é aspiração comum. Realizar-se-á, porém, com o desenvolvimento lógico dos fatos, sob o amparo

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

de uma mentalidade saturada das idéias e dos princípios renovadores consagrados pela Revolução, e jamais como feira de sinecuras, ao livre dispôr dos sem trabalho da política”.

No almoço da Associação Brasileira de Imprensa, realizado em 20 de setembro, tive ensêjo de encarar o assunto com maior amplitude e de modo a não deixar dúvidas sôbre a sinceridade e coerência das minhas intenções: “O senso da oportunidade aconselha-me, também, a falar-vos sôbre o controvertido assunto da constitucionalização do país. Tenho mantido a êsse respeito constante coerência. Repito, agora, o que sempre disse, desde o período inicial da minha ascensão ao Govêrno: a constitucionalização virá a seu tempo, naturalmente, como termo final de uma série de atos preparatórios, que a devem anteceder”.

A reiteração do mesmo pensamento foi cabalmente selada com esta frase do meu discurso de 3 de outubro, na solenidade do Teatro Municipal, comemorativa do primeiro aniversário da Revolução: “Exército e Armada sabem que só assumi o poder para realizar os imperativos revolucionários, e o povo brasileiro confia na minha ação, pois aspiro, tão sòmente, a preparar o país, para devolvê-lo à sua soberania”.

E os atos corresponderam às palavras.

Para chegar até lá, não descurou o Govêrno da sua missão, oportunamente atendendo a um dos seus termos principais, consagrado no programa da Aliança Liberal: a reforma eleitoral.

Era do consenso geral proclamar-se que uma das causas geradoras dos males do regime se encontrava na ausência de legítima representação. Exigia-se uma lei eleitoral saneadora dos nossos costumes políticos, que consagrasse o direito de livre manifestação da vontade eleitoral, pela instituição do voto secreto e de outras ga-

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

rantias assecuratórias da sua validade e poder. Ainda aí, o Governo Provisório não se descuidou em satisfazer aos reclamos justos e antigos da opinião brasileira, pois, três meses após a sua instalação, isto é, em fevereiro de 1931, foi organizada a Comissão incumbida da reforma eleitoral, composta do eminente Sr. Assis Brasil, uma das maiores expressões de elevação mental e de dignidade cívica da vida política brasileira; do Professor João Cabral, especialista em estudos dessa natureza, e do conhecido publicista Mário Pinto Serva. Essa Comissão somente em 8 de setembro entregou o seu trabalho ao Governo, que o publicou, sem demora, durante três meses, para receber sugestões. Terminado êsse prazo, êle voltou ainda à referida Comissão, para proceder ao exame das emendas e substitutivos apresentados. Ocorrendo, logo após, a substituição do Ministro da Justiça, o novo titular da pasta, o ilustre Dr. Maurício Cardoso, auxiliado por outra Comissão, efetuou cuidadosa revisão do projeto de Código Eleitoral. Devolvido, enfim, ao Chefe do Governo, que também o examinou com minúcia, propondo algumas emendas, foi sujeito a uma última revisão e definitivamente aprovado pelo Decreto n. 21.076, que entrou em vigor em 26 de março do corrente ano. Pelo Decreto n. 21.302, de 18 de abril último, autorizaram-se as verbas de subsídio para a criação do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais Eleitorais, abrindo-se o necessário crédito. Feitas as nomeações para êsses Tribunais, iniciou-se o trabalho de alistamento. Dentro de um ano, poderão, finalmente, realizar-se, de acôrdo com o Código Eleitoral, as eleições fixadas para 3 de maio do ano próximo. O prazo marcado consigna tempo suficiente para consecução de alto coeficiente eleitoral.

Nestes termos, posta em execução a lei eleitoral, fixado o dia para a realização das eleições, entrará, necessariamente, o país numa fase de atividade política a

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

que o Governo se conservará estranho, colocado acima dos partidos, afastado das suas competições e coerente com as idéias inspiradoras da Revolução.

### A situação atual

A reação que se observa na vida econômica do país já apresenta caráter de segura solidez. O saneamento financeiro emprestou o almejado equilíbrio aos orçamentos da União e dos Estados. Por outro lado, a severa aplicação de normas administrativas moralizadoras imprime seu cunho regenerador na gestão dos negócios públicos.

A Revolução, abalando profundamente o país em todos os seus órgãos de vida e expansão, produziu mudanças radicais na mentalidade do povo brasileiro e ampliou seus horizontes, pela consciência que lhe deu do próprio valor e pela confiança na força que concentra para impôr sua vontade. Marcado o prazo para a realização das eleições, nesse período, deve, ainda, processar-se, afim de que melhor se evidenciem e preponderem os imperativos nacionais, a recomposição dos partidos políticos existentes, a formação de novos partidos e a organização das classes representativas dos interesses sociais e econômicos. Partidariamente coordenadas, estas constituirão uma força, não somente na defesa de seus legítimos objetivos, como, também, na salvaguarda dos interesses nacionais, de que são elementos da maior relevância, libertando-se, ao mesmo tempo, da intromissão, no seu meio, dos políticos, que, apenas, delas se aproveitam como massa eleitoral, jungida às conveniências e aos preconceitos faccionários.

Esses movimentos salutares da opinião pública contarão com o aplauso do Governo, que lhes assegurará

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

ampla liberdade de desenvolvimento, por forma a garantir a eficácia dos processos de representação. Três fatores novos produzirão, talvez, resultados desconcertantes e imprevistos aos manipuladores de eleições: o voto secreto, o voto feminino e a representação proporcional. O primeiro liberta o votante da influência compressoras do cacique eleitoral, permitindo-lhe exercitar conscientemente o mais sagrado dever cívico; o segundo mobiliza novas reservas de energia social, que desempenharão o papel altamente oportuno de grande força conservadora, agindo em defesa das tradições imortais da nacionalidade; o terceiro assegura a representação das verdadeiras minorias de opinião, às quais está reservada uma grande função, até hoje desconhecida na vida política da República.

Atento às condições de vitalidade e ressurgimento das energias nacionais, a elas condicionei a norma de ação que me impús e da qual, aquí, presto contas ao povo brasileiro, dizendo-lhe o que encontrou, o que fez e está fazendo o Governo Provisório, as diretrizes seguidas e o programa de ação revolucionária que executou, renovador da vida do país e de acôrdo com os seus interesses superiores. Para vencer as mais difíceis situações, não propús acôrds, não solicitei apoios, nem atendi a intimativas.

Iludem-se os que pensam fazerem os verdadeiros revolucionários objeções à constitucionalização do país. Eles não temem o regime das garantias normais e o império da lei. Concordariam, até, com o revigoramento da Constituição de 24 de fevereiro, enquanto se processasse a sua revisão. Temem, no entanto, a volta aos Congressos inexpressivos, aos conciliábulos políticos, aos pactos impostos pelas exigências das facções e pelo exclusivismo dos partidos sobrepondo-se ao interesse pessoal da nacionalidade.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

A última crise ocorrida manifestou-se logo após a promulgação do Código Eleitoral, e a perturbação que produziu teve o efeito, sobretudo, de retardar-lhe a execução. Aludo ao fato, para não perder a oportunidade de acentuar que a reconstrução política do país só pode processar-se, proveitosamente, em ambiente de ordem e de serenidade.

### Em conclusão

De tudo, se conclui que o Governo Provisório sempre se preocupou com preparar a volta do Brasil à legalidade, traçando, clara e firmemente, as linhas fundamentais do futuro edifício constitucional.

Ao empossar-me no Governo, o Poder Legislativo desaparecera, irremediavelmente dissolvido, pela força dos acontecimentos. O decreto cassando as regalias e proibindo o funcionamento do Congresso veio, apenas, confirmar oficialmente um fato consumado. Inoportuna fôra, portanto, nem encontraria ambiente favorável, a reconstrução imediata do custoso aparelho legislativo, que, com os aplausos do povo, tombára, corroído pelos próprios erros, justo castigo aos atentados que praticára contra o regime.

Acresce, além disso, não ser objetivo da Revolução triunfante a mudança de homens, e, sim, a substituição orgânica e profunda de métodos, de processos e normas de vida pública.

Sabe também o Governo que interpreta, exprime e defende os superiores interesses nacionais, em íntima e perfeita correspondência com as necessidades, os sentimentos e as aspirações do país. Ferido nas suas fontes de vida, abalado até aos fundamentos da sua estrutura legal, exposto, interna e externamente, a influências anárquicas e depressivas das suas energias, êle reclama provi-

## A REVOLUÇÃO E O REGIME LEGAL

dências salvadoras de largo alcance, exige dos dirigentes ação vigorosa, sadia, prudente e imparcial, e espera de todos os seus elementos representativos, classe a classe, uma fecunda convergência de esforços desinteressados pelo ressurgimento nacional.

Já foram percorridas, vitoriosamente, as primeiras jornadas, reparadoras e defensivas, da obra revolucionária.

A magna causa continua a exigir, entretanto, a esclarecida solidariedade de toda a Nação. O Governo Provisório, consoante já formalmente assegurei, vai entrar no terreno da reconstrução legal. A lei eleitoral está sendo executada. O alistamento revestir-se-á de rigor imprescindível à sua autenticidade, obedecendo ao espírito genuinamente republicano, que tem presidido e presidirá até ao fim à regeneração orgânica e espiritual da nossa Pátria.

De par com a realização do alistamento, uma comissão de notáveis, com o imprescindível concurso de todas as correntes de opinião, irá elaborando um projeto de Constituição, para submetê-lo ao exame da futura Constituinte. A esta caberá dizer a ultima palavra sobre o pacto fundamental da nova República, que deverá fixar nos seus textos as tendências predominantes do pensamento nacional.

A reorganização constitucional do país precisa assentar na consciência coletiva, livremente expressa e atendida, para não se converter em obra de extremistas nem de sectários de qualquer proveniência.

Não deverá nem poderá ser — nem será, de certo, sob as inspirações e o predomínio esclarecido do espírito brasileiro — uma restauração de institutos decrépitos, pela volta a velhos métodos e temas obsoletos, nem uma improvização abstrata, sem base na realidade nacional, mas uma renovação política que saiba equilibrar as lições

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

da História e as soluções da época que atravessamos, os caracteres de um nacionalismo superior, com as reformas e conquistas operadas, mundialmente, no campo das questões sociais e econômicas.

Atravesse tranquila a Nação esta hora decisiva, pois o Governo, cômico de sua elevada missão, apto para o cabal desempenho de suas árduas funções, tudo envidará pela prosperidade e grandeza do Brasil.

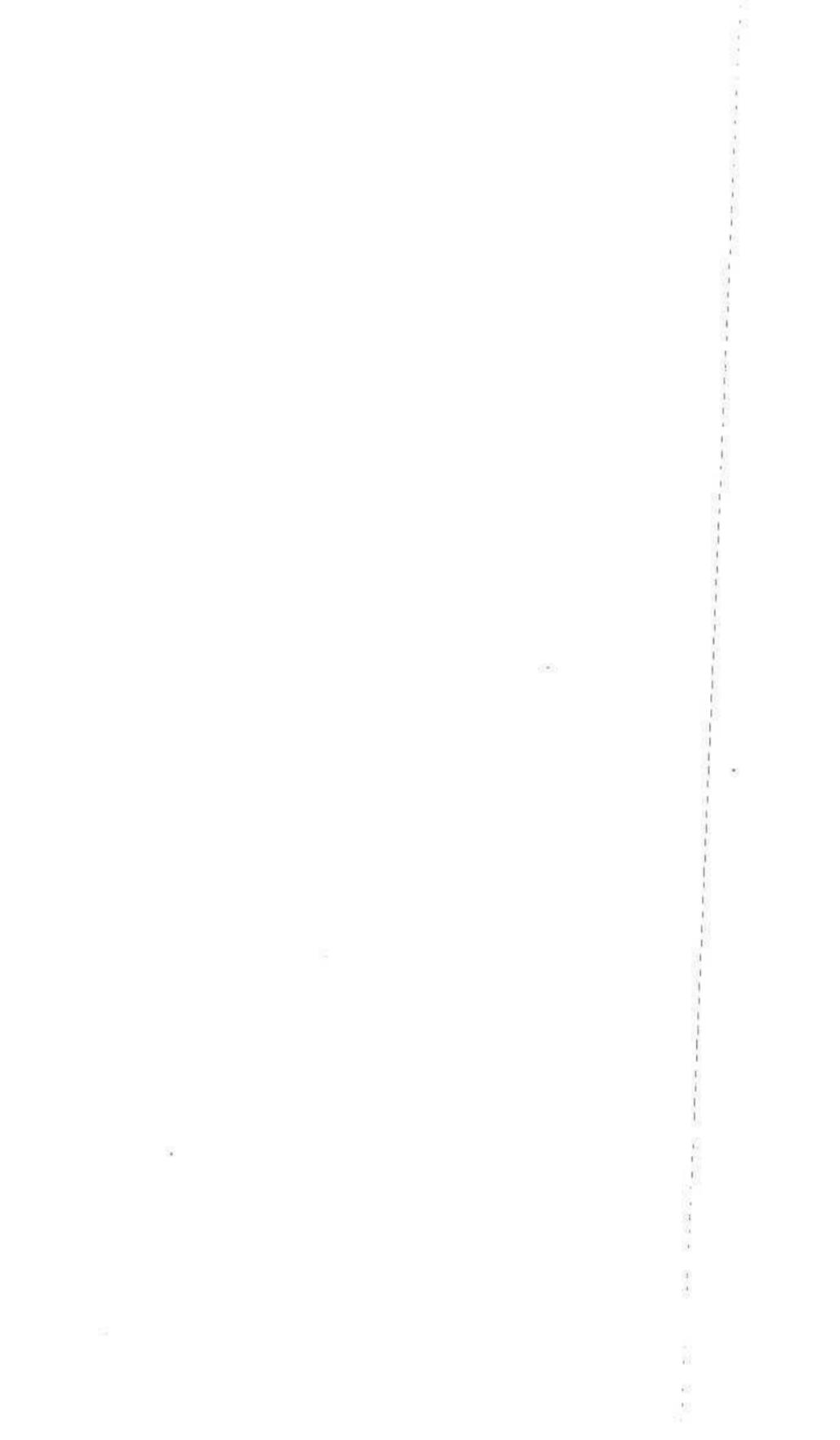
# A r e n o v a ç ã o d a e s q u a d r a b r a s i l e i r a

(DISCURSO PRONUNCIADO A BORDO DO  
ENCOURAÇADO *SÃO PAULO*, EM 11 DE  
JUNHO DE 1932)



## SUMÁRIO

O patriotismo da Marinha nacional e a necessidade de renovação da Armada — A política exterior do Brasil sempre foi pacifista, limitando o aparelhamento marítimo do país ao único objetivo de sua própria defesa — As deficientes vias internas de acesso persuadem que a Marinha de guerra, além de estabilidade, seja o meio mais fácil de se levar o auxílio da União e a presença de sua soberania a qualquer parte do território nacional — A hora inquieta do mundo aconselha não se descuide de sua Marinha um país com 1.600 léguas de costa — O caráter nacionalista da Revolução de Outubro — O momento nacional é de reajustamento e cooperação — O regime ditatorial transitório tem como fim claro a reconstrução nacional — Jamais medraria, no Brasil, o militarismo — O estado de cousas anterior a 24 de outubro não voltará — Os brasileiros não perdem a fé nos destinos de sua Pátria, nem o Brasil deixa de crer e confiar nos seus filhos.



**F**oram bem escolhidos êste dia e êste local, a bordo da nau capitânea da nossa esquadra, para festejar a assinatura do decreto de sua renovação, realizada, hoje, na Ilha das Cobras.

Onze de junho relembra data gloriosa nos fastos navais brasileiros. Em Riachuelo, o heroísmo das guarnições, a competência técnica dos comandos, a audácia das diretivas e a bravura com que foram executadas, conquistaram-nos a vitória na maior batalha naval travada na América do Sul. A nossa esquadra atingira, na época, ao fastígio de seu poder. Éramos a primeira potencia naval, nesta parte do Continente.

Hoje, a bordo dêste velho couraçado, sentimos todos o prestígio do esforço e continuado zêlo que representa a sua conservação, permitindo que, ainda flutuante, nele se realize esta solenidade. O dia rememora feito glorioso do passado, e a nossa presença no convés do *São Paulo* confirma triunfo não menor a enaltecer a Marinha de agora, pois em nenhuma armada do mundo talvez exista, navegando, nau de guerra com a sua antiguidade.

Conhecendo as condições atuais da nossa esquadra, posso bem aquilatar do patriótico júbilo que empolga, neste instante, a totalidade dos seus quadros, e, especialmente, a sua valorosa oficialidade, que, cada vez mais, se via afastada do meio apropriado ao seu aperfeiçoamento — o oceano, onde se educam e aprimoram os marinheiros, lembrando, desesperançada, os períodos lapidares de Rui Barbosa: "O oceano impõe deveres. O mar é uma escola de resistência. Às suas margens, os invertebrados e os amorfos rolam nas ondas e somem-se no lôdo, en-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

quanto os organismos poderosos endurecem às tempestades, levantam-se erectos nas rochas e cream, no ambiente puro das vagas imensas, a medula dos imortais”.

Com efeito, para marinheiros que se orgulham da profissão, exercendo-a fieis ao compromisso de garantir a segurança da Nação, devia ser doloroso contemplar, de ano a ano, a lenta extinção do nosso poder naval, composto de navios antiquados, cuja relativa eficiência se mantinha por milagre de tenacidade, com material insuficiente e gasto pelo uso excessivo.

A nossa política exterior foi sempre sinceramente pacifista. Os únicos litígios internacionais ocorrentes, ligados todos à fixação de fronteiras, resolveram-se amistosamente ou por arbitramento. Sem agravos a vingar, vivendo em harmonia com os países vizinhos e possuindo vasto território a povoar, nenhum motivo existe capaz de modificar esta linha invariável de conduta.

Todo o aparelhamento marítimo do Brasil tem tido, por isso, como único objetivo, a sua defesa, para o que bastam pequenas unidades navais de movimentação rápida, em condições de assegurar a vigilância do nosso extenso litoral.

Cumprê observar que, em país de deficientes vias internas de acesso, qual o nosso, cujos núcleos de população mais importantes se abeiram da faixa litorânea, a Marinha de guerra, além de garantir a estabilidade das comunicações, constitúi meio fácil para levar, quando necessário, o auxílio da União e a presença da sua soberania a qualquer parte do território nacional.

Afora tais razões de suma importância, não devemos, também, esquecer a hora de inquietação mundial que estamos vivendo, de perspectivas indefinidas e nada tranquilizadoras. Não se esboça ainda orientação segura e definitiva para a paz universal, e o próprio problema do

## A RENOVAÇÃO DA ESQUADRA BRASILEIRA

desarmamento mantém-se insolúvel, e continuamente adiado.

Em situação assim instável, na qual o aparelho assecuratório da paz entre os povos se mostra, frequentemente, ineficaz, não pôde ser considerado intento belicoso o fato de um país, com 1.600 léguas de costa, preocupar-se em prover sua vigilância marítima.

Creio não enunciar conceito novo afirmando que o movimento revolucionário de outubro tem caráter profundamente nacionalista, no sentido de promover a valorização de todas as forças vivas da nacionalidade. A modernização da nossa esquadra está logicamente contida na sua atuação renovadora. O início dessa renovação poderá ser considerado um estágio significativo da obra revolucionária e, igualmente, o começo de uma fase de congraçamento geral e colaboração de todos os brasileiros, sem distinção de classes, partidos ou facções, revelando o desejo comum de trabalhar pelo engrandecimento do país. Quanto ao Governo, constitui sua função precípua coordenar e agremiar, em benefício da Nação, os esforços isolados de finalidade patriótica e construtora. A responsabilidade dessa função tem de ser, por isso, essencialmente pessoal. Quem a exerce não pode considerar agravos pessoais as críticas ou apreciações feitas sobre iniciativas e fatos da administração pública.

O momento nacional, após as transformações realizadas pela Revolução, é de reajustamento e cooperação. Já é tempo de esquecer prevenções, de apagar desconfianças, de afugentar receios e esclarecer malentendidos. O regime ditatorial, como forma transitória de governo, deve ser aproveitado para a prática de atos de autoridade, com fins claros de reconstrução nacional, e não com o propósito de diluir a unidade moral da Pátria pela prática de violências inúteis. Afora os insensatos, ninguém

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

poderá preferir o desporto perigoso de provocar e abater revoluções à ação patriótica de atender, por meio de administração severa e rigorosa, aos interesses gerais da coletividade.

No Brasil, as forças armadas nunca se transformaram em guarda pretoriana para oprimir o povo, como, também, nunca se deixaram explorar pelo espírito faccioso, para anarquizar o país. Essa tradição salutar não permite que se confunda o papel do Exército e da Marinha, na vida pública nacional, com a atuação particular e isolada de alguns de seus membros que manifestem simpatias mais acentuadas pela direita ou esquerda partidárias. Jamais medraria, entre nós, o militarismo, que é a ação coordenada das instituições armadas impondo-se, pela violência, à consciência cívica da Nação.

Tal conduta, capaz de reger as maiores reações populares, não predomina no espírito, nem é da tradição das nossas classes militares. Mantenedoras, hoje como sempre, da ordem interna e da integridade nacional, elas apoiam o Governo, prestigiando-lhe a autoridade, para que se executem as transformações sociais, políticas e econômicas ambicionadas pelo povo e que o levaram à revolta, e se realizem as reformas administrativas impostas pela Revolução vitoriosa.

A colaboração de reduzido número de oficiais do Exército e da Armada na vida administrativa do país, exercendo funções civis, nada tem de extraordinário nem pode causar apreensões, uma vez que eles desenvolvem a sua atividade, em perfeito acôrdo com a consciência cívica do povo brasileiro. Desde que assim realmente ocorre, negar-lhes êsse direito de cidadania seria prevenção descabida e exclusivismo indefensável.

Julgo oportuna a ocasião para salientar serem infundados quaisquer receios de que se possa restaurar o es-

## A RENOVAÇÃO DA ESQUADRA BRASILEIRA

tado de coisas abatido no dia 24 de outubro de 1930. Assim como as águas que se despenham não retornam à nascente, o passado não voltará. Por ínfimo que seja, no presente, o trabalho de cada brasileiro em bem da coletividade apressará o renovamento no futuro. Nos momentos de reivindicações nacionais, não há esforço inútil. O abalo e o impulso experimentados pela nacionalidade brasileira não foram vãos. No meio das confusões, reais ou aparentes, das vacilações, verdadeiras ou ilusórias, a Nação ascende para os seus altos destinos. Os brasileiros não podem cometer a heresia de perder a fé nos destinos de sua Pátria, nem o Brasil deixar de crer e confiar nos seus filhos.

Se a fé, quando divina, tem fôrça para transportar montanhas, não admira que idêntico sentimento cívico vos mantivesse, oficiais e marujos, confiantes e serenos na esperança dêste dia, em que são, finalmente, satisfeitas as vossas legítimas aspirações. Eu aproveito, com intenso júbilo, o natural regozijo do momento, para saudar a nossa Marinha de guerra, tão bem representada pela competência e atividade de seu Ministro, como um dos fatores da tranquilidade e da grandeza da Pátria.



# A Revolução Paulista

(MANIFESTO A NAÇÃO, EM 12 DE JULHO  
DE 1932)



## SUMÁRIO

Injustificável o levante paulista, dados os propósitos do Governo Provisório para a reconstitucionalização do país — São fatos a promulgação da lei eleitoral, a data marcada para as eleições, a escolha dos juizes dos tribunais eleitorais, a nomeação dos funcionários das respectivas secretarias, a abertura dos créditos necessários e a designação da comissão incumbida de elaborar o projeto de Constituição — O Governo Provisório sempre demonstrou inequívoco interesse pelos destinos de São Paulo, amparando-o na obra de reconstrução de sua economia, resolvendo a gravíssima crise do café, entregando seu governo aos próprios paulistas — De Norte a Sul do Brasil, chegam ao Governo central as mais inequívocas demonstrações de solidariedade contra o levante — Nas urnas é que o povo brasileiro deverá, soberanamente, pronunciar-se sobre os atos e a obra da Revolução.

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

**N**a noite de 9 para 10 do corrente, as altas autoridades da República foram surpreendidas com a notícia de um movimento sedicioso, de caráter nitidamente reacionário, irrompido em São Paulo. Essa manifestação do espírito de desordem e facciosismo vem interromper a atividade do Governo Provisório, precisamente no momento em que está a colher os primeiros frutos da sua vasta obra de reconstrução econômica e financeira e em que traça rumos firmes e definitivos, no sentido de, em data prefixada, devolver o país ao regime constitucional.

Se ao movimento sedicioso, agora ateadado no grande Estado, se pretende emprestar, como querem fazer crer seus promotores, o objetivo de levar a Nação à normalidade institucional, nada há que o justifique. Os propósitos do Governo Provisório a respeito já não mais podem ser postos em dúvida sem má fé e declarado intento de iludir a opinião pública. Os atos, mais do que as palavras, estão a documentá-los, com meridiana evidência: foi promulgada a lei eleitoral; marcou-se a data em que se devem efetuar as eleições; escolheram-se os juizes dos tribunais eleitorais; nomearam-se os funcionários que compõem as respectivas secretarias; abriram-se os créditos necessários, e acaba de ser designada a comissão incumbida de elaborar o projeto de Constituição.

Como se vê, todas as medidas dependentes do Governo, necessárias e imprescindíveis à constitucionalização do país, foram tomadas. As organizações políticas existentes, às que se instituírem e ao povo resta, agora, acorrerem ao alistamento, afim de que êste se execute com eficiência, rápida e normalmente.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

É, porém, condição essencial a êsse *desideratum* assegurar a paz e a tranquilidade da Nação, no que o Governo se tem empenhado e se empenhará, decidido a agir sem desfalecimento de energias.

Contrastando, justamente, com essa patriótica orientação, elementos descontentes e ambiciosos tentam estabelecer a anarquia e a confusão em São Paulo, desencadeando, no seio da sua laboriosa e pacífica população, um motim de objetivos puramente pessoais. É fora de dúvida, conseguintemente, que, conhecendo-lhes as intenções, São Paulo, pela maioria do seu povo, não pode ser solidário com a desordem.

Acresce, ainda, a circunstância de não existirem motivos que o levem a colocar-se em atitude de hostilidade ao Governo instituído pela Revolução. Êste demonstrou sempre, de modo inequívoco, todo o interesse pelos seus destinos, amparando-o, quer na obra de reconstrução de sua economia, com a solução de gravíssima crise de café, quer satisfazendo a suas justas aspirações de ordem política, com a entrega do governo estadual aos próprios paulistas.

A consciência, para cujo tribunal inflexível apelo neste instante, não me acusa de, como Chefe do Governo, haver deixado de cumprir estritamente o dever que me foi imposto pela Revolução, mantendo-me inabalável na defesa dos seus ideais e arrostando, para realizar os compromissos assumidos, a animosidade e a oposição daqueles que, na ânsia de conquistar predomínio e posições, se colocaram, aos poucos, à margem da situação, incapazes de condicionar suas paixões aos magnos interesses da nacionalidade.

Honrando a clarividência do civismo brasileiro, de todos os pontos do país, desde o Rio Grande do Sul até ao Amazonas, o Governo está recebendo as mais vivas e

## A REVOLUÇÃO PAULISTA

inequívocas demonstrações de solidariedade. Já se apressam, a esta hora, numerosos contingentes para marchar contra os rebeldes. As forças mineiras, em perfeita colaboração com as do Exército, movimentam-se contra os amotinados. No Rio Grande do Sul, o Interventor, General Flores da Cunha, e o Comandante da Região, General Francisco de Andrade Neves, mobilizam rapidamente as suas tropas, em defesa do Governo. O Paraná mantém-se vigilante, aguardando ordens e preparado para cumprí-las. Todo o Norte se agita e oferece seu valioso auxílio militar. A nossa gloriosa Marinha de guerra, na sua totalidade, e a valorosa guarnição da Capital Federal, coesas e irmanadas pelo mesmo ideal, dão belo exemplo de disciplina conciente e extremado patriotismo, colocando-se, firmes, ao lado do Governo Provisório.

A nobre atitude das forças armadas, nesta hora de profunda significação patriótica, não é somente o testemunho da sua louvável resistência ao espírito de desordem e indisciplina. Ela vale, também, por uma nítida compreensão das suas responsabilidades perante a consciência cívica da Nação.

O povo brasileiro não tardará em proferir o seu pronunciamento soberano sobre os atos e a obra da Revolução. Nas urnas de 3 de maio vindouro, os seus representantes, legitimamente eleitos, poderão dizer se os revolucionários agiram ou não inspirados no supremo bem da Pátria. Antecipar esse pronunciamento pela força não será nunca o melhor meio de garanti-lo. Violentam, insultam e abastardam a opinião soberana do país aqueles que, sobrepondo-se ao seu definitivo *verdictum*, ousam arrogar-se o direito de falar por ela, quando falam, apenas, pela voz de suas paixões.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Sem outra ambição que a de servir ao Brasil, não me furtando a quaisquer sacrifícios, tranqüilo em face das injustiças, apelo para os meus concidadãos e aguardo o julgamento da minha conduta passada e futura, até ao momento, pelo qual anseio, de transmitir, ao eleito dos seus sufrágios, os nobres mas pesadíssimos poderes de que me investiu a Revolução.

Fortalecido pela profunda convicção de estar cumprindo um alto dever de patriotismo, serei inflexível na minha ação e sereno ao executá-la. Jamais capitularei à imposição dos rebeldes em armas, mas usarei de benignidade para com os que se submeterem e abandonarem a luta. Como Chefe do Governo, preferiria sucumbir combatendo, em defesa dos ideais da Revolução e na qualidade de simples soldado, a ceder e curvar-me ante a ameaça ou a violência.

# Manifesto ao povo de São Paulo

(EM 20 DE SETEMBRO DE 1932)



## SUMÁRIO

O motivo invocado para justificar o levante de São Paulo é falho e inoportuno diante dos fatos — Sob o aspecto dos interesses de São Paulo, tudo quanto pleiteara já obtivera o grande Estado — Demonstrada a improcedência dos motivos apontados para a revolta paulista, esta só se explicaria, ou pela ambição do poder, ou pelo desejo de impôr o predomínio do Estado sôbre todos os outros, ou por tentativa de separatismo — O povo paulista deve procurar ver a situação real a que o conduziram os pseudos regeneradores que desencadearam a revolta — As concessões do Govêrno Provisório foram tomadas como sinal de fraqueza, quando sua atitude foi sempre tolerante e conciliatória, em beneficio da paz geral — Mas, o Govêrno está forte e prestigiado pela solidariedade do país — São Paulo está isolado — Felizmente, porém, a sedição não partiu do povo varonil, ordeiro e honesto de São Paulo — Audaz sindicato político-militar usurpou-lhe a vontade, jogando o Estado numa aventura sinistra — O Govêrno Federal não considera o povo paulista culpado — Êle é, apenas, a maior vítima — Mas, São Paulo precisa e deve reagir sem receiar do Govêrno Federal qualquer ato de humilhação e hostilidade.



**J**á decorreram dois meses de luta fratricida e inglória. São Paulo sangra-se nas suas energias e destrói as suas riquezas. Mais que ninguém, sabem os promotores e diretos responsáveis pela rebeldia que nenhum objetivo superior determinou o doloroso sacrifício imposto ao grande Estado e à Nação.

Dirijo-me ao povo laborioso de São Paulo. Quero mostrar-lhe a ilegitimidade do movimento em que o atiraram e as intenções subalternas dos seus falsos mentores.

Que bandeira desfraldaram e que pleiteiam?

Sob o aspecto dos interesses gerais do país, reclamam a sua volta imediata ao regime constitucional. Motivo ideológico para uma revolução, êste é inteiramente falho e inoportuno, porque o retôrno da Nação à legalidade já fôra iniciado, e com data prefixada. Com efeito: decretara-se o Código Eleitoral; marcara-se dia para a eleição dos constituintes; organizaram-se os tribunais eleitorais e suas secretarias; autorizaram-se as despesas necessárias, e adotaram-se todas as providências indispensáveis à execução rápida do alistamento. Diante disso, para alcançar o regime constitucional, só um procedimento se impunha aos *leaders* políticos: agremiarem suas hostes, prepararem seus eleitores e acorrerem ao alistamento, confiado à independência e à integridade da magistratura.

Sob o aspecto dos interesses civis de São Paulo, que pleiteiam? A autonomia do Estado, o direito de governar-se por seus próprios filhos? Mas tudo isso já estava alcançado. Governava-os um Interventor *civil* e *paulista*, um secretariado escolhido pela própria *Frente Unica*, e

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

dispunham, livremente, de uma força pública de elevado efetivo e notável eficiência bélica, sob comando autônomo. Para inteira segurança dessa situação, pediram, por último, novo comandante para a Região Militar e o afastamento de vários oficiais que taxavam de suspeitos à ordem estabelecida em São Paulo. Em tudo foram atendidos. Através de declarações verbais e escritas, os membros do governo paulista fizeram, pessoalmente ou por intermédio de seus delegados, ao Chefe do Governo, ao Ministro da Fazenda e ao General Góes Monteiro, reiteradas afirmações de seus desejos de cooperação, de solidariedade e protestos de paz com o Governo Federal. Nada mais tinham a reclamar, nem reclamaram. Marcado o prazo para a Constituinte, as aspirações de ordem nacional estavam satisfeitas, e as de ordem local, implicitamente, já o estavam, com a formação de um governo civil e paulista, tão conforme à vontade de todos que, deflagrada a sedição, foi mantido integralmente. Não é só. O Governo da União não alimentava, como ainda não alimenta, quaisquer prevenções contra São Paulo. Quando viu abalada a economia do grande Estado, às portas de uma crise que se avizinhava da bancarrota, procedeu como nenhum outro, a começar pelo do próprio Sr. Washington Luiz. Para salvar a riqueza de São Paulo e o patrimônio dos seus filhos, ameaçados pela retenção de um *stock* de café de cerca de 20 milhões de sacas, fruto das valorizações artificiais das administrações passadas, o Governo Federal lançou mão de recursos excepcionais e, diretamente primeiro, depois, por intermédio do Conselho Nacional do Café, incorporou à economia paulista nada menos de 1.200.000:000\$!

Os benefícios prestados a São Paulo, na ordem administrativa, também são assinalados. Comprimiram-se as despesas suntuárias dos orçamentos do Estado, e as

## MANIFESTO AO POVO DE SÃO PAULO

administrações municipais, igualmente arrasadas pelo desperdício, com *deficits* alarmantes, sob contróle de um departamento especial, foram corrigidas e saneadas, e quasi todas já encerravam com saldos os exercícios financeiros. Creou-se uma aparelhagem apropriada com o fim de atender à circulação de sua rede bancária, paralizada, pelo excesso de *congelados* e imobilizações de toda natureza, o que ameaçava a estabilidade comercial do Estado, principal beneficiário e causa determinante da medida.

Se todos os motivos apontados e analisados impecem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo? Só uma explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de *revanche* contra o de 1930, visando restaurar o passado, recuperar posições e reaver as prerrogativas que permitiam ser delapidado o erário do povo brasileiro mediante todas as formas de corrupção administrativa imagináveis. Mas, se tentaram articular um movimento generalizado e fulminante e êsse movimento falhou, por falta de elementos decisivos e pela pronta reação de todo o país contra propósitos francamente reacionários mascarados numa falsa campanha constitucionalista, por que insistiram na luta? Por que não depuseram as armas? Por que persistem no derramamento e inútil sacrifício do sangue irmão? Só duas alternativas lhes restam: ou ambicionam impôr o predomínio de um Estado sôbre todos os outros do Brasil, ou querem chegar ao separatismo. Custa aceitar a evidência de semelhantes intenções, qualquer delas crime de lesa-Pátria, atentado aos próprios laços da fraternidade nacional.

Eis a que se reduzem os ideais dos pseudos regeneradores, chefes da sedição desencadeada em nome de São Paulo. O povo paulista deve, porém, procurar ver

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

a situação real. Não lhe custará enxergar, então, entre os mais exaltados apóstolos improvisados de seus brios, os mesmos dominadores decaídos que lhe enxovalharam, impunemente, as tradições de pundonor e altivez.

Preconcebidamente, calculadamente, começaram por incitá-lo a vinditas de ofensas imaginárias e prepararam ambiente propício de excitação coletiva, tudo para que, chegado o momento, se servissem das raras e notáveis energias de São Paulo, atirando-as ao incêndio de uma guerra entre irmãos, a benefício exclusivo de ambições e despeitos pessoais. Reacionários, não perceberam que despeitos e ambições passarão e o Brasil continuará a ascender aos seus destinos, impelidos pela energia renovadora da Revolução triunfante em 1930.

No Brasil renascente, esta revolta constituiu a derradeira investida para a restauração da velha mentalidade oligárquica, sustentáculo dos clans familiares, cujos reproáveis processos políticos se traduziam em conchavos e acordos clandestinos, feitos ao sabor dos apetites e segundo a conveniência dos poderosos do momento — processos que inutilizaram os esforços construtores de várias gerações de brasileiros. As prédicas e fórmulas palavrosas das chamadas *frentes únicas*, apenas, mascaravam o anseio de restabelecer, pela força material ou pela imposição de ajustes partidários, o predomínio perdido. Os elementos inadapáveis ao novo estado de coisas, postos à margem da situação pela incoerência das atitudes e dubiedade de propósitos, congregaram-se, dominados pelo afã interesseiro de reconquistar a antiga ascendência, para se perpetuarem nas posições de mando. Explica-se assim a razão de suas exigências sucessivas e crescentes. Obtida uma concessão, logo pleiteavam outra e outra, julgando, talvez, o Governo fraco, quando era, somente, tolerante e apaziguador. Ninguém melhor que o General

## MANIFESTO AO POVO DE SÃO PAULO

Flores da Cunha, mais de uma vez delegado das *frentes únicas*, pôde apreciar as disposições harmonizadoras do Governo Provisório e a sua atitude conciliatória ante as exigências intermináveis dos políticos.

Homem de honra, por isso mesmo, ao compreender quanto se tramara, oculta e escusamente, em nome do Rio Grande, que não fôra ouvido, tomou êle a única atitude que a dignidade do próprio Rio Grande lhe impunha, reagindo contra a insídia premeditada e transformando a sua bravura e lealdade no anteparo invulnerável em que se apoiou a resistência da Nação, para enfrentar a torrente reacionária e anárquica.

O Governo Federal sente-se militarmente forte e prestigiado pela solidariedade do resto do país. Nesse transe decisivo, representando os princípios vitais da nacionalidade, Exército e Marinha, patriôticamente, atenderam ao apêlo da Nação, ameaçada na sua estabilidade orgânica por mal inspiradas tendências de um regionalismo exaltado.

À Marinha coube a missão árdua e exaustiva de assegurar as vias de comunicação litorâneas, de fazer respeitada a nossa soberania marítima e manter o fechamento dos portos, impossibilitando aos rebeldes o contacto com o estrangeiro e, conseqüentemente, a aquisição de armas e aparelhos de guerra. O que representa de esforço, de abnegação, de tenacidade, de bravura, em suma, a vigilância ininterrupta e ativa das nossas unidades navais, nestes dois meses de luta, vencendo a carência de material envelhecido e gasto, enaltece e patenteia o valor da Armada Nacional.

Por sua vez, a espontaneidade com que as fôrças de terra se mobilizaram, afim de atacar os rebeldes nos seus redutos, sobrepondo-se, pelos seus melhores elementos, à propaganda subterrânea e dissolvente dos empreiteiros

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

de desordem, evidencia a alta e nítida compreensão dos deveres que lhes assistem, na defesa dos magnos interesses da Pátria. Combatendo intrêpidamente, com admirável denôdo e exemplar devotamento, o Exército está solidificando, nas agruras da luta, a sua estrutura técnica e moral. Fôrça coesiva da Federação, esqueceu dissensões e rivalidades íntimas e permaneceu leal ao Govêrno, batendo-se para salvar o Brasil da preponderância de uma política nefasta, que poderia levá-lo ao desmembramento. Dos combates, a melhor escola do soldado, sairá rejuvenescido e homogêneo, pelas próprias imposições da guerra, que selecionam as vocações e competências militares. Os benefícios que lhe advirão dessa prova de resistência à desordem serão incalculáveis. Integrado na disciplina e no respeito hierárquico, afastar-se-á, naturalmente, das competições políticas, para se aperfeiçoar e cumprir a sua nobre e elevada missão de garantia da paz interna e da dignidade nacional.

Secundando as fôrças armadas, todo o resto do país, unificado por idênticos sentimentos de civismo, apressou-se a trazer ao Govêrno o valioso concurso dos seus contingentes militares, rãpidamente improvisados, por tal forma espontãneos e abundantes, que excluiu, desde logo, a necessidade de convocar reservas, limitando a incorporação ao voluntariado.

Através dêsse movimento admirável da vontade nacional, reage o Brasil, coêso e conciente dos seus destinos, sobranceiro aos sacrifícios e ao choque das ambições sem freios, cada vez mais fortalecido na sua unidade e soberania.

São Paulo está isolado. Fracassaram todas as tentativas feitas para articular a sedição em outros Estados. Os exércitos federais fecham, cada dia mais, o cêrco da

## MANIFESTO AO POVO DE SÃO PAULO

sua ofensiva dentro do território paulista. E, precisamente, a realidade da situação não dizem os interessados em sacrificá-lo. Os destacamentos federais já ultrapassaram, no vale do Paraíba, as linhas de Piquete e Lorena; na frente mineira, penetraram até Amparo, ameaçando Campinas, e, ao Sul, estão às portas de Itapetininga. Toda resistência contrária à ordem ideal da República Nova, visando a nacionalidade, continuará inútil e não impedirá que, dentro de poucos dias, avançando por dever, as tropas legais ocupem novas posições, decisivas para a ultimação da luta. A-pesar, entretanto, de qualquer prepoderância militar incontrastável, o Governo Federal, longe de pretender aniquilar ou humilhar São Paulo, aspira, com todos os Estados da União, trazê-lo de novo ao convívio da comunhão nacional.

Pessoalmente, como Chefe do Governo, não me animam, na luta que nos foi imposta, paixões ou propósitos vingativos. À frente do Governo Provisório, instituído pela Revolução de 1930, não defendo posições mas o patrimônio ideológico do irresistível movimento contra o qual se levanta o reacionarismo em armas, tentando galgar o poder sob o pretêxto de um falso programa constitucionalista, condenado pela opinião pública, segundo proclamavam os próprios agitadores que se fazem, agora, seus arautos e paladinos.

Quando candidato da Aliança Liberal, para salvar a paz da Nação, momento houve em que cheguei a oferecer a desistência da minha candidatura em troca da realização do programa mínimo das reivindicações pleiteadas: anistia e reforma eleitoral. Encontrada uma resistência impermeável a toda idéia generosa, decidiu-se, então, pela luta armada, o dissídio irremediável aberto entre a Nação e os seus governantes. Desencadeou-se o movimento nacional, cujo Governo me coube chefiar,

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

sobranceiro aos embates políticos. Hoje, no exercício de tão alto posto nacional, diante de uma reação rebelde, que apresenta, como razão precípua, a volta rápida do país ao regime constitucional, aspiração a realizar-se, pelas oportunas determinações do Governo, a breve termo, não hesitei, afim de assegurar a pacificação da família brasileira, em oferecer uma Constituição imediata, a vigorar provisoriamente até que a futura Constituinte promulgasse o definitivo estatuto político do país. Pois bem, os pseudos *constitucionalistas* recusaram a solução pacífica que se lhes oferecia, preferindo insistir na luta inglória e impatriótica, provocada e assistida sem símile nos anais da nacionalidade. Semelhante recusa equivale a confessar tácitamente que o objetivo do movimento não é implantar a Constituição e, sim outro, oculto, disfarçado — a posse do poder.

O sangue generoso dos brasileiros continua a correr, imolado aos propósitos dos homens que, falando em ideal, a êle não quiseram submeter-se, fazendo questão de permanecer nas posições que ocupam depois de haverem traído a confiança de quem lh'as entregou. O Governo Provisório tem dado abundantes provas de suas disposições pacíficas. Nunca se negou a ouvir os apêlos de paz. Forte porém generoso, aos intermediários que lhe pediram condições, declarou sempre, com franqueza, que, depositas as armas pelos rebeldes, além da concessão de uma Constituição provisória e da manutenção de um governo civil e paulista, ao nível da cultura e das aspirações do Estado, a todos trataria com benignidade, de sorte que ninguém sofresse constrangimento e os brasileiros, sem exceções, voltassem a viver fraternalmente, num ambiente de ordem e segurança. Os chefes da revolta, civís ou militares, por ela responsáveis, preferiram sempre, à realização dos apregoados imperativos do mo-

## MANIFESTO AO POVO DE SÃO PAULO

vimento, manter-se no poder que haviam deshonrado pela felonía e pela traição.

A única preocupação orientadora desta atitude serena e conciliatória consiste em evitar o derramamento do sangue de irmãos e os sacrifícios materiais exigidos pela luta armada. Toda política financeira de severa poupança, estabelecida pelo Governo Provisório, ficou ameaçada pela rebelião. Ela consumirá, também, a fortuna particular e lavrará profundas cicatrizes na alma da nacionalidade.

Contrasta com essa maneira patriótica e superior de encarar os acontecimentos a duplicidade de atitudes dos chefes sediciosos — duplicidade que bem demonstra a fé púnica com que corresponderam à confiança neles depositada. Enquanto recebiam e enviavam emissários de paz, autorizavam outros a agir junto aos elementos de prestígio solidários com o Governo Federal, tentando desviá-los do caminho do dever, mediante promessas falazes e, até, ofertas de lhes entregar o Governo do país, como se êste estivesse a leilão. Com gente de tal estofo moral, não é mais possível entendimento. Os processos de insídía e fraude, de que se têm utilizado, não cabe descrevê-los, aquí, em suas minúcias. Para preparar a luta e sustentá-la, todos os meios de felonía e corrupção foram esgotados. A propaganda pela imprensa e pelo rádio, visando impressionar e captar simpatias, obedece ao critério da mentira sistemática e da exaltação demagógica. Esquecidos de que o meio apropriado para conseguir a harmonia nacional consiste, sobretudo, em trabalhar pela ordem, negando apóio aos que a perturbam, audaciosamente instituíram, sob novos moldes, a ofensiva da paz com carater francamente derrotista, à retaguarda dos nossos Exércitos, com o fito, apenas, de enfraquecer sua eficiência bélica e diminuir seu ardor combativo.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Para movimentar e manter tão impatriótica campanha, o desperdício do dinheiro de São Paulo, suor do seu povo laborioso e honesto, vai aos extremos do suborno e da compra de consciências, a ponto de tornar suspeita toda e qualquer solidariedade manifestada fora das fronteiras paulistas. Mercantilizou-se tudo, inclusive as convicções. Este movimento, inspirado em propósitos reprováveis, com o caráter de uma contra-revolução, havia, fatalmente, de fracassar. Não pode vencer quem, para fazer vingar objetivos escusos, não hesita em ameaçar a própria unidade da Pátria.

Mas, felizmente, ainda, a sedição não partiu do povo varonil, ordeiro e honesto de São Paulo. Audaz sindicato político-militar usurpou-lhe a vontade, jogando o Estado numa aventura sinistra e, receioso de receber, pelo ludíbrio praticado, o merecido e inevitável castigo, tudo fará, agora, para lhe ocultar a verdade. O Governo Federal não considera o povo paulista culpado. Ele é, apenas, a maior vítima. Os verdadeiros responsáveis não-de encontrar nele, à hora precisa, o juiz inflexível, capaz de ditar e executar a sentença que lhe terá de ser imposta.

São Paulo, iludido na sua boa fé, ludibriado, arrasado à ruína e à perda de vidas preciosas, precisa e deve reagir em defesa dos seus sagrados interesses, para evitar maiores e irreparáveis males, erguendo-se e opondo-se à sanha dos seus algozes, que não trepidaram em atirar à morte as novas gerações bandeirantes, em enlutar e reduzir à miséria lares onde imperava a alegria e reinava a abundância.

Do Governo Federal não receie o laborioso povo paulista qualquer ato de humilhação e hostilidade. Como até aqui, ele continuará a proceder sobranceiro a ódios e com alto espírito de magnanimidade. O seu poder de

## MANIFESTO AO POVO DE SÃO PAULO

assistência, mesmo no decorrer da luta, far-se-á sentir, acolhendo fraternalmente aqueles que abandonarem as armas e não permitindo que as populações pacíficas sofram as vicissitudes comuns à guerra. Ainda agora, informado da escassez de trigo em São Paulo e da consequente falta de pão, está disposto o Govêrno a autorizar a remessa do *stock* dêsse cereal existente, nesta Capital, que lhe era destinado. O povo paulista não sofrerá necessidades.

O Govêrno Provisório tudo facilitará para que os gêneros de alimentação lhe não faltem.

Os embates da luta fratricida vão se tornando cada dia mais ásperos e de maiores sacrifícios. E' tempo ainda de São Paulo recuperar a posse de si mesmo sem consentir no desbarato das suas fontes de vida e das suas riquezas, acumuladas em séculos de trabalho fecundo e modelar. Retorne, pois, às lides pacíficas e ao convívio fraternal dos demais Estados, que sempre se orgulharam do seu progresso e civilização!



# As classes trabalhadoras e o Govêrno da Revolução

(DISCURSO PRONUNCIADO EM 29 DE  
OUTUBRO DE 1932)



## SUMÁRIO

Na atuação do Governo Provisório não há ações isoladas, porque, para bem servir ao país, ela é sempre norteada segundo um pensamento único e central — Esse sentido construtor e predeterminado dirige as iniciativas que o plano renovador imposto pela Nação vitoriosa em 1930 vai realizando.



**A**gradeço esta expressiva manifestação, cuja espontaneidade e alcance cívico bem compreendo e aprecio.

Na atuação do Governo Provisório, através dos diversos departamentos de sua atividade, não há, nem deve haver, ações isoladas, quasi sempre pessoais e dispersivas. Para bem servir ao país, cumpre norteá-la segundo um pensamento único e central, visando, exclusivamente, o interesse coletivo.

As iniciativas realizadas pelo Ministério do Trabalho, que hoje aplaudis, têm êsse sentido construtor e pre-determinado, que encontra estímulo e finalidade no plano renovador, imposto pela Nação, vitoriosa em 1930.

As leis esboçadas, discutidas, projetadas ou já em execução nesse Ministério, derivam dêsse pensamento superior e constituem um ideal em marcha, que nenhuma resistência poderá conter.

A organização sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, o salário mínimo, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos menores realizam velhas aspirações proletárias de solução inevitável.

O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de ele-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

mentos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família.

Faz-se mister, aos que desfrutam os benefícios da riqueza e do conforto — regalias que aos pobres parecem um privilégio, mas que a lei transforma em prerrogativas jurídicas — reconhecerem que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam com o seu trabalho para semelhante resultado possuem, também, respeitáveis direitos ao bem-estar, aos cuidados da saúde e às garantias de previsão social contra os acidentes do labutar afanoso. Entramos, definitivamente, num período de ordem, de segurança e de firmeza de ação. Aproveitêmo-lo para concluir a obra de reconstrução social e política, que consagre, nos nossos anais, o pensamento de renovação triunfante em 1930.

# A Marinha Nacional

(DISCURSO PRONUNCIADO NA ESCOLA  
NAVAL, EM 11 DE JUNHO DE 1933)

Inventariado sob o n.º

P. R. 25120

## SUMÁRIO

Com um ano de distância do discurso pronunciado a bordo do encouraçado *São Paulo*, o Governo Provisório julga oportuno recordar o que já executára em benefício da Marinha de guerra — Renovaram-se os quadros da Aviação Naval — Bateu-se a quilha do navio-escola — Iniciou-se a construção do edificio para o Ministério da Marinha — Hoje, lança-se a pedra fundamental do Arsenal da Ilha das Cobras — Depois do rude embate sofrido pela Nação com o levante paulista, restabelecida a paz, a nova hora do Brasil marca a alvorada de uma época de sadias realizações.



Faz, hoje, precisamente, um ano que, a bordo do couraçado *São Paulo*, comemorando a efeméride gloriosa de 11 de junho, foi assinado o decreto da abertura de crédito para a renovação progressiva da nossa esquadra, gasta pelo tempo e pelo uso e mantida flutuante por milagre de esforço e dedicação de oficiais e marujos. E' oportuno recordar o que, neste espaço de tempo, já se executou em benefício da nossa Marinha de guerra: renovaram-se os quadros da Aviação Naval e, conjuntamente, ampliou-se-lhe o aparelhamento; bateu-se a quilha do navio-escola, iniciativa inadiável, que permitirá, futuramente, ministrar aos jovens aspirantes educação náutica completa e eficiente; foi iniciada a construção do novo edifício para o Ministério da Marinha e lançada, hoje, a pedra fundamental do que se destina à Escola Naval; prosseguiram, com método, as obras do Arsenal da Ilha das Cobras, que progridem sem interrupção; sob o aspecto de assistência social, crearam-se institutos de previdência, destinados a amparar os humildes servidores da Pátria que labutam na Armada; venho de assinar o decreto em que, creando os distritos marítimos, se divide a nossa costa em diversas zonas, com o fito de facilitar a vigilância naval; estuda-se, com o firme propósito de atingir solução segura e rápida, um plano viável de renovação da nossa esquadra em moldes essencialmente defensivos, de acôrdo com a nossa tradição pacifista em política internacional e levando-se, apenas, em conta as exigências provenientes da extensão do nosso litoral, num país de escassas comunicações interiores, a exigir

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

esquadra pronta e aparelhada, que possa, sobretudo, servir de vínculo e garantia à unidade nacional.

A-pesar-da obrigação, que sobreleva a qualquer outra, de mantermos o equilíbrio financeiro, há despesas imprescindíveis à vida da Nação, justificáveis pela própria finalidade e amplamente compensadas pela confiança e bem-estar que proporcionam. Com efeito, Exército e Marinha, perfeitamente organizados, asseguram o respeito internacional e a tranquilidade interna. Paz e ordem constituem o maior bem de que o Brasil necessita para realizar, calmamente, as reformas exigidas pela época de renovação que atravessamos, entre as quais avultam as reclamadas pela reconstrução econômica e financeira do país.

Na obra meritória de reorganização da nossa Marinha de guerra, é de estrita justiça salientar a atuação eficiente, o zêlo e o perfeito conhecimento de suas necessidades, revelados pelo titular da pasta, o Almirante Protógenes Guimarães.

Neste ramo de administração, bem como em outros departamentos dos serviços públicos em que se impunha enérgica ação transformadora, o Governo Provisório tem cumprido as promessas feitas, satisfazendo a palavra empenhada.

Há um ano, nesta mesma data, a bordo do *São Paulo*, falando à oficialidade da Marinha, eu afirmava: "O início da renovação da nossa esquadra poderá ser considerado um estágio significativo da obra revolucionária e, igualmente, o começo de uma fase de conagração geral e colaboração de todos os brasileiros, sem distinção de classes, partidos ou facções, revelando o desejo comum de trabalhar pelo engrandecimento do país. Quanto ao Governo, constitui sua função precípua coordenar e agremiar, em benefício da Nação, os esforços isolados de

## A MARINHA NACIONAL

finalidade patriótica e construtora. A responsabilidade dessa função tem de ser, por isso, essencialmente impessoal. Quem a exerce não pode considerar agravos pessoais as críticas ou apreciações feitas sobre iniciativas e fatos de administração pública. O momento nacional, após as transformações realizadas pela Revolução, é de reajustamento e cooperação. Já é tempo de esquecer prevenções, de apagar desconfianças, de afugentar receios e esclarecer malentendidos”.

Estes apelos sinceros à fraternidade, à paz e à colaboração de todos, em favor do bem comum, não foram, infelizmente, atendidos. As múltiplas concessões feitas no domínio político geraram novas exigências, encerrando, por vezes, incompreensões descabidas. Sobreveiu, afinal, a lamentável agressão armada que não provocámos, que, por todos os meios dignos e serenos de conciliação, procurámos evitar e contra a qual nos cumpria o imperioso dever de reagir, defendendo-nos.

Terminada a luta, procedemos com benignidade, acolhendo a todos os transviados e abstando-nos de violências inúteis. Como providência excepcional, visando, apenas, evitar maiores males, foi tomada a medida preventiva de afastar alguns responsáveis, temporariamente, do país, ato de prudência necessário e, já agora, muito diminuído em seus efeitos, pelas sucessivas permissões de regresso dos expatriados.

Injustificável afã constitucionalista serviu de pretêsto à revolta. No entanto, a-pesar-dos contratempos iminentes à desordem e da consiguiente perturbação, o Governo cumpriu o solene compromisso assumido, realizando, no dia antecipadamente determinado, as eleições mais livres até hoje efetuadas no Brasil.

A rebeldia de julho, com suas maiores ou menores responsabilidades, não pode ser, contudo, exclusivamente

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

atribuída a determinadas pessoas, nem a este ou àquele Estado. Ela provém de causas mais profundas, resultantes de contingências sociais e políticas, que se processam e atuam, por vezes, independentemente da vontade humana.

Compreende-se que o movimento nacional de 1930 sofresse o rude embate que, afinal, serviu para consolidá-lo. A confusão de tendências ou de fins, impossível de ser evitada em período de conturbação generalizada, reclamava termo, em benefício da obra revolucionária. Era inevitável a reação e conseqüente choque dos velhos partidos com a mentalidade nova e transformadora da Revolução; creara-lhe ambiente propício o fato de ainda militarem, no campo político, elementos heterogêneos e inamoldáveis.

Restabelecida a paz, constituído o núcleo das aspirações nacionais e reduzidas à impotência as ambições desconformes, as perspectivas políticas delineam-se com clareza, e sente-se e percebe-se que os interesses impessoais da Nação não se confundem com o clamor egoísta dos clans facciosos. Os próprios partidos que merecem este nome só se impõem quando fazem coincidir seus programas com os anelos da nacionalidade: os partidos para a Nação e, jamais, a Nação para os partidos.

Os governos legitimamente nascidos da soberania nacional pela fôrça das armas e advindos de um movimento cívico dominador têm o dever de aceitar a colaboração das diversas correntes em que se divide a opinião pública, desde que não acalentem o propósito de sobrepor os objetivos pessoais dos seus partidários à impessoalidade dos interesses nacionais. Torno mais preciso o meu pensamento: sempre que o interesse local, de classe ou de partido, não fere o da Nação, merece respeito e, no caso de se confundirem, acatamento e amparo.

## A MARINHA NACIONAL

No exercício da Chefia do Governo Provisório, magistratura difícil e ingrata, isento-me de ódios ou ressentimentos. Tenho governado e governo atento, sòmente, aos imperativos nacionais, procurando abrangê-los na sua totalidade, sem preocupações secundárias. Os esforços sinceros, visando o bem público, recebo-os com atenção e aplausos e nunca indago se partem de afeiçoados ou desafetos. Acolho com igual aprêço a experiência amadurecida dos velhos e o ardor idealista dos moços, ambos fatores preciosos de aperfeiçoamento social, quando bem dirigidos e aproveitados. Infelizmente, entre nós, a mocidade tem vivido afastada das preocupações de ordem cívica. Cabe-lhè, no entanto, em todas as reivindicações que representam avanços sôbre o passado, o papel de pioneira e incitadora, propagando e mantendo o entusiasmo pelas magnas e nobres causas.

A hora atual do Brasil marca a alvorada de uma época renovadora, propícia à eclosão das energias mças e impetuosas, capazes de realizar o milagre das grandes transformações políticas e, até, de rejuvenescer velhos postulados ideológicos. A mocidade brasileira precisa preparar-se para os postos de responsabilidade e viver à altura desta hora, emprestando-lhe o ímpeto generoso e a inteligência vivaz, para que a Pátria, que tudo pode reclamar de seus filhos, ascenda, com maior rapidez, à glória de seus destinos.

Terminando, quero, ainda, dizer-vos: a ninguem é permitido descrever da grandeza futura do Brasil nem distinguir entre amigos e inimigos quando se trata de servi-lo. Para defendê-lo na sua independência, conquistada pelo esforço dos nossos maiores, e na sua unidade, argamassada com o sangue dos nossos antepassados, não pode haver vacilações nem desfalecimentos. O apêgo ao torrão natal jamais deve degenerar em localismo extre-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

mado a ponto de impedir que a fé patriótica se expanda em sincero culto pela grande Pátria. Os sentimentos regionais só podem crescer o espírito de veneração pelo Brasil uno e indivisível, porque, ao alto, é mister que prevaleça o orgulho de sermos todos brasileiros.

A Marinha, as demais fôrças organizadas do país e os órgãos de opinião que refletem a consciência cívica da nacionalidade bem compreenderão o sentido e alcance das minhas palavras. Nesta data histórica, já destinada, anualmente, ao balanço da atividade da nossa Armada, ergo a minha taça para saudá-la como fator do engrandecimento e da unidade indestrutível do Brasil.

# A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrí- cola

(DISCURSO PRONUNCIADO NA BAÍA, EM  
18 DE AGÓSTO DE 1933)



## SUMÁRIO

No processo de nossa evolução política, a Baía jamais desmereceu da honra que lhe adveiu de antiga metrópole do Brasil — A Baía não evoca só a lembrança do maior talento verbal da raça e do poeta social da nacionalidade; lembra as primeiras lutas do homem contra o meio hostil — A exploração da terra e o braço escravo — A propaganda abolicionista não cogitou da substituição do trabalho escravo pela atividade livre — Consequências da brusca desarticulação dos serviços — A imigração, no Sul, revigorando a prosperidade antiga — O urbanismo seduzido pela aristocracia do diploma e pelo emprêgo público — A volta à terra pela valorização econômica do interior, povoadando-o e saneando-o — Educar e povoar, síntese em que se contém o segredo de nossa prosperidade — Povoar não é, somente, acumular elementos humanos em determinada região — A propriedade do solo como direito fundamental na produção do trabalho agrícola — A educação no significado amplo e social do vocábulo — Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar — A instrução profissional e técnica — O homem rude do Brasil — O exemplo do Japão — A educação não é corolário da riqueza: o contrário é a verdade — Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente — O Governo Federal pretende instalar a Universidade Técnica — A Baía e a educação.



Visitando a Baía, sinto a comoção de abeirar-me, pela primeira vez, do berço da nacionalidade.

Antes de conhecê-la, a História fizera-me compreender o seu passado glorioso na formação da Pátria; aquí, santificando a terra virgem do Brasil, erigiu-se a primeira Cruz, símbolo sagrado, unindo o Novo Mundo, que surgia à civilização cristã renascente; daqui, partiram os exploradores do Recôncavo; aquí, fixaram-se os primeiros descobridores, tirando da terra dadivosa o seu sustento e perpetuando-se na sua descendência; aquí, constituiu-se o núcleo inicial de resistência para a manutenção e posse das terras descobertas; enfim, aquí, foram lançados os alicerces da Nação que hoje somos e da grande Pátria que devemos ser.

No processo da nossa evolução política, a Baía jamais desmereceu da honra que lhe adveiu de antiga metrópole do Brasil. A sua voz alteou-se sempre para prestigiar as grandes causas que empolgaram o país, no Império e na República.

Ao avistá-la por sôbre a curva suave da enseada, cuja moldura verdejante se alonga pela serrania, a cidade de São Salvador relembra a evocação filial de Ruy Barbosa “vendo pendurar-se do céu e estremecer para mim o ninho onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia, debruçado entre as ondas e os astros...” Completando a visão, associava no mesmo culto admirativo êsses dois grandes nomes da Baía-mater — um, o maior gênio verbal da nossa raça; o outro, poeta e precursor das reivindicações sociais da nacionalidade.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Mas, a Baía não evoca somente estas glórias: evoca, também, as primeiras lutas do homem para dominar a terra selvagem do Brasil, transformando êsse esforço em riqueza que chegou a erguer a capitania nascente, durante muito tempo, à categoria de maior empório comercial da América do Sul.

A exploração da terra instituiu, aqui, o padrão incipiente do nosso regime de trabalho. O falso fundamento que se lhe deu, apoiado no braço escravo, ao tempo, talvez inevitável, não deixou de concorrer para a prosperidade do Brasil colonial. Prolongado, porém, através do Brasil Império, converteu-se em êrro grave e imperdoável.

O fato de perpetuar-se a escravidão no Brasil até 1888 constituiu lamentável imprevidência da política e dos homens do segundo reinado. Quando todos os povos sul-americanos, vivendo em ambiente menos calmo, alicerçavam o progresso nacional na aptidão e no trabalho dos seus concidadãos, o Brasil mantinha o braço escravo como alavanca propulsora do seu desenvolvimento econômico.

A continuidade na conservação do trabalho servil, levado, teimosamente, quasi às portas da República, entrou a solução de um dos problemas capitais da nossa vida econômica. Feita a Abolição, o novo regime encontrou o trabalho desorganizado, e tão profunda foi a repercussão dêsse fato que, até hoje, só de forma parcial temos conseguido atenuar-lhe os efeitos nocivos.

A propaganda abolicionista, que constituiu, no Brasil, admirável movimento de patriotismo, ao serviço de nobre ideal, restringiu-se, exclusivamente, à libertação dos cativos, sem cogitar do grave problema da substituição, pela atividade livre, do trabalho escravo, sobre o qual repousava a nossa economia. Muitas regiões do país,

## A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO

outrora opulentas, ainda hoje sentem, decadentes, as consequências nefastas dessa desarticulação brusca.

Ao Sul do país, a imigração, em grande parte, renovou, revigorando, a prosperidade antiga; mas o Norte continua a sofrer os perturbadores efeitos de tamanha imprevidência.

Zonas florescentes, desbravadas pelo esforço do negro submisso, transformaram-se em caatingas, onde populações rurais empobrecidas, ao léu das inconstâncias do clima e à míngua de recursos, vegetam desenraizadas, por vezes quasi nômades, vivendo, dia por dia, jungidas à voracidade dos novos senhores que lhes exploram o trabalho rude, como se fossem compostas de retardatários servos da gleba.

Agravando semelhante desorganização, verificou-se o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensado, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionadamente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas.

Isso, quanto aos indivíduos pertencentes às classes pobres. Entre os das mais favorecidas, a miragem das cidades atuou também, fortemente, embora sob outro prisma. Seduzia-os a aristocracia do diploma ou as vantagens aparentes do emprêgo público, quando não a vida faustosa dos grandes centros sociais, onde a ilusão dos prazeres fáceis os arrastava à ociosidade dissipadora.

O panorama bosquejado, ainda agora, mantém-se, nas suas linhas gerais e em certos aspectos, talvez ampliadamente. Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a êle são muitos, mas o rumo, um só: o retôrno aos campos.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Encontrados os meios capazes de provocar êsse retorno, estará resolvido um dos maiores problemas da atualidade brasileira.

O homem sente-se prêso à terra quando ela corresponde generosamente ao seu esforço. Para que tal aconteça, torna-se necessário saber aproveitá-la, escolhendo-a onde seja fértil à semente e saudável à vida.

A consecução dêsse objetivo exige, como soluções primárias, educar as populações rurais e, ao mesmo tempo, valorizar econômicamente o interior, povoando-o e saneando-o.

Balanceando os termos da equação enunciada — educar e povoar — síntese em que se contém o segrêdo da nossa prosperidade, comecemos por examinar, inicialmente, entre êles, o que diz respeito ao aproveitamento da terra.

Povoação não é somente acumular elementos humanos em determinada região. Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o tríplice aspecto de terra fértil, salubre e de fácil acessibilidade aos esquadros normais da produção; sem assistência social e auxílios técnicos, não é possível fixar, com segurança de êxito, populações que apenas dispõem, para progredir, do esforço próprio e do trabalho rudimentar.

Possuímos extensas faixas territoriais ubérrimas e saudáveis, próximas a centros urbanos florescentes, quasi completamente incultas e despovoadas. Nelas devemos, de preferência, localizar o trabalhador rural, que aqui e ali vegeta, desarticulado da gleba e sem teto próprio, antes de nos preocuparmos com o saneamento de zonas inhóspitas, só utilizáveis mediante obras de custo vultoso e vigilância sanitária continuada, quando pequena parte dêsse dispêndio bastaria para aparelhar, em condições

## A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO

prósperas, numerosos núcleos coloniais, situados em lugares de fácil e produtiva adaptação.

Não significa isso desconhecimento da necessidade imperiosa de sanear as regiões densamente povoadas, sujeitas à devastação de endemias que depauperam os seus habitantes, diminuindo-lhes a capacidade de trabalho e aniquilando-lhes a descendência, através de gerações sucessivas.

Para atender ao saneamento rural, o Govêrno tem fornecido aos Estados apreciáveis recursos pecuniários. Trata-se, porém, de esfôrços parcelados, em benefício de determinados núcleos de população. O problema exige, entretanto, providências mais enérgicas e generalizadas. Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza. Visando obter, para isso, os necessários recursos, já foi baixado um decreto criando o sêlo sanitário, sugestão do ilustre Dr. Belisário Pena, utilizada para assegurar a realização progressiva de uma das iniciativas mais úteis que o Brasil exige dos seus governantes.

E' verdadeiramente contristador, em país de imigração como o nosso, observar-se o espetáculo doloroso de vastos conglomerados humanos entorpecidos pela malária, corroídos pela sífilis ou a lepra, remissos a qualquer atividade produtiva e condenados a inevitável decadência, por mingua de socorros dos poderes públicos.

Para assegurar o aproveitamento econômico da terra, povoar e sanear não é tudo. Faz-se mistér, tambem, prender o homem ao solo, o que sòmente se consegue transmitindo-lhe o direito de domínio. Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

casa — abrigo da família — deve possuí-la como proprietário. Facilitada a aquisição por baixo preço e parceladamente, o povoador poderá satisfazê-lo com o produto do próprio trabalho. Outro benefício, daí, ainda adviria. Aos poucos, veríamos desaparecer os tratos incultos e latifundiários, substituídos pela pequena propriedade, de vantagens sobejamente conhecidas, como fator poderoso de fartura e enriquecimento.

O aspecto mais relevante do problema fundamental do Brasil não está, porém, compreendido nas considerações que venho de expender.

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pro-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter.

Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução, e essa, propriamente, só é completa quando se refere á inteligência e á atividade. O raciocínio, fôrça máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: “O homem que conhece bem um ofício possui, só por êsse fato, mais lógica, mais raciocínio e

## A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO

mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos”.

A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado.

A par da instrução, a educação: dar ao sertanêjo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela hygiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do confôrto conquistado pelas próprias mãos.

No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre. Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fôsse um autômato. Dai a êsse espetro farta alimentação e trabalho compensador; creai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: — é preciso que todos os brasileiros recebam educação.

Relembrai o exemplo do Japão. O Imperador Mutzahito, certo dia, baixou um édito determinando “fôsse o saber procurado no mundo, onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal forma que em nenhuma

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

aldeia restasse uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar aos filhos e irmãos mais moços”.

O Imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de 40 anos, de 1877 a 1919, fez que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão vencia a Rússia e entrava para o rol das grandes potências.

E' dever do Governo Provisório interessar no assunto a Nação inteira, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução dêste problema.

Anda em moda afirmar-se que a educação é corolário da riqueza, quando o contrário expressa maior verdade. Exemplificam com o caso dos Estados Unidos, onde a difusão do ensino primário consome orçamentos anuais que atingem cêrca de 26 milhões de contos da nossa moeda, e concluem que, entre nós, a questão é insolúvel pelo vulto das despesas que exige, incompatível com a nossa carência de recursos. Em resumo, sustentam: — educação completa só pode existir em nações opulentas. A argumentação é sofisticada. A nossa vitória, nesse terreno, depende de começarmos como a grande Nação americana começou e prosseguirmos, resolutos e tenazes, até atingir o fastígio a que ela chegou.

A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública.

E é oportuno observar. Aos Estados coube velar pela instrução primária; quasi todos contraíram vultosos empréstimos, acima das suas possibilidades financeiras. Da avalanche de ouro com que muitos abarrotaram as arcas, abusando do crédito, qual o numerário distraído

## A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO

para ampliar ou aperfeiçoar o ensino? Esbanjavam-no em obras suntuárias, em organizações pomposas e, às vezes, na manutenção de exércitos policiais, esquecidos de que o mais rendoso emprêgo de capital é a instrução.

Sem necessidade de vastos planos de soluções absolutas porém impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispositivos eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador.

A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorado e o bacharelado instituíram uma espécie de casta privilegiada, única, que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando para segundo plano a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país.

E' óbvio que, para instruir, é preciso crear escolas. Não as crear, porém, segundo modelo rígido aplicável ao país inteiro. De acôrdo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais — o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o carater prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, conciente do seu valor moral.

Atingimos o ponto onde os pessimistas se habituaram a encontrar dificuldades de toda sorte. Refiro-me aos recursos indispensáveis para organizar e manter semelhante aparelho educativo, cujo desenvolvimento pode ser graduado de acôrdo com as possibilidades financeiras do país.

Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, convém desenvolver o espírito de cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos Municípios. Quando todos, abstendo-se de gastos suntuários e improdutivos, destinarem, elevada ao máximo, uma percentagem fixa de seus orçamentos para custear as despesas da instrução, teremos dado grande passo para a solução do problema fundamental da nacionalidade. Comprovando o interesse do Governo Provisório, a respeito, é oportuno ressaltar que o decreto destinado a regular os poderes e atribuições dos Interventores determina que os Estados empreguem 10 %, no mínimo, das respectivas rendas na instrução primária, e estabelece a faculdade de exigirem até 15 % das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução pública, quando por êles exclusivamente atendidos.

Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria, apenas, atribuir à União o direito de organizar e superintender, fiscalizando, todos os serviços de educação nacional.

A ação isolada dos governantes não basta para transmutar em realidade fecunda empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. E' preciso crear uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional.

## A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO

O Governo Federal pretende instalar a Universidade Técnica, verdadeira cidade e colmeia do saber humano, de onde sairão as gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir à vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de expansão intelectual e material.

O joven Interventor da Baía, pioneiro convicto do ideal revolucionário, pela sinceridade das suas atitudes democráticas e espírito de dedicação, já conquistou, mercedemente, o aprêço e a confiança dos filhos desta nobre terra. Da capacidade mentora e das virtudes cívicas de suas laboriosas populações, constituem provas concludentes a espontaneidade com que se integraram no movimento regenerador de 1930, o apôio que prestaram à ação construtora do seu atual Governo e a maneira modelar e pacífica como concorreram ao alistamento, para colaborar, eficientemente, na reconstrução política do país. Com a sua inteligente compreensão das questões administrativas, o Capitão Juracy Magalhães sabe perfeitamente que, a par das providencias primordiais concernentes à manutenção da ordem, tais como a repressão ao cangaço, que assola e sobressalta as laboriosas populações sertanêjas, lhe incumbe melhorar a capacidade de trabalho e promover o bem-estar dos habitantes do território baiano, povoando as zonas incultas, saneando as regiões insalubres e disseminando escolas por toda parte.

Tudo isso significa *educar* — palavra que nos deve servir de lema para uma patriótica e autêntica cruzada.

Piso uma terra de brilhantes tradições no domínio do pensamento — fôrça creadora e atributo divino do homem. Daquí, poderão surgir os mais eloquentes apóstolos dessa nova cruzada, que precisa encontrar em cada brasileiro um paladino devotado e intransigente. Por isso, escolhi a Baía, berço de grandes homens pela cultu-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

ra e inteligência e terra de solo ubérrimo a todas as colheitas, para tratar de assunto que considero básico do nosso progresso futuro, por depender dele o enriquecimento do país e, portanto, a conquista da nossa independência econômica.

Educado o povo, o sertanêjo rude, feito cidadão consciente, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua beleza natural, transformar-se-á na grande Pátria que os nossos maiores idealizaram e as gerações futuras abençoarão.

# O açúcar e a industrialização do álcool

(DISCURSO PRONUNCIADO EM RECIFE, A  
5 DE SETEMBRO DE 1933)



## SUMÁRIO

A alma destemerosa e entusiasta do povo pernambucano — O Rio Grande, atalaia vigilante das fronteiras meridionais — Afinidades de caráter entre o gaúcho e o pernambucano — Pernambuco escreveu a página mais impressionante da nossa história dando a nossa primeira manifestação de brasilidade — A fisionomia moral da terra pernambucana, ampliada a todo o Nordeste, caracteriza uma das tonalidades diferenciais da civilização brasileira — O proclamado contraste entre a faixa setentrional do país e a que se estende ao Sul — Mas, não há antagonismo entre Norte e Sul — Norma segura de governo é sistematizar e aproveitar as condições variadas com seus problemas peculiares, resolvendo êstes em vista do interesse geral da Nação — A intervenção do Governo no sentido de modernizar os processos de cultivo da terra e de exploração das indústrias naturais depende da organização das classes produtoras, exigindo a cooperação de todos — O espírito associativo, desenvolvido com reconhecido proveito em muitos países — O alcance e vantagens de sindicalizar, sob a forma de cooperação — A cultura da cana de açúcar — Como corrigir as irregularidades climatéricas — A ligação de todos os Estados do Nordeste segundo um plano de viação geral do país — As linhas em tráfego ao norte do São Francisco precisam ser completadas — Se a situação financeira do país não permite a solução completa do problema, o Governo jamais consentirá em dispêndios inúteis com melhoramentos isolados — E o Governo não está inativo — As obras contra as sêcas foram intensificadas — A lavoura da cana vem sendo amparada — O duplo aspêto da crise da indústria açucareira — Substituição da gasolina — Creação do Instituto do

Açúcar e do Alcool — A criação do crédito agrícola —  
A industrialização do álcool como combustível —  
O Estado, por si só, não pode transformar a penúria  
em riqueza nem a rotina em progresso — As inicia-  
tivas particulares ainda são a força impulsora dos  
grandes movimentos e realizações — Ao Estado com-  
pete discipliná-las e dirigí-las, transformando-as em  
fatores dinâmicos da vida social — Pernambuco e a  
Revolução de Outubro.

**F**ortaleceu sempre a minha deliberação de visitar o Norte do país íntimo desejo de entrar em contacto com a alma destemerosa e entusiasta do povo pernambucano, cujos rasgos de generosidade e de audácia tanto me impressionaram pelo patriotismo e nobreza que os têm inspirado.

Filho do Rio Grande, atalaia vigilante das nossas fronteiras meridionais, habituei-me a admirar, através da história comum, a atuação gloriosa de Pernambuco, nas lutas conformadoras da Pátria brasileira.

Com fundamento, já se procurou encontrar afinidades de character entre o gaúcho e o pernambucano. Aproximam-nos, evidentemente, certos paralelismos, resultantes, em parte, da contingência histórica que os colocou, em dado momento, na situação de defensores da integridade do Brasil, ameaçado pela invasão estrangeira, e, sob outro aspecto, pelas lutas sustentadas, com denôdo, para a reivindicação das prerrogativas e conquistas liberais.

Ainda colônia, Pernambuco escreveu a página mais impressionante da nossa história: a resistência épica contra os holandeses — luta que foi a nossa primeira manifestação de brasilidade. Contrariando os desejos da metrópole, abandonado às suas energias incipientes, enfrentou o invasor. Para defender a Pátria que surgia, amalgamou, com o sangue vertido em comum, o branco, o índio e o negro, libertando-nos, para sempre, do preconceito da côr e fundindo as três raças que deveriam formar o cerne da nacionalidade.

Erguia, assim, o pedestal dos seus primeiros heróis, cuja estirpe se perpetuou no sacrifício dos precursores da

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Independência e da República, nos movimentos insurreccionais de 1817, 1824 e 1848.

Sempre fiel ao seu destino histórico, Pernambuco cresceu, através das lutas cívicas da nossa formação política, as suas tradições de combatividade e inteligência, revividas por homens de rara têmpera moral e pujante intelectualidade, como o foram, entre outros, Joaquim Nabuco e Martins Júnior.

Esta fisionomia moral da terra pernambucana, ampliada a todo o Nordeste, caracteriza uma das tonalidades diferenciais da civilização brasileira.

Dai o proclamado contraste entre a faixa setentrional do país e a que se estende ao Sul, até aos limites extremos do território pátrio. As condições do meio físico, mais do que os fatores étnicos, diversificaram, para uma e outra, os problemas peculiares ao progresso de núcleos sociais, em natural e constante crescimento. A-pesar-dessa diferenciação, não existe antagonismo entre Norte e Sul, como, aparentemente, poderia parecer ao exame de observador superficial e apressado. Na variedade de climas e multiplicidade de riquezas naturais, que se completam de zona em zona, defrontamos vasto campo de expansão econômica, sem perigo de atritos, confraternizados, em face do futuro, por forte sentimento de coesão nacional, já posto à prova, decididamente, em ocasiões de graves abalos internos e perturbadoras crises internacionais.

Instinto elementar de previdência, inerente às boas normas de govêrno, aconselha sistematizar o aproveitamento dessas multiplas e variadas condições, cada qual com os seus problemas particulares a resolver, para dar-lhes soluções adequadas, tendo-se em vista, precìpuaemente, o interêsse geral da Nação.

## O AÇÚCAR E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALCOOL

O Nordeste compreende regiões características, *habitats* de culturas próprias, formando, de longa data, centros produtores originais e prósperos. Nesses casos, a ação do Governo deve manifestar-se, principalmente, no sentido de modernizar os processos de cultivo da terra e da exploração das indústrias naturais.

A intervenção do Governo, nesse particular, depende da organização das classes produtoras, de sorte que todos cooperem no interesse comum, facilitando, assim, o entendimento indispensável para dirimir as dificuldades de maior vulto.

O espírito associativo, desenvolvido com reconhecido proveito em muitos países, ainda não está, entre nós, suficientemente assimilado. No dia em que se compreender o alcance e vantagens de sindicalizar, sob a forma de cooperação, todos os esforços e interesses em jôgo no desenvolvimento das forças produtoras, teremos espontaneamente resolvidas muitas questões entorpecedoras do nosso progresso econômico, para as quais se reclama, sem necessidade, a intervenção do poder público.

Tomemos, para exemplo, a cultura da cana de açúcar, predominante na produção geral de alguns Estados, entre êles Pernambuco. Sendo a mais desenvolvida e apropriada às condições do solo, vive, entretanto, entorpecida pelo efeito de constantes crises, sem um órgão centralizador dos seus reclamos e interesses. Deve existir, sem dúvida, uma causa geradora dessa anormalidade quasi permanente. A procedência de semelhante desequilíbrio pôde ser, de um modo geral, encontrada na desorganização dos núcleos produtores, abrangendo as suas duas fases: — a da cultura e a da industrialização do produto. Concorrem para isso, de um lado, os métodos empíricos do agricultor, mal aparelhado financeiramente e à mercê dos favores da natureza, enquanto, por outro, o preparo

industrial, já influenciado pela precariedade dos resultados assim obtidos, faz entrar a produção, no campo da concorrência, completamente desaparelhada de método e defesa.

As irregularidades climatéricas, caracterizadas pelas deficiências de chuvas oportunas ou pelo excesso de precipitações pluviais, tornam a lavoura intensiva extremamente instável e impossibilitam o fortalecimento financeiro das populações agrícolas. Embora apresentem grandes dificuldades de ordem prática e exijam elevado dispêndio, as medidas indicadas para os males daí decorrentes estão ao alcance dos poderes públicos e consistem, sobretudo, na correção sistemática das deficiências da natureza, no aparelhamento dos meios de transporte, para facilitar a deslocação dos produtos, e na assistência continuada ao agricultor, para inculcar-lhe novos hábitos de trabalho.

Para corrigir aquelas deficiências, a experiência aconselha a construção de barragens na parte alta dos vales, por onde correm os rios torrenciais, capazes de anular os efeitos destruidores das grandes cheias e de formar reservatórios perenes para distribuição de água nas épocas de estiagens. O alcance dessas obras importaria, ainda, no aproveitamento de zonas fertilíssimas, como são as das várzeas de muitos rios do Nordeste — Jaguaribe, Piranhas, Assú e Paraíba — inaptas a uma cultura regular de algodão e cereais, em consequência da irregularidade das chuvas, escassas alguns anos e excessivas em outros, destruindo, em poucas horas, trabalhos e esforços de várias gerações.

Quanto às vias de comunicação, a iniciativa mais proveitosa consistiria em ligar todos os Estados do Nordeste entre si, articulando-as segundo o plano de viação geral do país. E' oportuno ressaltar, de passagem, o enorme

## O AÇÚCAR E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALCOOL

alcance que a ampliação do sistema ferroviário do Nordeste teria para intensificar o combate ao flagelo das sêcas. As linhas atualmente em tráfego ao Norte do São Francisco precisam ser completadas mediante ligações e prolongamentos indispensáveis. Além das vantagens de ordem econômica, cumpre ter em vista que a execução dêsse plano se prende a altos interesses da nacionalidade, pois estabelecerá ligação ferroviária entre Norte e Sul do país.

A difícil situação financeira atual não permite empenharmo-nos a fundo na solução desses problemas. Estuda-os, entretanto, o Governo, com o firme propósito de jamais permitir dispêndios inúteis com melhoramentos isolados, fora do plano de conjunto que se faz mister realizar. A-pesar-das dificuldades, não nos temos mantido inativos. Prosseguimos a construção da E. F. Central do Rio Grande do Norte e concluimos alguns trechos mais importantes da "Great Western."

Por sua vez, as obras contra as sêcas foram intensificadas e os trabalhos respectivos têm sido ampliados, de modo a diminuir os desastrosos efeitos do flagelo, que transforma o Nordeste em zona dolorosa de desespero e miséria. Para suavizar tão grandes males, dentro de um plano inteligentemente elaborado, abriram-se créditos excedentes de mais de 230.000:000\$.

Como se vê, o Governo Provisório não se tem descurado dos interesses do Norte do país. Pelo contrário, merecem-lhe atento cuidado.

A lavoura da cana e, correlatamente, a indústria açucareira, fator de desenvolvimento de muitos Estados desta parte do Brasil, vêm sendo amparadas, providas as suas mais prementes necessidades, de acôrdo com os recursos que o momento difícil que atravessamos permite mobilizar. Na época da entre-safra, quando mais ur-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

gente se fez êsse amparo, o Banco do Brasil, com autorização do Govêrno, forneceu aos produtores os elementos indispensáveis à segurança da safra, pondo-os a coberto de compromissos onerosos contraídos em condições de anular, em proveito de terceiros, todos os seus esforços.

Plano mais vasto de defesa da indústria açucareira, ainda sob o amparo do Banco do Brasil, passou a ser executado com real benefício para os produtores, libertando-os das bruscas oscilações de preços provocadas pelas especulações dos intermediários.

Por qualquer prisma que se encare, a crise da indústria açucareira encerra duplo aspecto: crédito e organização. Em suas linhas gerais, essa iniciativa teve em vista atender, na medida do possível, a carência de numerário e, ao mesmo tempo, preparar a solução definitiva do problema. Com a garantia do Govêrno da União e o fundo constituído pelo produto da taxa fixada em lei, a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar auxiliou eficazmente, por intermédio do Banco do Brasil, os centros produtores de açúcar.

O plano estabelecido não visava, o que seria êrro, reter para valorizar: destinava-se, apenas, a regularizar a oferta, afim de coibir a especulação dos baixistas ou o exagêro dos preços, assegurando ao produtor razoável compensação. O confronto entre as cotações vigorantes para o açúcar, em 1929, 1930 e 1931, e as que se fixaram e mantiveram após o início da execução dessa medida de defesa, demonstram, de modo irrefutável, que a taxa estabelecida foi, indiretamente, restituída aos produtores na melhora de preço obtida, equivalendo, portanto, a verdadeiro prêmio de seguro, em virtude de cujo pagamento conseguiram ter mais equitativamente remunerados trabalho e capital.

## O AÇÚCAR E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALCOOL

Convém, entretanto, não esquecermos que a presente situação da indústria açucareira, principalmente nos mercados europeus e americanos, não oferece perspectivas animadoras. A nossa concorrência nesses centros consumidores, nas condições atuais do mercado açucareiro mundial, é impossível de realizar-se sem sacrifícios para o produtor. Em circunstâncias assim embaraçosas, impunha-se-nos procurar outras finalidades á lavoura da cana, além do fabrico do açúcar. Fazendo-o, beneficiaríamos, ao mesmo tempo, plantadores e usineiros — àqueles, ampliando o aproveitamento da cana, e a êstes, permitindo empregar seu capital e esforço em indústria susceptível de maior desenvolvimento.

Outro não foi o pensamento do Govêrno ao procurar, entre nós, a industrialização do álcool como combustível, em substituição da gasolina, produto estrangeiro, largamente consumido e cuja importação obriga a saída de ouro do país, em condições tanto mais onerosas quanto maior fôr a depressão cambial.

O emprêgo do nosso combustível líquido, a que se convencionou chamar *álcool motor*, apresenta, ainda, outras vantagens de carater econômico, dignas de serem destacadas, tais como a criação da indústria nacional de combustível e o atenuamento ou, talvez, a solução da crise em que se debate a exploração açucareira.

Sendo esta crise motivada, principalmente, pelo excesso de produção do açúcar, ficaria em grande parte diminuída transformando-se em álcool o excedente, sem colocação compensadora. Acresce notar, mais, que uma das maiores dificuldades encontradas para a generalização do aproveitamento do álcool como combustível é a sua escassa produção, muitíssimo inferior às necessidades do consumo.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

O assunto entrou no domínio das iniciativas práticas. O Governo Provisório encarou-o decididamente, convencido dos seus benefícios, que não tardarão em manifestar-se, influindo, de modo direto, no soerguimento da economia do país.

As possibilidades da exploração do álcool como sucedâneo da gasolina estão comprovadas de maneira satisfatória. Pernambuco foi o pioneiro dessa cruzada altamente patriótica. A primazia na solução comercial do problema pertence-lhe. A simples referência a êsse fato demonstra a capacidade de ação e o forte espírito empreendedor dos filhos desta terra, construtores exclusivos do seu engrandecimento material.

Como concretização dos esforços empenhados e aproveitando todas as sugestões úteis, expediu-se o Decreto n. 22.789, de 1.º de junho último, que criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, tendo por fins principais assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar e aproveitar as possibilidades, cada vez maiores, oferecidas ao consumo do álcool industrial. O estudo e elaboração dêsse ato foram feitos no Ministério da Agricultura, que tem agora a dirigí-lo a competência e atividade do Major Juarez Távora, digno filho do Norte, conhecedor das suas necessidades e sincero defensor das suas aspirações. O atual Ministro da Agricultura, um dos chefes consagrados do movimento revolucionário de 1930, destruidor do velho regime, está revelando notáveis qualidades de realizador e não descurará, certamente, dos interesses da lavoura da cana, para o Norte, fator econômico da maior importância.

Conservando-se o que já se havia feito em defesa da população açucareira e aperfeiçoando medidas, cuja eficiência já ficou demonstrada, o decreto em aprêço estabelece as bases para a criação em grande escala da

## O AÇÚCAR E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ÁLCOOL

indústria do álcool combustível, quer mediante auxílio aos particulares, produtores de açúcar, organizados em sindicatos ou cooperativas, quer mediante a instalação de destilarias em todos os Estados produtores de açúcar. Para essa realização, afora o saldo existente das operações da defesa do açúcar, o Governo da União facilitará ao Instituto dispor dos recursos necessários, que a arrecadação da taxa estabelecida em breve tempo cobrirá, tornando-se, então, possível a sua supressão, porque teremos atingido, nessa época, o objetivo visado: a defesa natural e automática da produção açucareira pela conversão do excesso em álcool.

No tocante, pròpriamente, à lavoura da cana, as medidas a executar precisam ser generalizadas, compreendendo, também, o amparo aos pequenos cultivadores, geralmente sacrificados às exigencias do usineiro e do grande industrial. A maioria deles planta rudimentarmente, em terra emprestada, para vender pelo preço que lhe quiserem pagar. Não raras vezes, o produto da colheita mal recompensa o trabalho de transportá-la até ao engenho, quasi sempre pertencente ao proprietário do solo, onde o lavrador vive a título precário. A proteção mais proveitosa seria a que lhes garantisse os meios necessários para se tornarem donos da terra cultivada. Facilitar-lhes o acesso à propriedade equivalerá a pôr ao seu alcance a riqueza, com o trabalho estável e organizado, e o bem-estar, com a posse do teto, refúgio da família.

Na rápida enunciação feita, apontando males que nos afligem e remédios para corrigí-los, não aludi à providência salvadora, que considero de máxima importância à obra de fortalecimento da economia nacional. Refiro-me à criação do crédito agrícola, inexistente entre nós e sem o qual nada se poderá fazer de constru-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

tivo e eficiente. Os recursos normais do produtor, auferidos na venda das colheitas, jamais lhe poderão dar margem às acumulações de capital, necessárias para intensificar em quantidade e melhorar a qualidade e o custo da sua cultura. Isso só será possível pela utilização do crédito, facilitado a longo prazo e juros módicos, sob o penhor da terra, que, infelizmente, até hoje, é valor sem desconto, no Brasil. Tão grande falha é, aliás, a causa principal da anemia de quasi todas as nossas indústrias agrícolas. Posso já anunciar-vos, com satisfação: a criação de um Banco de Crédito Agrícola está, agora, mais próxima de realização do que podeis supor.

Tratando de assuntos de tal natureza, em momento significativo como êste, tenho a convicção de não falar à indiferença e à passividade, formas de egoísmo estéril, contrárias à índole combativa e construtora do povo pernambucano.

A melhor compreensão do papel do Gcvêrno, principalmente no regime que adotámos, é a que o apresenta como órgão coordenador da vontade e dos esforços dos governados. Faz-se mister, por isso, a todo cidadão, na esfera de sua atividade, apreender o alcance das várias transformações úteis ao meio em que atua, orientando-se sempre no sentido superior de cooperar para o engrandecimento comum. O Estado, por si só, não pode transformar a penúria em riqueza nem a rotina em progresso. As iniciativas individuais ainda são a fôrça impulsora dos grandes movimentos e realizações. Cabe ao Estado ajuizar da sua eficiência e finalidade, para discipliná-las e dirigi-las, transformando-as em fatores dinâmicos da vida social.

Com a vitória revolucionária de outubro, o país entrou em uma nova fase de reconstrução política e eco-

## O AÇÚCAR E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALCÓOL

nômica. Pernambuco participou do movimento regenerador, sob o impulso do seu sadio patriotismo, nunca desmentido. Ao primeiro toque de rebate, esteve a postos, livrando-se, pelas próprias mãos, da oligarquia que o infelicitava. Deu, assim, mais uma prova da resistência cívica e da vigilante combatividade com que sempre colaborou na defesa das grandes causas nacionais.

Esta atitude, profundamente patriótica, deve persistir, como até aqui, vigilante, contrapondo-se, não só aos movimentos locais de simples rebeldia, sem objetivos superiores e sem idealidade, mas, também, aos de caráter reacionário, tendentes a restaurar o regime contra o qual, com a solidariedade de todas as suas classes, se levantou em armas em 1930.

Pernambuco possui à frente do seu Governo um Interventor perfeitamente integrado no pensamento revolucionário. Homem de inteligência e de ação, industrial e jornalista, com responsabilidades definidas na luta intransigente, mantida, durante anos, contra os regimes oligárquicos, êle se tem mostrado à altura da missão que lhe foi confiada, agindo, com descortino administrativo e segura energia, na execução do programa de saneamento e de moralidade, propugnado pela Revolução.

Entramos no limiar de um período de reconstrução política, em que vai ser consolidada a obra revolucionária, dando-se diretrizes seguras aos destinos da nacionalidade. Ao Nordeste histórico, desenfudado, sem oligarquias exploradoras do poder em benefício próprio, competirá papel saliente na transformação institucional que se inicia, cumprindo aos seus dirigentes manter a união e o conagraçamento de todos os seus filhos, para que, com maior energia, possam cooperar na realização dos ideais que os levaram à luta.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Pátria, possuímos-la: vasta geográficamente e de fronteiras extensas, conquistadas e mantidas pela energia dos nossos maiores. Mas, Pátria, terra da fartura e do conforto, mãe carinhosa para todos os seus filhos, templo de justiça e de fraternidade humana, onde vivam livres e felizes milhões de cidadãos dignos dêste nome, pela consciência dos seus direitos e conhecimento dos seus deveres; Pátria forte pela sua riqueza e admirada pela sua bondade; Pátria assim, precisamos ainda conquistá-la.

Para esta suprema conquista, que legitimará o triunfo revolucionário, pela vitória dos seus ideais, ao povo pernambucano está reservado, necessariamente, em continuidade ao seu destino histórico, largo quinhão de glórias.

# A Paraíba na Revolução e as obras contra as sêcas

(DISCURSO PRONUNCIADO EM JOÃO  
PESSOA, A 8 DE SETEMBRO DE 1933)



## SUMÁRIO

Os homens notáveis da Paraíba — O repúdio do povo gaúcho às provações impostas ao povo paraibano — Condena-se a classificação de Estado forte e Estado fraco — A beleza moral do gesto da Paraíba no último pleito presidencial — Federalismo mal compreendido e mal executado, na República — A decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade — O problema do Nordeste — A tragédia das grandes estiagens — A solução do problema — Cumpre acabar com a providência muçulmana de aguardar a catástrofe, para acudir-lhe aos efeitos distribuindo esmolas — A obra já realizada pelo Governo Provisório — João Pessoa, o homem símbolo das qualidades representativas do paraibano.



**A**o sentir-me em contacto com o povo paraibano, satisfação velha aspiração e cumprimento, ao mesmo tempo, o solene compromisso de trazer-lhe, pessoalmente, o testemunho do meu aprêço e admiração.

Embora retardada, por motivos imperiosos, a visita que realizo agora, de há muito estava feita em espírito.

A Paraíba, terra de homens notáveis, que ilustraram o renome da Pátria, na glória das armas, das letras e da administração pública; berço de Vidal de Negreiros — herói de uma epopéia, de João Pessoa — o grande presidente sacrificado; — a Paraíba surgia, aos meus olhos de filho do Sul, em relevos de contornos nítidos. Ao longe, divisava a terra calcinada pelo sol, incendiada à luz esbrasante dos trópicos; a gente, brava e intemerata na sua fé, a-pesar-de ferida pelo ódio e sitiada pela insídia.

O quadro por mim antevisto correspondia, no Rio Grande do Sul, a uma impressão coletiva.

Explica-se, assim, a intensa e constante vibração com que o povo gaúcho mantinha unânime repúdio às provações impostas ao povo paraibano.

Não há expressões capazes de traduzir com verdade o estado de alma de populações que, tão afastadas geográficamente, se conservassem unidas por uma mesma corrente de idéias e sentimentos.

Creio não exagerar afirmando: no momento de maior tortura para a Paraíba, quando o homem — símbolo da sua resistência heróica — tombava traiçoeiramente trucidado, o Rio Grande do Sul sentiu comoção

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

idêntica de desespêro e cólera à experimentada pelos denodados paraibanos.

Possuíamos, a-pesar-da distância, senso semelhante da situação. Compreendíamos que os nossos males políticos provinham, principalmente, da falta de alicerces morais, sôbre os quais se desenvolvesse, com segurança, a ordem administrativa e se erigisse sòlidamente o edifício da nossa economia, e que a mutação, imposta pelos acontecimentos, devia assinalar-se por uma série preliminar de demolições inevitáveis.

A Paraíba iniciou-as, ferindo de morte o conceito perigoso, amplamente generalizado na vida política do país, representando-o como dividido entre Estados fortes e Estados fracos.

Não se pode negar que da aceitação dessa dualidade, como princípio norteador da nossa existência federativa, decorreram inúmeros males.

É natural que certos Estados, pela sua situação geográfica, condições de solo e clima e pela ação de determinados fatores sociais, se avantajem aos demais na rapidez e opulência do seu progresso. É natural, também, que êsses Estados encontrem na sua expansão louvável estímulo patriótico para desenvolve-la cada vez mais, pois que o engrandecimento das partes importa o enriquecimento do todo, isto é, da Nação.

Erro, porém, é transformar-se êsse aspecto econômico em regra de política nacional. Só uma falsa ou falseada compreensão da essência do regime federativo, tal como nós o temos, poderia justificar tão absurdo critério.

A união se fez e existe, justamente, para amparar e promover o progresso de todas as unidades. Se assim

## A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO

não fôsse, que vantagem poderíamos auferir do regime federativo? A classificação, portanto, de Estados fortes e Estados fracos é uma aberração, no regime que adotamos.

Se essa tem sido a orientação seguida, com poucas exceções, pela maioria dos Governos centrais, nada é para estranhar que alguns Estados se queixem de abandono e negligência por parte da União.

De maneira mais precisa, poderíamos dizer que a política da União, em face dos Estados, deve caracterizar-se por nobre afirmação de altruísmo, capaz de ajustar as diferenças e neutralizar os surtos inevitáveis de egoísmos regionais.

Para a União, não devem existir Estados fracos ou fortes; existem, sim, necessidades e deficiências mais ao Norte, mais ao Centro, mais ao Sul, deficiências e necessidades que lhe cumpre prover e remediar sem exclusivismos ou preferências, que só têm servido para enfraquecer os laços de coesão nacional, base e supremo escôpo de sua finalidade política.

O acontecimento periódico em que, por vezes, com mais evidência, se refletia essa anomalia da nossa vida política, era a substituição do primeiro magistrado da República. A falta de correntes partidárias que orientassem a opinião, quando se tratava de renovar o mandato presidencial, o espetáculo deprimente, cujo epílogo era quasi sempre a farça eleitoral que a Nação testemunhava constrangida, consistia num degladiar de ambições pessoais, amparadas na influência dos Estados chamados fortes sôbre os demais, que se viam arrastados à submissão, ante a ineficácia de qualquer protesto.

A experiência da última campanha presidencial está bem viva para ilustrar o assêrto. O simples fato de um

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

pequenino Estado, no uso elementar de uma prerrogativa institucional, ter ousado desgarrar do rebanho, que, como de costume, o detentor do poder quadrienal, arvorado em supremo pastor, apascentava sob o seu cajado oligárquico, foi causa de vinditas e injustiças que, não só culminaram em um atentado pessoal, mas estimularam o país à reação pelas armas.

A significação dessa atitude foi, porém, de tal alcance, que teve o prestígio de modificar os roteiros clássicos de toda a vida política do país. Apesar de considerado Estado fraco, a Paraíba, pela beleza moral do seu gesto, pela energia com que afirmou o seu veto ao conluio das oligarquias imperantes, afeitas ao menoscabo sistemático da vontade nacional, cooperou decisivamente para que se imprimissem novos rumos à solução do magno problema da nossa existência federativa.

A Paraíba era, naturalmente, o Estado do Norte mais indicado para acompanhar Minas e Rio Grande do Sul, na campanha da Aliança Liberal. Longe de mim pensar que o desassombro, a bravura e a tenacidade constituem privilégio do povo paraibano. Todos os filhos do Norte são patriotas e valorosos. Mas, no momento, esta preponderância lhe cabia, porque, identificado em idéias e sentimentos com o seu grande Presidente, formavam, ambos, um bloco inamalgável, sobre o qual os golpes do poder central poderiam provocar revolta, porém jamais desagregação. João Pessôa e o povo paraibano estavam unidos para a vida e para a morte, podendo, por isso, oferecer a resistência que assombrou o país. A mesma gente destemerosa compõe a população dos outros Estados. Desenraizados, porém, os seus governantes das simpatias populares, escravizavam-se ao poder central e, ao menor aceno dêste, roliariam das

## A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO

posições, em meio da indiferença ou, talvez, da alegria dos seus governados.

Se outros resultados relevantes não proviessem de tão grande exemplo de civismo, a só glória de haver provocado semelhante mudança bastaria para ainda mais enaltecer, perante a consciência da Nação, o justo renome do povo paraibano.

Saímos de um unitarismo absorvente, no Império, para caírmos nos exageros de um federalismo mal compreendido e mal executado, na República. Se ha Estados menos favorecidos pela natureza, com populações mais pobres, é justo não fazer pesar sôbre elas os ônus de uma máquina administrativa igualmente dispendiosa. Desafogá-las de encargos fiscais exagerados significa tornar-lhes o trabalho mais próspero e remunerador.

A futura organização constitucional do país precisa refletir as particularidades da nossa vida, do nosso meio, das nossas necessidades. Embora julgue conveniente mantermos o regime representativo presidencial e a forma federativa, por considerá-los mais adaptáveis à nossa índole e formação política, não devemos, entretanto, aferir-nos aos princípios dos modelos chamados clássicos, cuja rigidez não permite abranger os múltiplos e complexos aspectos da vida social contemporânea. Para nos convenceremos disso, basta examinar os padrões constitucionais dos países que sofreram, ultimamente, abalos mais profundos. Se não correspondermos a êsses imperativos, a Revolução terá falhado em um dos seus objetivos mais importantes.

Representa fato incontroverso — e os constituintes terão de levá-lo em conta — a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender a maior soma de interesses coletivos e de garantir estávelmente, com o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. A chave de toda organização política moderna é a segurança e eficiência desse equilíbrio. Onde ele falta, ha perturbação, entrechoques e dispersão de energias. Se é verdade, como se afirma, que o princípio de coexistência social evoluiu, deslocando-se do indivíduo para a coletividade, o máximo que se deve aspirar, nos momentos conturbados e incertos do mundo atual, é a ordem para o trabalho e o respeito para o cidadão, visando conciliar, no interesse de todos, a liberdade com a responsabilidade.

A análise direta das nossas realidades sociais e o reconhecimento da necessidade de corrigirmos os graves erros do passado impõem-nos a escolha de novas diretrizes, projetadas em ampla avenida aberta, rumo ao futuro, cuja perspectiva abranja o total aproveitamento das riquezas do país, abandonada para sempre, como caminhos escusos e incertos, a multidão de atalhos e vielas ilusoriamente demarcados com a promessa de idêntico fim, pelos falsos mentores da nacionalidade.

À luz desse critério, um dos problemas que primeiro e de modo lógico se apresentam, com solução por demais procrastinada, é o genericamente classificado como problema do Nordeste.

Das incertezas climatéricas dessa região sofredora, a Paraíba é uma das maiores vítimas. Sentinela do extremo Nordeste da Pátria, comprimida entre o mar e o sertão periodicamente transformado, pelo flagelo da sêca, em fornalha infernal, onde tudo se estiola, defineha e

## A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO

morre, as suas populações sofrem e resistem, conquistando, apenas, a glória sem conforto de lutadores desconhecidos, no conflito perpétuo com as inclemências da natureza.

A literatura nacional, idealizando a realidade, tem descrito o que há-de doloroso na tragédia das grandes estiagens. Primeiro — a esperança — o sertanejo mantém-se fiel ao torrão ressequido, até que se exaure a última gota d'água, sempre esperando, em troca do dia que passa, de fome e sede, o amanhã da chuva salvadora. Depois — a retirada — pungente procissão de calvários infinitos, que um dos vossos fotografou, com realidade tão aflitiva, nas páginas comburentes d'“A Bagaceira”.

O deslocamento em massa dos flagelados, ocorrência dolorosa em que se evidencia a tèmpera de aço dos homens fortes do sertão, além dos prejuízos morais que acarreta, reduz à mais extrema miséria física valioso elemento humano, capital inestimável, principalmente num país, como o nosso, de fraca densidade de população. Acresce tratar-se, como já tive ensêjo de dizer, de brasileiros cuja fortaleza e energia são tão grandes, que lhes têm permitido resistir, sòzinhos, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclassificável imprevidência.

Compreende-se que as sêcas, como fenômenos naturais, não possam ser evitadas, mas é crime não lhes neutralizar os efeitos devastadores, pela execução de uma série de medidas previdentes.

A solução de problemas dessa natureza não é impossível nem constitúi novidade. Desde tempos imemoriais, o efeito nefasto das estiagens periódicas já fôra corrigido pelo esforço inteligente do homem, e a mais velha das civilizações perpetuou-se, alteando-se pela cultura, em combate continuado a flagelos semelhantes.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Na atualidade, com os progressos da engenharia e da técnica moderna, mais fácil se torna a correção dessas anomalias climatéricas.

Aperfeiçoados os conhecimentos meteorológicos, que permitem prever com maior segurança os fenômenos atmosféricos; desenvolvidos os processos mecânicos, que tornam possível a execução rápida de grandes obras de canalização e barragem capazes de proporcionar o aparelhamento de um sistema completo de irrigação e de açudagem, bem como os meios de locomoção e desenvolvimento agrícola, — ao nosso alcance todos êsses fatores, a dificuldade principal a enfrentar consiste, sem dúvida, no financiamento dos respectivos trabalhos.

Essa dificuldade, já de si relevante, pelos elevados recursos que exige, assume, no caso, maior vulto, se considerarmos a precariedade da nossa situação financeira. Contudo, não devemos jamais esquecer o conceito contudente de Euclides da Cunha, afirmando termos com o Nordeste uma dívida de quatrocentos anos, até hoje não resgatada. Periódicamente, somos obrigados a empregar milhares de contos no socorro aos flagelados, cuja desgraça não pode ser indiferente aos nossos sentimentos de solidariedade humana, quando muito mais útil, a êles e à Nação, seria livrá-los dos efeitos morais e materiais da catástrofe que os vítima, roubando ao país, durante tão longo período de incúria, cêrca de um milhão de brasileiros válidos para o trabalho fecundo e para a defesa da Pátria.

O problema secular que o Norte apresenta, da conciliação do homem com a terra, tem sido, no Brasil, completamente descurado. Na República, as primeiras tentativas dignas de menção ocorreram nos govêrnos de Rodrigues Alves e Nilo Peçanha, isso mesmo, constando de obras isoladas, úteis a determinadas zonas.

## A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO

Na Presidência do Dr. Epitácio Pessoa, surgiu o primeiro plano de conjunto, cogitando de dar solução definitiva à velha aspiração dos Estados nordestinos. A má execução dos trabalhos iniciais, falhos de prévia segurança de continuidade, reduziram de muito as vantagens auferidas pelas zonas devastadas, em flagrante desproporção com o vulto das despesas feitas, fruto de inhábil direção no desenvolvimento metódico e gradativo das obras. Disso, porém, não se pode atribuir culpa ao ilustre paraibano, que, na Presidência da República, tentou resolver o problema máximo do Nordeste e a quem devemos render, por isso, o justo preito de nossa homenagem.

Cumpre acabar de vez com a providência muçulmana de aguardar a catástrofe para acudir-lhe aos efeitos, distribuindo esmolas. A respeito, mantenho o pensamento já externado, quando candidato. Na impossibilidade da execução imediata de um plano completo, impunha-se-nos rever os existentes, expurgando-os de demasias e corrigindo-os de acôrdo com a experiência. Foi isso o que se fez, expedindo-se o Decreto n. 19.926, de 20 de fevereiro de 1931, que fixou as diretrizes para a solução definitiva do problema, parceladamente, por etapas. Havemos de nos convencer que não ha outra solução possível. Para atingí-la, basta garantir a continuidade das obras planejadas, consignando-se anualmente, para custeá-las, embora reduzida em épocas de crise, uma verba cuja aplicação se faça integral e proveitosamente.

Coerente com êste critério, o Govêrno Provisório, mesmo assoberbado de dificuldades financeiras, vem procurando manter em atividade os serviços contra as sêcas, imprimindo-lhes orientação prática, de benefícios imediatos. Êste desejo de resolver o problema primordial do Nordeste foi um dos fatores que, prevalecendo sôbre qualquer outro, me induziram a confiar a pasta da Via-

ção, onde sua personalidade se firmou com relêvo próprio, ao Dr. José Américo de Almeida, inteligência lúcida, caráter sem jaça, perfeitamente familiarizado com as necessidades ambientes e digno continuador do programa, idéias e métodos administrativos de João Pessôa.

O vosso ilustre conterrâneo tem correspondido, de forma elevada, à confiança que nele depositei. Sobreleva-se, comprovando êste assêrto, a sua integral dedicação à tarefa ingente de prevenir e suavizar os males do flagelo que vítima o Nordeste.

Nesse sentido, a obra realizada pelo Govêrno Provisório, por intermédio do Ministério da Viação, vem sendo providencial e, ao mesmo tempo, segura e metódica. A assistência aos flagelados, aproveitando-lhes a atividade em obras públicas, destinadas a melhorar o bem-estar coletivo, pela abertura de estradas e construção de açudes, além de lhes garantir o sustento individual e o de suas famílias, como justa remuneração e não como simples esmola, é, também, preventiva, porque prepara as zonas assoladas para resistirem aos efeitos dolorosos das estiagens.

E' oportuno, ainda, observar que os açudes agora construídos não são, como as antigas reprêsas, apenas depósitos de agua estagnada, de precário rendimento para a região que serviam. Consoante o plano estabelecido pela Inspetoria das Sêcas, pratica-se a açudagem nas zonas onde seja possível a irrigação, destinada a fertilizar as terras marginaes, pois sòmente assim tais obras poderão preencher, com real benefício, os fins colimados.

Sendo de interêsse geral do país, o assunto interessa particularmente à Paraíba. Além de ligar-se ao seu progresso, constituía constante preocupação do seu grande Presidente, que, administrador de larga visão, chegou a cogitar de enfrentá-lo com os próprios recursos do Es-

## A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO

tado. Esse é mais um aspecto marcante da personalidade de João Pessoa, que o singulariza entre todos os governadores dos Estados nordestinos. Enquanto os demais, sentindo igualmente os efeitos devastadores da catástrofe periódica que assola estas regiões, só cuidavam de aumentar os recursos dos erários estaduais por meio de empréstimos, despendidos perdulâriamente, êle procurava amealhar economias, para empregá-las em obras de real proveito, destinadas a melhorar as condições de vida do povo paraíbano.

Até nisso a sua personalidade se integrava nas aspirações e sofrimentos da sua terra e da sua gente.

Compreendo, assim, que tenhais legítimo orgulho em reconhecer nele o homem símbolo das vossas qualidades representativas de alma e de carater. A tenacidade na resistência; a energia paciente e inamolgável; o destemor levado ao supremo limite de desprêso pela vida; a fortaleza de ânimo jamais desfalecente; a inteligência lúcida e pragmática; o conceito inflexível da honestidade e da honra pessoal; o desprendimento idealista em face das ambições comuns; alto sentimento de justiça e igual nobreza de coração, tudo isso conformou a sua personalidade à vossa imagem, porque êle bem parecia, como observa Carlyle, uma fôrça impetuosa da natureza.

Não há côres suficientemente fortes e capazes de representar a vivo o quadro do sacrifício dessa organização invulgar de homem público, na hora de depressão moral que atravessava a nacionalidade.

Sendo um espírito integro de juiz, servidor inflexível da lei, lançou-se na luta política como quem pratica um sacerdócio. Uma vez nela envolvido, não mediu consequências na defesa de uma atitude que corporificava, simultâneamente, direito impostergável e alevantado exemplo de dignidade cívica.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

A insídia, aliançada à prepotência, envolveu-o num verdadeiro círculo de vindita. Negou-se-lhe, primeiro, a autoridade de falar em nome da Paraíba, conspurcando a manifestação da vontade do seu povo e, acintosamente, imolando os seus legítimos representantes. Como isso não bastasse, para abater-lhe o ânimo de lutador, oficializou-se o cangaço no reduto de Princesa, afim de obrigá-lo a capitular pela força ou à míngua de recursos. Enquanto sobejavam aos desordeiros os elementos bélicos, que, abundantemente, lhes fornecia o Governo da União e dos Estados vizinhos, impedia-se-lhe a aquisição e recebimento de armas e munições, legítimamente destinadas à manutenção da ordem e à defesa da autoridade legal. Assistimos, assim, a êste espetáculo: o Governo Federal, cuja função precípua é manter a ordem em todo o território da República, convertera-se em instigador e protetor da desordem, negando-se a reconhecer ao poder constituído de um Estado da Federação a faculdade elemental de defender-se.

Foi nessa situação extremamente delicada, quando João Pessoa ainda resistia, impávido, à arremetida subversiva que o sitiava, tentando manter-se escudado na lei, dentro da ordem; foi nesse transe decisivo, capaz de acelerar a reação nacional já em marcha, que a morte o surpreendeu, emboscada na traição e inspirada em torva vingança.

A Paraíba perdeu o seu grande Presidente — perda irreparável, que lesou a própria nacionalidade, diminuindo-lhe em muito o patrimônio cívico. Mas não ficou ao desamparo. Teve o confôrto da solidariedade dos seus aliados e viu reproduzir-se, na atitude e na ação de outros filhos, a ascendência moral de João Pessoa. Vitoriosa a Revolução, a continuidade dessa ascendência ficou assegurada com José Américo de Almeida, a voz mais

## A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO

autorizada para falar em nome da Paraíba, não só como decidido colaborador de João Pessôa nas horas de provação e sacrifício, em que foi tão intemerato quanto o mestre, senão pela natural preponderância do seu nome e valia dos serviços prestados à sua terra. Manteve-a, depois, na interventoria do Estado, a situação do Dr. Antenor Navarro, auxiliar e discípulo do grande Presidente, energia moça e combativa, cujo trágico desaparecimento de novo enlutou a Paraíba. No seu sucessor, o Dr. Gratuliano de Brito, que, por uma espécie de aclamação plebiscitária das fôrças políticas do Estado, ascendeu àquele alto posto, encontrou-se, felizmente, um continuador capaz de levar adiante a notável obra de administração iniciada com tanta segurança e previdência pelo inolvidável paraibano.

O nome de João Pessôa é, hoje, objeto de culto cívico nacional — destino histórico compartilhado pelo povo paraibano, com êle solidário nas horas de amargura e de heroísmo — culto que encerra o reconhecimento da mais pura glória, pois mostra que, para a vitória de um ideal, nem sempre é preciso matar: basta, às vezes, que se saiba morrer.

De povo e homens assim tudo se há-de esperar, em prol das alevantadas e nobres causas.

Sei, por isso, que posso contar com a fidelidade da Paraíba aos princípios da Revolução, para assegurar ao movimento de outubro todas as suas legítimas consequências, em benefício do engrandecimento do Brasil.



# Os problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório

(DISCURSO PRONUNCIADO EM FORTA-  
LEZA, A 18 DE SETEMBRO DE 1933)



## SUMÁRIO

O Ceará, coração do Nordeste — Os povoadores da  
Amazônia — A União, *mater providens* — Real situação  
do Nordeste — Pode-se afirmar que o Nordeste  
abrange as mais chuvosas das chamadas terras secas  
— Açudagem e irrigação — O problema das comuni-  
cações — As providências do Governo Provisório —  
A assistência aos flagelados — O início de vida nova.



**P**ara os habitantes do Sul do Brasil, o Ceará foi sempre considerado o coração do Nordeste. Prestígio da lenda; prestígio da Arte, nas criações literárias de seus escritores; prestígio do sofrimento das suas populações periódicamente martirizadas; prestígio do amor de seus filhos pela gleba nativa e da audácia com que se fizeram bandeirantes da zona equatorial do país, o cearense adquiriu conformação étnica e moral própria, que se reflete, de modo relevante, em nossa história.

A luta contra o meio hostil deu aos nordestinos vigor individual e audácia coletiva. Foram os povoadores da Amazônia, e a sua esplêndida coragem demarcou, ampliando, as fronteiras do Brasil setentrional. Com razão afirmou Euclides da Cunha: “À sua miséria devemos um pouco da nossa opulência relativa; às suas desgraças, a maior parte da nossa glória. E esta dívida tem mais de quatrocentos anos...”

Mantenho, como compromisso de honra do meu Governo, sinão de todo saldá-la, pelo menos encaminhar, com segurança, o tardio pagamento.

Numa época em que o dogma da fraternidade humana adquiriu novo e mais amplo sentido, não pode haver preferências entre Norte e Sul do Brasil. A unidade nacional irmana todos os Estados, e a União, *mater providens*, deve atender, de preferência, àqueles de seus filhos mais urgidos de amparo.

Quando se demora a atenção em o fato do flagelo das estiagens ferir de morte, periódicamente, zonas que se dilatam por seis Estados da Federação e onde se adensam populações que constituem o cerne da naciona-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

lidade, as primeiras que manifestaram anseios de independência, após ingentes sacrifícios de sangue para manter a integridade do Brasil ainda colônia, somos obrigados a convir que o Império e a primeira República agiram, sôbre esta questão vital para o Nordeste, com imprevidência dolorosa.

Desamparada pelos govêrnos, parcamente assistida pela caridade do Tesouro e pela esmola do público tão só no momento em que a fatalidade a atingia, se esta vasta porção da Pátria não se transformou em deserto, deve-se à resistência física, à coragem, à atividade e ao espírito de resignação do nordestino.

Para debelar o mal, as obras, executadas morosamente, atendendo mais às injunções partidárias e sem obedecer a um plano de conjunto, com a prévia segurança de chegar ao fim colimado, eram sempre intervaladas e desconexas. Longe das regiões assoladas, na antecâmara dos Ministérios e nos salões da metrópole, elaboravam-se e desenvolviam-se planos jamais executados, chegando alguns a propugnar pela transferência das populações soffedoras para zonas mais hospitaleiras, em resumo, aconselhando o despovoamento de grande faixa do Norte do Brasil.

No entanto, o problema da sêca, se, racionalmente, tivesse sido atacado com programa de solução técnica, prática e inteligente, já estaria resolvido ou, pelo menos, atenuados os seus dolorosos efeitos. Muito mais complexo êle se apresenta em outros países, em zonas consideradas completamente áridas, pela escassez dos coeficientes pluviométricos. Pode-se afirmar, sem medo de êrro: o Nordeste abrange as mais chuvosas das chamadas terras sêcas. Para exemplificar o assêrto, basta lembrar que, nas regiões flageladas pelas sêcas, no Brasil,

## OS PROBLEMAS DO NORDESTE

chove mais que na maior parte das províncias argentinas.

Se fôssemos classificá-las de acôrdo com os padrões técnicos usados pelos especialistas do assunto, seriam elas quasi todas incluídas entre as terras de climas húmidos, com coeficiente hidrométrico superior ao da maioria de férteis zonas daquele vizinho país, muito acima de 300 milímetros, limite de passagem para as zonas consideradas realmente áridas. Tanto é isso uma verdade, que, no Nordeste, são mais frequentes os anos de chuvas excessivas, mesmo de inundações, do que os de sêcas. Este fato, por si só, simplifica a solução do problema, que consiste no aproveitamento dos excessos pluviométricos, reservando-os para as épocas de estiagem. Semelhante solução estará ultimada quando se houver construído, nas zonas atingidas pelo flagelo, barragens e açudes com tal capacidade que possam armazenar, nos anos chuvosos, água bastante para atender, nos tempos de escassez, às necessidades das populações sertanejas e manter a fertilidade do solo, pela irrigação das terras adjacentes.

Açudagem e irrigação constituem, no caso, o meio eficiente de corrigir as irregularidades da natureza, assim como a educação agrícola é o meio único capaz de tirar da terra, artificialmente fertilizada, a fartura e a riqueza. Correlatamente, impõem-se a aparelhagem dos portos de mar que servem à região e o aperfeiçoamento e ampliação das vias de transportes terrestres.

O problema das comunicações tem, no Norte, papel preponderante, como elemento civilizador e até mesmo de fraternização nacional. O cangaço é fruto do sertão áspero, sem administração e sem justiça, isolado por falta de contacto com os centros irradiadores de progresso. Ligar por meio de boas estradas o Nordeste

baiano à Capital da República será estabelecer o mais sólido traço de união entre Norte e Sul, creando um fator preponderante para a consolidação da nossa unidade, capaz de extinguir, de vez, quaisquer veleidades regionalistas. Assim aparelhado, tornar-se-á fácil localizar no Nordeste vasta colonização rural, composta de elementos autóctones, que necessitarão, apenas, para progredir, de assistência técnica, agronômica e financeira.

Desde o início do meu Govêrno, cumprindo promessas feitas ainda quando candidato, interessei-me pelo problema das sêcas. Muito deliberadamente, escolhi para Ministro da Viação o eminente Dr. José Américo, profundo conhecedor das necessidades e do ambiente nordestino, que tão bem retratou nos seus livros, e individualidade de rara têmpera e de excepcionais atributos de tenacidade, altivez e civismo. Não falharam os meus vaticínios. Ele demonstrou ser o homem indicado para o momento, ao afrontar, impávido e resoluto, a crise tremenda que as estiagens, prolongadas acima de qualquer previsão, provocaram, logo ao instalar-se o Govêrno Provisório. Com efeito, o Dr. José Américo tornou dinâmica, reorganizando-a, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas. Fixou-lhe um programa racional, iniciando com rapidez o serviço de construção de obras sistemáticas, delineadas com método e em condições de socorrer às populações vitimadas por uma catástrofe quasi sem precedentes nos anais de seu longo martirologio.

A-pesar-da crise financeira que atravessamos, agravada pela situação econômica mundial, o Govêrno Provisório fez tudo quanto de si dependia, não poupando esforços para suprir o numerário indispensável à ação, que se impunha, de assistência às populações e para exe-

## OS PROBLEMAS DO NORDESTE

cução das obras destinadas a resolver, de modo definitivo, a situação dolorosa do Norte e do Nordeste brasileiros.

Cumpria-nos agir, rápida e providentemente, de acôrdo com a excepcionalidade do momento. A missão era rude e exigia esforços absorventes. Para enfrentá-la, tudo se empreendeu. Não faltou, mesmo, o sacrifício de vidas preciosas. Quasi a perdeu o próprio Ministro da Viação, que, além dos padecimentos físicos, sofreu a tortura de assistir, em fatal e impressionante desastre, ao fim trágico de um dos auxiliares mais graduados de tão benemérita campanha, o seu digno conterrâneo, o jovem e malogrado Interventor da Paraíba, Dr. Antenor Navarro. A adversidade, entretanto, não lhe entibiu o ânimo nem a ação. Os trabalhos prosseguiram com o mesmo impulso inicial, sem descontinuidade. Testemunhastes tanto esforço pertinaz e árduo para salvar da miséria e da morte mais de um milhão de brasileiros.

Pela primeira vez, em grande escala, dispensou-se assistência aos flagelados, sem o caráter de simples sustento caridoso e sim como remuneração de trabalho útil.

Digna de registo é a admirável atividade desses nordestinos de aço, que, combalidos, fisicamente, pela miséria e, moralmente, abatidos pela perda do lar e pelas torturas, a que assistiram, se transformaram em trabalhadores modelares, realizando, com insignificante aprendizado, obras técnicas em condições de provocar louvores aos profissionais que as têm examinado. Gente de semelhante fortaleza de alma, necessariamente, desde que não lhe falte a assistência próspera dos governos, transmutará as caatingas áridas, que habita e ama, em oasis perenes.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Nos dois últimos exercícios, para manter a continuidade dos trabalhos e a assistência indispensável às populações, tornada cada vez mais exigente pela persistência das estiagens durante 30 meses, foram postos à disposição da Inspetoria Contra as Sêcas créditos que ultrapassaram de 320.000:000\$.

Não era, talvez, tudo quanto deveria ser feito, mas foi o máximo que pudemos fazer.

Nos serviços de açudagem e rodoviários, diretamente a cargo da Inspetoria das Sêcas, dispenderam-se 101 mil contos. A obra realizada honra, sobremodo, a capacidade técnica da engenharia brasileira, não só pelo volume dos trabalhos executados, mas pela rapidez da execução. Simples confronto numérico evidencia o asêrto. O Govêrno Provisório construiu açudes públicos e particulares com mais do duplo da capacidade dos construídos até 1930. A capacidade dos açudes particulares, que montava a 30 milhões de metros cúbicos, atinge, hoje, a 90 milhões, enquanto a dos açudes públicos, de 600 milhões, passava para 1 bilhão e 60 milhões de metros cúbicos. Sobrelevando o valor do esforço realizado, é de notar-se a exiguidade dos prazos em que se levaram a cabo tais construções. Dos antigos açudes, alguns demoraram cêrca de 20 anos a ser concluídos, ao passo que os atualmente construídos, inclusive o "General Sampaio", cuja capacidade corresponde cinco vezes à do "Quixadá" e três vezes à do "Choró", ficarão terminados no presente ano.

Obediente ao seu programa, a Inspetoria prossegue no estudo de novos açudes particulares, feitos em colaboração com o Govêrno, estando em elaboração os projetos de mais de 40 desta categoria, só no Estado do Ceará. Acha-se em execução obra que reputo de alta magnitude, mais do que econômica, social: um plano ro-

## OS PROBLEMAS DO NORDESTE

doviário de ligação das capitais do Norte, de Baía a Teresina, com o desenvolvimento de 6.260 km., dos quais já estão concluídos 2.200.

Não foram descuidados os serviços ferroviários. A parcela neles aplicada atinge a 23.290:000\$, utilizada em construções na E. de F. de S. Luiz a Teresina, obras de melhoramentos na Central do Piauí, prolongamento da E. de F. Central do Rio Grande do Norte, de Lages a S. Rafael, e múltiplos prolongamentos e ramais na Rede de Viação Cearense.

Todos êsses empreendimentos, de evidente utilidade, foram realizados visando aumentar o nosso patrimônio e atender à conveniência, de ordem econômica e social, de aproveitar a mão de obra, superabundante nos momentos de crise. No período mais agudo da estiagem, em dezembro do ano findo, elevou-se a 260.000 o número de operários diretamente empregados nas obras contra as secas, sendo 236.000 na Inspetoria e 24.000 na Rede de Viação Cearense. Calculando em 4 pessoas a família de cada trabalhador, pode dizer-se, sem exagêro, que a população amparada ultrapassou de um milhão de almas. Organizaram-se, além disso, neste Estado, campos de concentração, por onde transitou mais de um milhão de pessoas, atendidas com serviços profícuos de higiene e assistência, sendo grande número delas localizado em diversos Estados do Norte, que, para êste fim, receberam auxílio da União na importância de 4.812:000\$.

Em traços rápidos, evidenciei o notável esforço do Governo Provisório, cumprindo, aliás, dever de estrita justiça, no socorro e assistência prestados às populações nordestinas.

O trabalho realizado redundará, no entanto, inútil, se não prosseguir metódicamente, sem interrupção. No plano de obras contra as secas, aprovado pelo Decreto

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

n.º 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, ficaram definitivamente fixadas as diretrizes para a execução do grande empreendimento de salvação do Nordeste.

Esse plano, julgado, pelos competentes, tècnicamente perfeito e capaz de resolver o secular problema, deve manter-se inalterável até completa realização. Firmadas como ponto de honra a sua imutabilidade e prossecução, dentro de alguns anos, o Norte, conhecida a tenacidade e o espírito empreendedor dos seus filhos, transformar-se-á em fator preponderante da expansão econômica nacional.

Pelo que venho observando e sentindo, através das etapas desta minha jornada, posso afirmar que o movimento revolucionário de 1930, ao libertar o Norte dos nefastos sindicatos políticos instalados no poder, lhe marcou o início de vida nova e de renascimento promissor.

Entregue a administração pública a homens moços, votados de espírito e coração a um ideal, não tardaram em aparecer os efeitos da salutar mudança, traduzidos numa situação de desafôgo e mútua confiança entre governantes e governados. As rendas, antes defraudadas, passaram a arrecadar-se escrupulosamente, com aplicação rigorosa a fins de utilidade comum, em melhoramentos e serviços ligados ao progresso e bem-estar das populações.

Os delegados do Govêrno Provisório, responsáveis pelos negócios públicos dos Estados, muitos deles jovens militares, revelaram-se administradores zelosos e inteligentes, rigorosamente honestos e absorvidos pela única preocupação de bem servir ao país.

No que diz respeito ao digno Interventor do Ceará, o melhor juiz da sua proveitosa gestão, integridade de

caráter e descortino realizador, é o próprio povo cearense, que nele reconhece o governante à altura da sua missão, infatigável na dedicação ao serviço público.

A profícua obra administrativa do Capitão Carneiro de Mendonça ha-de encontrar continuadores no seio da nova geração cearense, herdeira de gloriosas tradições de inteligência, de cultura, de ação persistente e empreendedora — geração que, entre os seus representantes de maior relêvo, viu destacar-se a individualidade precursora de Juarez Távora, denodado paladino do movimento de renovação nacional e, hoje, um dos construtores do novo regime.

Antevejo e pressagio o progresso e o engrandecimento do Ceará. Nem poderia deixar de ser assim.

O Ceará, rico de homens notáveis pelo pensamento e pela ação; berço do maior romancista nacional, que perpetuou na sua arte, primacial pela brasilidade, a beleza dos horizontes em que Iracema viveu e morreu de amor, e o verde dos “mares bravios” onde o jangadeiro audaz, entre o céu e as águas, afronta o desconhecido; o Ceará, terra fraternal, que, pelo impulso cívico de seus filhos, foi a primeira a livrar-se da mácula da escravidão; o Ceará, cujas valorosas populações, quando agredidas pelas calamidades naturais, nas épocas dolorosas em que a gleba nativa lhes nega o indispensável à vida, obrigadas a abandoná-las, encontram ainda energias para incorporar à economia nacional regiões desertas mas opulentas; o Ceará, lendário nas suas glórias, resistente nas suas horas de infortúnio, tenaz e aventureiro nas suas aspirações de prosperidade, há-de cooperar ainda mais, decisivamente, para o engrandecimento futuro da Nação Brasileira.



**A borracha e o aproveitamento  
das riquezas naturais  
da Amazônia**

**(DISCURSO PRONUNCIADO EM BELÉM, A  
27 DE SETEMBRO DE 1933)**



## SUMÁRIO

As dificuldades a vencer — A Amazônia objeto de cobiça — O caso da borracha — O êrro cometido e a reação — A situação atual de franca penúria — Entretanto, possuímos a melhor qualidade de borracha — A castanha e o volume de sua produção — As reservas florestais da Amazônia — O problema do povoamento do solo — A Empresa "Ford" no Tapajoz — Os núcleos japoneses — Os meios de comunicação.



**A**cabo de percorrer todos os Estados do Norte e eis-me, afinal, no Setentrião do Brasil, destinado a tornar-se, em futuro próximo ou remoto — dependerá de nós —, a mais opulenta e povoada região do globo.

Apraz-me imaginar o que será esta vastidão, onde se estendem as terras fertilizadas pela bacia do Amazonas, sem rival em superfície e volume no mapa do mundo, quando nela estiver fixada a inteligência e a atividade de cem milhões de brasileiros.

A primeira impressão que se experimenta é de deslumbramento e espanto. O grandioso na natureza, inicialmente, assombra amesquinhando o homem. Depois, vem a reação. Faz-se a análise retrospectiva do que representa a civilização como vitória da humanidade contra as forças brutas naturais e adquire-se a consciência de que o homem vencerá a Amazônia, terra virgem a emergir do caos primitivo, único pedaço do planeta cuja conformação final ainda se processa.

Decorrente da própria condição de imaturidade da terra, avultam, em parte, as dificuldades e imprevistos a vencer para seu aproveitamento econômico.

Como todas as regiões opulentas em riquezas naturais inexploradas, a Amazônia foi, em épocas de fastígio, objeto de cobiça e vítima do espírito aventureiro. A sua conquista iniciou-se sob a forma rudimentar de assalto às riquezas que encerra. O homem, durante muito tempo, passou pelas suas florestas como visitante apressado, à caça de tesouros. Da sua passagem, a terra virgem e impetuosamente fértil conhecia apenas os vestígios dos roteiros traçados ao acaso ou os efeitos da

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

devastação sistemática para aproveitar-lhe a produção agreste.

Esse traço de nomadismo aventureiro caracterizou a ação do homem na vida amazônica, refletindo-se semelhantemente na atividade do próprio poder público. Se o indivíduo, ofuscado pela ambição de enriquecer, veloz e facilmente, se atirava, sôfrego e imprevidente, em um mundo que lhe era desconhecido nos seus proveitos e perigos, o Estado, por sua vez, imitava-o, envolvendo-se no mesmo surto de desacertos e imprevidências.

O caso da borracha é, nesse sentido, exemplificante. Descobertos os filões do ouro negro, multidões adventícias acorreram aos seringais insalubres, transformados em verdadeiros campos de luta, onde a vida humana se aferia pela resistência ao pesado trabalho de extração do precioso *latex*. Quando o seringueiro, depois de tormentosos embates, conseguia emergir do "inferno verde" com o produto do titânico esforço, sofria a ilusão do deslumbramento, vendo-o metamorfoseado em ouro autêntico. A mutação brusca da miséria em abundância embriagava-o. Os instintos faziam-no perdulário. Com raríssimas exceções, desperdiçava, no fausto e na satisfação de prazeres momentâneos, a fortuna tão rapidamente alcançada. Esgotado de recursos, repetia a aventura trágica e magnífica. Voltava à selva inhóspita para regressar mais tarde, quando regressava, novamente vencedor ou transformado, pela insídia do clima, em verdadeira ruína humana.

Aos poucos, estimulados pela ambição sem limite e pela procura crescente do produto que a Amazônia monopolizava, os exploradores da borracha procuravam aumentar a margem dos lucros, elevando, periodicamente, sem descortino econômico, o custo da unidade exportável e encarecendo-o até ao exagêro.

## A BORRACHA E AS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA

A reação, como sempre acontece nesses casos, tornou-se inevitável... Matéria prima de consumo intenso, não podia ficar à mercê da valorização injustificável e desmedida que alteou a sua cotação ao valor de quasi uma libra moeda, por quilograma, ao câmbio da época. Esse excesso de lucros provocou a concorrência. Grandes capitais foram aplicados na cultura da *hevea*, em terrenos especialmente escolhidos e aparelhados para uma exploração em larga escala e de custo módico. Semelhante competência tinha de ser fatal ao produto brasileiro. Dez anos depois, começou a derrocada, e, hoje, em um consumo mundial de 700.000 toneladas, o Brasil, monopolizador da borracha e exclusivo fornecedor das sementes para as plantações inglesas e holandesas da Ásia, desapareceu do quadro dos produtores, exportando apenas 20.000 toneladas e por preço tão baixo que nem sequer compensa a dispendiosa indústria extrativa, realizada pelos antigos métodos empíricos e primitivos.

Agravando a lamentável imprevidência, nada mais fez o poder público do que oficializá-la. Associando-se à exploração anti-econômica, por meio de tributos exagerados, tirava da borracha a maior parte de sua renda, pois chegou a onerá-la de impostos de exportação que atingiram a um terço do seu valor comercial.

Dado o consumo crescente do caucho, previdência rudimentar aconselhava aos Estados que viviam da sua exploração intensificar-lhe a cultura, de forma a aumentar a produção, porém mantendo preços compensadores, razoáveis e não de caráter extorsivo. Foi o que não fizeram; e, quando o mal se manifestou na sua fase aguda, é certo que se acendeu a discussão a respeito, encheram-se os anais das Assembléias Estaduais, do Congresso Nacional e os relatórios dos Ministros de planos mais ou menos fantásticos de proteção, tendentes

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

a manter a valorização do produto, pelo financiamento e retenção dos *stocks*.

A-pesar-dessa desvalorização fatal, os Estados interessados mantinham os impostos exorbitantes, em grande parte respondendo pelos serviços de empréstimos, contraídos em condições nem sempre favoráveis e consumidos em obras suntuárias e adiáveis.

A situação atual do comércio da borracha, entre nós, é de franca penúria. Fechados os mercados externos, nem sequer conseguimos aproveitá-la para consumo interno, nos numerosos artefatos em cuja manufatura entra como matéria prima — pneumáticos, câmaras de ar, linóleos, etc. — que importamos, anualmente, no valor aproximado de 50.000:000\$.

Possuímos, como é sabido, a melhor qualidade de borracha conhecida, não igualada pelos concorrentes. Além disso, a Amazônia é o *habitat* natural da *hevea*, a ponto de medrar silvestre e isenta das moléstias comuns aos seringais asiáticos. Racionalizada a produção, o que se fará fatalmente, no futuro, quando os capitais abundarem, ainda reconquistaremos o terreno perdido. Mas o que podemos fazer, desde já, é tornar nacional a indústria dos artefatos, que a aproveitam, evitando regular evasão de ouro e garantindo o consumo da nossa pequena e excelente produção, atualmente periclitante.

Iniciativas dessa ordem cumpre ao Governo estimular, porque, além de patrióticas, terão o poder de aumentar os saldos da nossa balança comercial.

Índice das multiplas riquezas naturais da região amazônica, outro produto abundante e agreste veio remediar, de certo modo, os males causados pela falência da borracha. Esse produto é a castanha, que, no volume da nossa produção agrícola, em 1931, aparece com 23.343

## A BORRACHA E AS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA

toneladas, no valor de 21.476:000\$. A preponderância da castanha na pauta do nosso comércio exterior, embora sofrendo pequenas oscilações, vem decrescendo gradualmente. No referido ano, a exportação atingiu, apenas, a 29.448 toneladas, no valor de 39.913:000\$.

Toda essa produção é obtida, explorando-se os castanhais de vastas regiões do baixo Amazonas, em condições semelhantes à antiga caça à borracha, isto é, fazendo-se a colheita rudimentarmente e transportando-a através de grandes distâncias e dificuldades sem conta. Tudo isso concorre para encarecer o produto, mantendo-o em alto preço, que não permite o desenvolvimento do consumo. Se não quisermos ser, mais uma vez, vencidos, cultivemos em grande escala e metódicamente o castanheiro, nas zonas onde viça robusto e sadio. Só assim poderemos ampliar o consumo da preciosa amêndoa, anulando qualquer concorrência futura. E essa, não nos iludamos, virá, pois os ingleses ensaiam, na Malaia, o seu plantio intensivo, em regiões apropriadas.

A Amazônia, entretanto, não é somente a borracha e a castanha. Em matéria de riquezas naturais, possui vasto tesouro ainda inexplorado. As suas reservas florestais, abrangendo trezentos milhões de hectares, são as maiores do mundo em quantidade e espécies. O comércio dependente de sua exploração já devia constituir fator preponderante da sua economia. No entanto, a exportação de madeiras do Amazonas, que se escôa pelo pôrto do Pará, rivaliza, em tonelagem e valor, com a do Rio Grande do Sul, cuja riqueza florestal é reduzidíssima.

Este fato demonstra a deficiência da organização do nosso aparelhamento industrial, não permitindo, a-pesar-da abundância de matéria prima, concorrermos, nos mercados estrangeiros de forma a impor os nossos produtos pelo preço e qualidade. No comércio de madeiras, não é só o transporte, que, realmente, o temos

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

oneroso e a exigir intervenções capazes de o melhorarem, o fator primacial na sua expansão. Há também a considerar o preparo do produto e a sua standardização perfeita, para apresentá-lo de acôrdo com as exigências do consumo.

O problema capital da Amazônia consiste, porém, em transformar em exploração sedentária a exploração nômade, a que até agora se têm sujeitado as suas riquezas. Para isso, é preciso povoá-la, colonizando-a, isto é, fixando o homem ao solo. Mas o solo da Amazônia, exuberante em flora e fauna, com a sua fertilidade impetuosa e hostil à atividade humana, é conquista, certamente, rude e difícil. Para realizá-la, impõe-se, antes de tudo, organização e cooperação. Evidentemente, o emprego de vultosos capitais apressaria a adaptação de grandes núcleos colonizadores. A-pesar-de não possuímos abundância de recursos, nem por isso devemos julgar o problema insolúvel. Em verdade, êle é mais complexo do que em qualquer outra região do país, visto exigir saneamento prévio das zonas mais indicadas e favoráveis ao trabalho do homem.

Além de facilitarmos o encaminhamento de correntes imigratórias econômicamente aparelhadas e produtivas, devemos começar localizando os elementos nacionais dispersos, mediante auxílio eficiente e assistência sanitária, em condições de aproveitar as suas energias e espírito de sacrifício, postos à prova na luta que vêm sustentando, desamparados e estoicos, contra o meio insalubre e agressivo.

A demonstração das possibilidades oferecidas pelos métodos colonizadores que venho de apontar já pode ser apreciada através dos resultados obtidos pela empresa "Ford" no Tapajóz e pelos núcleos japoneses localizados neste Estado.

## A BORRACHA E AS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA

Os norte-americanos, dispondo de amplos recursos, fixam, nas faixas de terra firme, à margem das grandes vias fluviais, a exploração intensiva da borracha, sistematizando a sua cultura em extensas plantações. Levantaram, para tanto, não um acampamento provisório, mas verdadeira colônia de trabalho racional e progressivo, dotada de aparelhagem completa de defesa sanitária e de meios de adaptação econômica, em circunstâncias tais que transformaram, rapidamente, a floresta inhospita num centro promissor de riqueza agrícola e industrial. O processo por eles aplicado consiste em plantar racionalmente, para colher e industrializar. Substituem, assim, a indústria extrativa pela indústria agrícola e constroem para o futuro, preparando o renascimento econômico da Amazônia.

De forma diferente, os japoneses, contando mais com o esforço individual e desenvolvida capacidade de trabalho, localizam-se, constituindo agrupamentos que se entregam à cultura estável, sob vigilante assistência higiênica e técnica. Do processo de policultura que adotaram, conseguem com facilidade os meios comuns de subsistência e não tardarão em fazer da terra fértil que escolheram celeiro opulento e compensador.

Os exemplos são animadores e comprovam a exequibilidade da colonização da Amazônia. Os poderes públicos têm o dever, não só de estimular todas as iniciativas desta ordem, mas, também, nelas se inspirando, desenvolver esforços semelhantes, para o aproveitamento dos nacionais, que, resistentes, sóbrios e tenazes, poderão, quando amparados eficientemente, emular com os alienígenas.

Relativamente aos meios de comunicação, a Amazônia é, também, privilegiada. A utilização da sua vastíssima rede hidrográfica depende, somente, do desenvolvi-

mento da navegação, articulada com estradas de rodagem, abertas para dar acesso aos escoadouros fluviais. Facilitado êsse acesso, no sentido da maior penetração possível, não será difícil, mesmo, aproveitar a grande riqueza pecuária, atualmente insulada nas divisas das Guianas.

O Pará tem, hoje, à sua frente, dirigindo-lhe os destinos, uma inteligência lúcida de patriota, que, através dos seus atos, vem dando provas de bem compreender os problemas vitais da região amazônica.

Espírito sincero de revolucionário, integrado na geração de tantos abnegados sonhadores de uma Pátria engrandecida, o ilustre e digno Interventor, prestigiado, no conceito do país, pela segurança e acêrto com que se vem conduzindo, marcará, necessariamente, a sua passagem pelo govêrno conquistando a legítima glória de ser o pioneiro do renascimento da terra paraense.

### A Amazônia ressurgirá.

Em tempo remoto, de conquistas e descobertas, quando o primeiro desbravador desceu, assombrado, o rio caudaloso, creou a lenda maravilhosa que lhe deu o nome. Nas suas margens, localizou o Eldorado e o Reino fantástico das Amazonas. Nessas épocas de aventuras heróicas, o Eldorado não foi atingido e as Amazonas desapareceram. Permanece, no entanto, o prestígio da lenda, como antecipação da realidade.

Sentimos, talvez, persistência do espírito gerador da ficção, que o Eldorado, nesta prodigiosa região do globo, ainda se oculta. Os brasileiros, com esforço contínuo e labor disciplinado, hão-de descobri-lo. A era de ouro prometida surgirá — fruto da riqueza, amadurecido pelo trabalho. E, pela caudal impetuosa, onde Orellana combateu as Amazonas, descerão os tesouros da agricultura e da indústria, para abastecer os mercados do mundo.

# A amizade argentino-brasileira

## I

(SAUDAÇÃO AO GENERAL AGUSTIN JUSTO, NO BANQUETE REALIZADO NO ITAMARATÍ, EM 7 DE OUTUBRO DE 1933)



## SUMÁRIO

O ambiente de cordialidade e de estreita simpatia entre as nações reflete os imperativos da opinião pública — A amizade argentino-brasileira é tradição arraigada na alma dos dois povos — De modo preciso e eloquente, a conduta política seguida pelos dois países exprime um estado de consciência nacional que as vozes de grandes homens argentinos e brasileiros interpretaram e definiram solenemente.



**A** visita do supremo magistrado da grande e nobre Nação Argentina é uma honra para o Brasil e motivo de júbilo para a América.

Reafirmando a tradicional amizade que sempre uniu os dois povos vizinhos, o ato que celebramos com sincero desvanecimento perde o caráter de simples cortesia diplomática, para assumir as proporções de verdadeiro acontecimento continental.

O ambiente de cordialidade e de estreita simpatia existente entre as nações não é resultado exclusivo da vontade e da sabedoria dos seus estadistas; reflete, principalmente, os imperativos da opinião pública, sempre vigilante e clarividente, no sentir e aprender os legítimos interesses das nacionalidades.

Comprovando o assêrto, podemos afirmar que os governos do Brasil e da Argentina, procurando sempre fortalecer a aproximação dos dois países, obedecem a impulsos e inclinações espontâneas da opinião pública, que, da mesma fôrma, se constrange e reage quando elementos transviados por paixões subalternas ou por sentimentos de violência tentam perturbar-lhes as boas relações e amistosa convivência.

Refôrço a afirmativa com a minha observação pessoal. Nascido e criado junto à fronteira com a Argentina, em contacto permanente com o seu interior fecundo e laborioso, pude testemunhar quanto a população ativa e construtora da grande República se manifesta nossa amiga, animada de idênticas disposições e integrada na mesma corrente recíproca de simpatias populares.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

A presença de V. Exa. entre nós é bem a vitória de tendências e desejos do povo argentino e do povo brasileiro para mais se conhecerem e se aproximarem.

Aquiescendo ao nosso convite, inspirado nessa política de confraternização e feito num momento de tão sérias preocupações internas e internacionais para os povos civilizados, deu-nos V. Exa. o testemunho de que os governos dos dois países têm exata compreensão do espírito de solidariedade histórica que os une e da responsabilidade que, ao lado das demais nações do Continente, lhes cabe nos destinos da América.

A amizade argentino-brasileira é tradição arraigada na alma dos dois povos; iniciou-se como imperativo das nossas condições históricas e desenvolveu-se pela ação da inteligência de cidadãos eminentes das duas Pátrias, cujos nomes se impõe evocar nesta solenidade. Avulta, entre eles, um dos vossos, Bartholomé Mitre, glorioso pelos seus feitos militares e ainda mais notável pelas suas virtudes de homem público e clara visão de estadista. Paladino infatigável das nossas relações de fraternidade, ao justificar a missão que, há mais de meio século, o trouxera ao Rio de Janeiro, acentuou que ela se destinava a consolidar a amizade argentino-brasileira “no presente e no futuro, sob os auspícios do direito, em nome dos interesses recíprocos, com passo firme e tranquilo, até aos grandes e pacíficos destinos que estão reservados aos povos livres e civilizados”.

Palavras de tão alta significação expressavam completa afinidade de pensamento com as pronunciadas, pouco antes, em Buenos Aires, pelo primeiro Rio Branco, quando afirmou estar “persuadido de que os povos vizinhos não nasceram para se odiarem mas para se amarem, se respeitarem e auxiliarem reciprocamente”.

## A AMIZADE ARGENTINO-BRASILEIRA

Outro dos vossos, também eminente por muitos títulos, Saenz Peña, colaborador na obra de solidariedade continental, perseverantemente executada pelo segundo Rio Branco, sintetizou o mesmo pensamento, na frase hoje famosa e consagrada — “Tudo nos une, nada nos separa”.

De modo preciso e eloquente, a conduta política seguida pelos dois países exprime um estado de consciência nacional, que as vozes de grandes homens argentinos e brasileiros interpretaram e definiram solenemente. Assim o reconhecendo, cumpre-nos manter e aperfeiçoar essa conduta, transformando-a em norma de entendimento construtor e inteligente, para mais nos vincularmos e melhor resolvermos os nossos problemas recíprocos.

Assinalando tão excepcional oportunidade, vamos celebrar atos que reafirmam os nossos pendores pacifistas no convívio internacional. Embora restringindo as suas obrigações aos dois países que os subscrevem, êstes atos não-de, necessariamente, repercutir no ambiente americano, mostrando que é possível orientar e garantir o progresso das nações dentro de um elevado espírito de cooperação, afiançado pelo mútuo respeito de suas soberanias e interesses.

Com necessidades, aspetos e aspirações próprias, a América pode, até certo ponto, instituir, para si, princípios de coexistência internacional, baseados numa mesma comunhão de sentimentos e ideais, condensando as condições peculiares de sua vida perante o mundo e fazendo escutar a sua voz timbrada por vivo anseio de solidariedade humana, capazes de influir sôbre a orientação dos outros povos ou, pelo menos, de preservá-la dos males que os afligem e de funestos desentendimentos futuros.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Sr. Presidente : V. Exa., alta patente do Exército Argentino, homem de govêrno e chefe de um grande e rico Estado, tendo uma longa existência dedicada, com nobre desinterêsse e brilhante atuação, ao serviço da Pátria, é recebido pelo povo brasileiro entre espontâneas manifestações de fraternal acolhimento e carinhoso respeito.

Não há, em meu país, quem não se julgue honrado com a visita de V. Exa. e não admire a confiança e firmeza com que se entregou à grande obra de confraternização argentino-brasileira.

Sinto-me intimamente regozijado ao saudar V. Exa., para oferecer-lhe a hospitalidade afetuosa do Brasil e transmitir-lhe os ardentes votos de todos os brasileiros pelo êxito do seu Govêrno e pela realização dos altos destinos da Nação Argentina.

Em homenagem a V. Exa., pela sua felicidade pessoal e de sua Exma. Espôsa.

A amizade  
argentino-brasileira

II

(SAUDAÇÃO AO GENERAL AGUSTIN  
JUSTO, A BORDO DO COURAÇADO *MORE-*  
*NO*, NA NOITE DE 13 DE OUTUBRO  
DE 1933)



## SUMÁRIO

A tradição histórica da confraternização da Argentina e Brasil e os grandes e prestigiosos pioneiros de nossa amizade — O Brasil, por índole e tradição, está identificado com todas as iniciativas que visam manter a harmonia e a paz entre as nações, maximé no Continente americano — Norma de direito internacional foi sempre, para o Brasil, resolver pelo arbitramento os litígios suscitados — Isso mesmo aconteceu com relação à Argentina — Hoje, com a assinatura de atos inequívocos, consagramos o ideal de aproximação.



**A**cólho com íntimo desvanecimento as carinhosas palavras de despedida que V. Exa. acaba de pronunciar.

O tom de efusiva franqueza e sinceridade que lhes imprimiu deixa-me ainda mais reconhecido, por verificar como falou eloquentemente aos seus sentimentos pessoais e aos da grande Nação Argentina a entusiástica e afetuosos hospitalidade com que foi recebido pelo povo brasileiro.

Tão expressivas manifestações de regozijo traduzem, não somente uma homenagem à Nação Argentina, como, também, o quanto a atitude política de V. Exa., através de intenções tornadas públicas e de atos inequívocos, encontrou profunda correspondência na alma do povo brasileiro, sensibilizado e conquistado pela lhaneza do seu trato e pela irradiação da simpatia de sua personalidade. Tudo isso, realçado pelos ideais de fraternidade internacional americana, que afirma e defende, deu a convicção de que, no ilustre presidente da República Argentina, o Brasil pode ver um amigo sincero, dominado pelas mesmas aspirações de paz que o animam.

Há, ainda, uma coincidência histórica, que torna mais expressiva esta hora de confraternização das nossas pátrias.

Três generais, prestigiosos chefes militares e eminentes homens de governo, foram, em épocas diferentes, três pioneiros devotados da política de aproximação argentino-brasileira.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Lembro-lhes os nomes, certo de que a História, também, os aproximará, consagrando-os, ao rever e julgar os acontecimentos em que, decisivamente, intervieram. São: Bartholomé Mitre, Júlio Roca e Agustin Justo.

Sendo homens de espada, com o espírito preparado para enfrentar as contingências da guerra, êles reconheceram e proclamaram, com a mesma coragem de combatentes experimentados, a preeminência do direito sobre o arbítrio, da paz sobre a violência, das soluções pacíficas sobre as soluções impostas pela força.

O Brasil, por índole e por tradição, está naturalmente identificado com todas as iniciativas que visam manter a harmonia e a paz entre as nações e, principalmente, entre as que com êle convivem dentro do Continente americano.

Como norma de direito internacional, impôs-se o arbitramento e a êle recorreu sempre que teve litígios a resolver. Com a própria Argentina, o único que se apresentou, dirimiu-o recorrendo e submetendo-se à arbitragem. É oportuno recordá-lo, neste momento, para acentuar a conduta que a Argentina e o Brasil têm mantido, como exemplo e norma de política continental.

Somos países novos, com recursos e riquezas por explorar e identidade de interesses econômicos. Se no passado tivemos malentendidos, não se produziram sob a responsabilidade da nossa vontade livre e soberana mas como repercussão das desinteligências dinásticas dos nossos colonizadores, que transportaram para a América os germes de suas discórdias peninsulares.

Constituídos em nação, não fizemos por continuá-los, e, contrariamente, desaprovámos-lhes a conduta, mantendo um espírito de conciliação que nos trouxe até ao presente irmanados e, por vezes, aliados.

## A AMIZADE ARGENTINO-BRASILEIRA

Impulso da nossa vontade recíproca levou-nos a consagrar em atos inequívocos, que foram, hoje, solenemente assinados, êsse ideal de aproximação. Tais atos abrangem todos os problemas do nosso intercâmbio econômico e cultural e de mútua assistência para assegurar a nossa tranquilidade interna e a paz no exterior.

Instituímos, assim, normas e procedimentos e princípios de força moral, capazes de concorrer para uma maior compreensão das nossas aspirações e necessidades comuns e de colocar-nos em situação de poder apelar, com o nosso exemplo, para as demais nações do Continente, convidando-as a irmanarem-se conosco na defesa dos mesmos ideais de fraternidade.

Sr. Presidente: Lembrando as felizes expressões do eminente Chanceler Saavedra Lamas ao caracterizar, na solenidade hoje realizada no Itamaratí, o tratado anti-bélico como instrumento de cooperação destinado a pôr termo ao isolamento dos países do Continente, eu quero acentuar que a visita de V. Exa. consolidou um grande movimento de solidariedade internacional, criando irradiante atmosfera moral, que há-de influir, poderosamente, nos destinos das nações sul-americanas.

Sinto-me sôbre terra argentina, da qual êste belo e poderoso navio é parte integrante, enaltecida pela missão fraternal que o trouxe até nós.

Desta festa de despedida hei-de conservar recordações imperecíveis, tanta é a espontaneidade dos sentimentos generosos que a dominam.

O Governo brasileiro, qualquer que seja o seu Chefe, não deixará de corresponder à honra da visita de V. Exa., retribuindo-a, em legítima expansão de regozijo e simpatia.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Regressando, V. Exa. leva, com a nossa admiração afetuosa, o testemunho da sinceridade do nosso aprêço à grande Nação Argentina, por cuja prosperidade crescente e rápida ascensão aos seus gloriosos destinos levanto a minha taça.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO  
*nas oficinas da*  
EMPRESA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS",  
*rua Xavier de Toledo, 72 - São Paulo,*  
*para a*  
*Livraria JOSE' OLYMPIO Editora,*  
RIO DE JANEIRO,  
*em Outubro de 1938.*

